

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Alberto Maurer

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS ECONOMICOS E
SOCIAIS NO CONTEXTO DA VIDA DOS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS**

Santa Maria, RS
2023

Alberto Maurer

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS ECONOMICOS E
SOCIAIS NO CONTEXTO DA VIDA DOS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS**

Dissertação com ênfase na Linha de Pesquisa
Pessoas e Sociedade, a ser apresentado à
banca do Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Organizações Públicas da
Universidade Federal de Santa Maria,
objetivando a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Santa Maria, RS
2023

Alberto Maurer

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS ECONOMICOS E SOCIAIS NO
CONTEXTO DA VIDA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações Públicas.

Aprovado em 27 de outubro de 2023

Dr. Jairo Da Luz Oliveira - Orientador – UFSM

Dra. Sheila Kocourek - Examinador – UFSM

Dra. Simone Rocha Da Rocha Pires Monteiro – Examinador – UnB

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer, pessoas importantes que fizeram parte desta caminhada, inicialmente minha esposa Mayara que me orientou, me auxiliou e incentivou a inscrição do meu projeto a fim de ingressar neste importante curso, também por sempre contar com seu apoio em todos os momentos, juntamente com a nossa pequena Olivia sempre estiveram ao meu lado, sem dúvida minha família é base importante e fundamental nesse processo. Agradecer também meu orientador que escolheu o desafio de orientar meu trabalho e fazer parte dessa discussão, Jairo, agradeço sua paciência e dedicação, tenho certeza que seu conhecimento agregou não somente nosso trabalho, mas em mim como profissional, juntamente agradecer professor Fabio que também nos auxiliou na elaboração com dicas fundamentais. Agradecer também as famílias entrevistadas pela disposição em auxiliar nesta pesquisa, nos propiciando um momento de aprendizado e descoberta da realidade do pequeno agricultor. Desta forma agradeço a todos que fizeram parte desta caminhada e auxiliaram na construção desta conquista.

RESUMO

AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS ECONOMICOS E SOCIAIS NO CONTEXTO DA VIDA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS

AUTOR: Alberto Maurer

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

O presente trabalho faz uma análise do contexto da agricultura familiar no Brasil, categoria que vem perdendo espaço nas últimas décadas para a agricultura não familiar, de fácil mecanização, gerando concentração de renda e produção, segundo dados do IBGE (2017) a agricultura familiar explora apenas 23% da área agrícola no nosso país, mas é responsável por 80% da produção de alimentos nacionais, além de comportar 77% da população ocupada no campo. Dada sua importância vimos a necessidade de debater a realidade do município de Não-Me-Toque/RS, que perdeu 200 estabelecimentos agropecuários nos últimos anos, esclarecer quais fatores colaboraram para e este cenário e quais seus reflexos para as famílias envolvidas e o desenvolvimento local, relacionando com o papel do estado e alternativas que podem ser sugeridas em forma de políticas públicas voltadas a este setor. Para atingir nossos objetivos foi realizada uma pesquisa documental, seguida por entrevistas semiestruturadas, com os produtores locais, que teve o cunho qualitativo, seguido da análise dos dados pelo método de discurso embasado. Analisando os resultados notamos que a preocupação das famílias, estão relacionadas a renda, principalmente a instabilidade de preços, custos, clima, somados a falta de políticas públicas básicas e que incentivem a permanência no campo, muitas famílias migram para atividades remuneradas no perímetro urbano, principalmente os jovens agricultores que sem incentivo e autonomia deixam as propriedades sem sucessão. Refletindo sobre este cenário sugerimos políticas locais destinados a diversificação de culturas com investimentos assegurados a frustrações de safras, gerando possibilidade de maior renda e garantia nos investimentos familiares, agregando muito no desenvolvimento dos municípios.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Trabalho.

ABSTRACT

FAMILY FARMING AND ECONOMIC AND SOCIAL IMPACTS IN THE CONTEXT OF THE LIVES OF FARMERS

AUTHOR: Alberto Maurer
ADVISOR: Jairo da Luz Oliveira

This work analyzes the context of family farming in Brazil, a category that has been losing space in recent decades to non-family farming, which is easy to mechanize, generating concentration of income and production, according to data from IBGE (2017) family farming exploits only 23% of the agricultural area in our country, but it is responsible for 80% of national food production, in addition to supporting 77% of the population employed in the countryside. Given its importance, we saw the need to debate the reality of the municipality of Não-Me-Toque/RS, which lost 200 agricultural establishments in recent years, clarify which factors contributed to this scenario and what its consequences are for the families involved and local development. , relating to the role of the state and alternatives that can be suggested in the form of public policies aimed at this sector. To achieve our objectives, documentary research was carried out, followed by semi-structured interviews with local producers, which had a qualitative nature, followed by data analysis using the based discourse method. Analyzing the results, we noticed that the families' concerns are related to income, mainly the instability of prices, costs, climate, added to the lack of basic public policies that encourage staying in the countryside, many families migrate to paid activities in the urban perimeter, mainly young farmers who, without encouragement and autonomy, leave their properties without succession. Reflecting on this scenario, we suggest local policies aimed at crop diversification with investments guaranteed against crop failures, generating the possibility of greater income and guarantees for family investments, adding a lot to the development of municipalities.

Keywords: Family Farming. Public Policies. Local Development. Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do estudo	63
Figura 2 - Histórico de preços da cultura da soja	81
Figura 3 - Histórico preços leite	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de publicações por país	67
Tabela 2 - Levantamento de custos cultura soja safra 2021/2022.....	77
Tabela 3 - Levantamento de custos cultura soja safra 2022/2023.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição área plantada no Brasil	23
Gráfico 2 - Distribuição da população ocupada na agricultura	23

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCDE	Organização Cooperativa de Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PPGOP	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas
PROAGRO	Programa de Garantia de Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSTR	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas empresas
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo geral	18
1.2.2	Objetivos específicos	19
1.3	JUSTIFICATIVA	20
2	CAPÍTULO I.....	29
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR E OS IMPACTOS DE SUAS MUDANÇAS	332
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E POLÍTICAS PUBLICAS.....	45
3	CAPÍTULO II – ASPECTOS METODOLOGICOS E EPISTEMOLOGICOS DO PRESENTE ESTUDO.....	57
3.1	ORIENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA	57
3.2	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	61
3.3	ASPECTOS ÉTICOS	61
3.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	62
4	CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	65
4.1	A IMPORTÂNCIA DO TEMA AGRICULTURA FAMILIAR (FAMILY FARMING) NO CONTEXTO DAS PRODUÇÕES E ESTUDOS RELACIONADOS A ESTE TEMA	65
4.2	AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE IMPACTO NO PROCESSO DA ECONOMIA DA CIDADE DE NÃO-ME- TOQUE E REGIÃO ATRAVÉS DO TRABALHO NO CAMPO	69
4.3	O PEQUENO AGRICULTOR RURAL E SUA CAPACIDADE REFLEXIVA E PROPOSITIVA DE MUDANÇAS.....	76

4.4	ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	80
4.5	REDE DE APOIO E AÇÕES JUNTO AO PEQUENO AGRICULTOR FAMILIAR PARA MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR DO CAMPO	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A - MODELOS DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	124
	APÊNDICE B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	125
	APÊNDICE C - DELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO	126
	APÊNDICE D – PARECER CONSUBISTANCIADO DO CEP	128
	APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	128

APRESENTAÇÃO

Importante para iniciarmos a discussão proposta introduzir um pouco da realidade vivida em nosso cotidiano pelo pesquisador, junto a agricultura familiar em que me motivou a buscar formas de problematizar esta realidade encontrada no município em que vivemos a cidade de Não-Me-Toque.

Sou agricultor familiar neste município, desde muito jovem seguindo a atividade da minha família, decidi me manter na atividade e me dedicar a sucessão na propriedade, continuando a produzir culturas de grãos, soja, milho, trigo, canola. Felizmente nos últimos anos estamos progredindo em faturamento, extensão de área, mantendo uma mecanização de ponta, mas pude notar que essa realidade é vivida por poucos no município, poucos que vem permanecendo dedicados a agricultura familiar.

A contar da decisão importante de seguir na propriedade, escolha essa que me faz exceção entre jovens, colegas amigos, que também são filhos de produtores, em que a maioria buscou outras áreas de atuação. Dentre os motivos as grandes dificuldades vividas pelo pequeno produtor seguir produzindo com seu pedacinho de terra.

Dentre minhas formações acadêmicas, voltadas a administração e ao agronegócio, e com a oportunidade de conhecer diversas regiões do nosso país, me deixou intrigado e inconformado com a situação dos produtores familiares do nosso município. Realidade que pude conhecer bem ao longo de quatro anos como vereador da cidade e muitos anos na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vi uma visão totalmente voltada a produção de grãos, inserção de tecnologia, mecanização o que fez Não-Me-Toque reconhecida capital nacional da agricultura de precisão, não só pelo uso, mas pela forte indústria voltada ao setor presente no município.

1 INTRODUÇÃO

No contexto onde nos encontramos, refletimos quais as alternativas para os agricultores que o tamanho de sua propriedade, não condiz com uma escala que viabilize a inserção destas novas tecnologias voltadas a produção de grãos. Entendemos que engloba este público produtores que tem área inferior a 30 hectares aqui no município, resultando em um cenário, que quem não tem escala de produção vende para quem tem, e deixa a atividade, realidade comprovada pelos últimos anos em que perdemos mais de 200 estabelecimentos agropecuários se compararmos os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006, com o último de 2017, além da grande possibilidade destes números se agravarem ainda mais nos últimos anos, mas podemos afirmar que no mínimo 200 famílias romperam este laço com a propriedade rural.

Famílias que hoje vivem uma realidade bem diferente, pois como a demanda por mão de obra no setor industrial na região é muito grande, boa parte deles hoje estão empenhando sua força de trabalho no chão de fábrica, em uma realidade mais exaustiva e menos rentável do que poderia ter obtido condições de desempenhar suas atividades na agricultura familiar.

Como vimos acima nos dados estes processos migratórios não ocorre com tanta intensidade em algumas regiões próximas mais completamente distintas, como no Vale do Cai, Serra, Alto Uruguai, em que a média de área por agricultor é expressivamente menor, o que no nosso município é considerado inviável de produzir, como uma área de menos de 10 hectares, que praticamente foram extintas no município, mas nestas regiões os produtores vivem com boas condições de renda e qualidade de vida, com esta mesma área, diversificando a produção e agregando valor a ela, com nichos diferenciados como a produção de aves, suínos, fumo, hortifrúti, mel, peixes, culturas que aqui pouco são exploradas.

Colaborando para inserção de um pensamento coletivo no município de Não-Me-Toque, que a produção agrícola local deve seguir apenas o padrão extensivo e mecanizado, desconsiderando oportunidades de diversificação que poderiam manter famílias no campo, empregando sua mão de obra familiar, gerando renda não só para a família, mas para toda a economia local.

A agricultura familiar tem como base a mão de obra em seu núcleo familiar para a produção agrícola a qual hoje é responsável segundo a Organização das Nações

Unidas (ONU) por 80% da produção de alimentos, sendo 500 milhões de agricultores familiares em todo o mundo, representando a nível global 90% das propriedades rurais, atividade esta que aqui no Brasil surgiu como um contraponto a atividade latifundiária, a qual produz em larga escala, conforme ressalta (OLIVEIRA, 2019).

Notadamente esta agricultura é de subsistência destinada diretamente para a mesa do consumidor focada no mercado interno, em cadeias de produção curtas, destinadas a demanda regional, diferentemente da agricultura destinada a produção de grãos, de fácil mecanização e larga escala consideradas commodities que são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria (FIOCRUZ, 2022).

As commodities são mercadorias, principalmente de origem primária, produzidas em larga escala. Elas possuem grande valor comercial, uma vez que são negociadas nos mercados internacionais. As *commodities* apresentam grande capacidade de comercialização e armazenagem, conforme Campos (2021). Características que impedem a competitividade da agricultura familiar, se tratando de uma forma de produção menos mecanizada, explorando a mão de obra familiar em uma escala de área não muito extensa.

Dentro destas características distintas da produção agrícola convencional, a agricultura familiar é o maior número de estabelecimentos agropecuários do nosso país, segundo censo do IBGE (2017), também a agricultura familiar é a responsável pela maior parcela dos empregos gerados no campo e representa a maior parte das propriedades agropecuárias brasileiras. Esse segmento caracteriza-se pela produção de uma grande variedade de alimentos (EMBRAPA, 2021). Neste sentido estas famílias tornam-se os agentes da diversificação da produção tanto estadual quanto nacional, geralmente destinando à sua produção para suprir o mercado interno e a demanda nacional por alimentos.

Inseridas no setor agrícola que nos últimos anos mantem uma grande escala de crescimento tanto de produção quanto de valores monetários envolvidos no agronegócio nas últimas décadas, mas principalmente nos últimos anos. Passando de 200 milhões de toneladas de grãos produzidos em 2015, para uma estimativa de mais de 300 milhões de toneladas para safra 2022\2023, um aumento de 100 MMT em apenas 7 anos, segundo a CONAB (2022), mostrando que a produção agrícola vem

batendo recordes ano após ano ininterruptamente. Esse contexto se da boa parte, ao aumento da tecnologia empregada, expansão das fronteiras agrícolas, desenvolvimento genético e uma demanda global constante por alimentos.

Momento este de aceleração incomparável sabendo que ainda segundo a CONAB (2022), em 1980 nossa produção atingiu 50 M\T e demorou 21 anos para atingir 100 M\T em 2001, assim considerando que nos 21 anos seguintes a produção triplicou seus números, batendo agora uma perspectiva de 300 M\T.

Cenário este em que fortalece o foco em monoculturas de fácil mecanização, trazendo para as fronteiras agrícolas uma facilidade de produção nas culturas de grãos, commodities, que podem e tendem ser produzidas em escala maior, vimos em contraponto uma redução drástica dos estabelecimentos familiares de produção familiar, que só no município de Não Me Toque, onde a presente pesquisa será realizada, representou redução de mais de 200 estabelecimentos agropecuários se levarmos em conta o último censo realizado (IBGE, 2017) trazendo uma preocupação latente aos governantes, pois:

Sob diferentes enfoques, a agricultura familiar tem sido apresentada por alguns estudos e, mais especificamente nas esferas econômica e social, têm demonstrado sua importância para as várias regiões e contextos do país. Estes estudos demonstram também a preocupação gerada diante da expansão produtiva dos estabelecimentos de maior porte e intensidade tecnológica, em relação aos reflexos gerados nas condições para atuação econômica das propriedades de menor porte (BUAINAIN; GARCIA, 2013; CAMPOS; NAVARRO, 2013). Por outro lado, o contexto do atual agronegócio brasileiro, composto por diversas cadeias, se volta cada dia mais a impulsionar grandes propriedades rurais, destinadas principalmente a produção mecanizada de grãos, resultado disso, notamos claramente uma concentração da área agricultável.

Segundo os “dados definitivos do Censo Agropecuário 2017, os quais sugerem – comparando com os resultados do Censo Agropecuário 2006 – uma diminuição de 9,5% dos estabelecimentos familiares, de 4,3 para 3,9 milhões de unidades” (DELGROSSI, 2019; GRAZIANO; NERY, 2019 apud NASCIMENTO; AQUINO, DELGROSSI, 2022). Realidade esta apesar do setor ser alvo de algumas políticas públicas voltadas a auxiliar a permanência destas famílias na atividade, a maioria a nível federal, tem como limitador para a sua eficiência a heterogeneidade de nosso país continental.

Assim, o setor agrícola familiar, majoritariamente excluído dos benefícios trazidos pelo crescimento econômico, passou a contar com uma série de serviços e políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento, entretanto a complexidade existente no heterogêneo mundo rural brasileiro, muitas vezes, faz com que os resultados dessas políticas sejam bastante diversificados. Dessa forma, não se pode esperar que o êxito de uma política pública esteja ligado apenas à qualidade da redação de seu documento. É preciso considerar também as características locais em que essas políticas estão sendo trabalhadas (ANDRADE; SILVA; ANDRADE, 2015 apud ANDRADE *et al.*, 2019).

Entendemos então que entre a redação, e aprovação de leis, contem dificuldades em abranger uma área tão diversificada como o território brasileiro, ainda a distância entre o redigido e o executado, continua grande, falta acompanhamento, análise, aperfeiçoamento, para que resultados sejam colhidos.

Restando aos pequenos agricultores buscarem alternativas para ficarem vivos na atividade, assim segundo Schneider (2010), as unidades de produção rural podem optar por cinco mecanismos para diversificação: ampliação do portfólio de produtos, redução dos custos e da dependência de insumos externos, reorganização técnico produtiva da propriedade (voltando-se para práticas orgânicas, por exemplo), pluriatividade e criação de pequenos empreendimentos

Mas a dificuldade para atingi-los é gigantesca, os números astronômicos já citados, de abandono da atividade familiar de 200 estabelecimentos perdidos nos últimos 11 anos no município de Não-Me-Toque/RS segundo (IBGE, 2017), torna-se uma necessidade de ser reconhecida, vamos analisar este contexto de forma local, buscar compreender de que forma isso afetou a economia local e propriamente do ponto de vista público o quanto isso alterou os níveis de arrecadação e disposições sociais do município.

Analisando estes pontos também nos propomos pensar formas de intervenção para reverter ou barrar esse fluxo contínuo de abandono da produção familiar, buscar reverter esses números de uma maior concentração da produção. Vemos que o município de Não-Me-Toque/RS tem acentuado o tamanho da redução dos estabelecimentos familiares, e seus impactos, econômicos e sociais.

Este estudo pretende demonstrar de forma mais qualitativa reflexões sobre o nosso problema de pesquisa aqui apresentado identificar os objetivos a serem atendidos, trazendo as justificativas e confirmando a relevância deste tema através de autores, para reforçar conceitos e resultados já identificados sobre agricultura familiar,

junto aos sujeitos entrevistados então através da metodologia da pesquisa utilizada e seus critérios utilizados e métodos para a pesquisa de campo, trazendo seus resultados analisados e interpretados correlacionando com os consultados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir de todo este cenário de vida, trabalho e vivência no campo propus ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a apresentação do respectivo problema de pesquisa, aqui apresentado pelo fato desta realidade ser parte do cotidiano de vida não somente meu e de meus familiares, mas também de companheiros que labutam no enfrentamento da manutenção da agricultura familiar. Entendessemos que no momento em que os estabelecimentos familiares que demandam mais mão de obra perdem espaço para estabelecimentos mecanizados a demanda por mão de obra tende a cair.

Portanto em nosso problema de pesquisa pretendemos compreender:

Como a agricultura familiar vem conseguindo manter sua subsistência através da terra e o impacto deste trabalho no desenvolvimento regional?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

A proposta de estudo tem como objetivo geral: Analisar como o pequeno agricultor no município de Não-Me-Toque RS pode manter a agricultura familiar como atividade de trabalho para a manutenção e sobrevivência dele bem como de sua família. Entende-se que a agricultura familiar perdeu suas atividades de trabalho nos últimos anos, apesar do aumento da produção agrícola, segundo censos agropecuários do IBGE (2006; 2017) o município perdeu 200 estabelecimentos agropecuários nos últimos 10 anos.

Trazendo com dados concretos e numéricos seus resultados para o poder público municipal, assim criando embasamento e justificativa não só de cunho social, mas também econômico administrativo, para políticas de controle a esta situação.

Entendessemos então através desta identificação poder levar esta discussão junto a gestão pública municipal, gerando políticas realmente efetivas que sejam fatores de

manutenção da sobrevivência da agricultura familiar fortalecendo este segmento de trabalhadores, no local onde estes sujeitos vivem.

Esclarecendo de forma objetiva os principais fatores, que trazem o presente estudo, seus impactos para a economia e principalmente um produto profissional, que são as medidas de intervenção, políticas públicas concretas para mudar essa realidade.

1.2.2 Objetivos específicos

Nos objetivos específicos buscou-se compreender de forma mais específica como se configura o impacto da forma como a agricultura familiar vem conseguindo manter sua subsistência através da terra e o impacto deste trabalho no desenvolvimento regional, para tanto alinhamos os seguintes objetivos específicos:

Realizar uma revisão bibliométrica sobre as últimas produções sobre o tema proposto neste projeto.

Compreender como agricultura familiar, vem impactando no processo da economia local, no conjunto do coletivo de trabalhadores do campo, na cidade de Não-Me-Toque.

Identificar junto ao pequeno produtor quais fatores que levaram a agricultura familiar a perder espaço perante a agricultura não familiar, e como o mesmo monta sua estratégia de sobrevivência a partir do trabalho desenvolvido na agricultura familiar.

Reconhecer como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais entende o valor da agricultura familiar para o bem-estar das famílias no campo e sua sobrevivência, e quais as ações estão sendo realizadas ou não para manutenção do pequeno agricultor no território.

Propor uma ação interventiva com foco no associativismo e planejamento para desbravar mercados e agregar valor com o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, trazendo para a realidade cadeias produtivas de menor escala com maior valor adicionado, que sejam alternativas para aumentar a renda destas famílias.

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante das reflexões e dados citados acima a realidade encontrada temos a certeza da relevância de aprofundar estudos neste tema. Para termos uma base fundamentada da realidade da agricultura familiar no município, entendemos que se faz necessário a criação de políticas públicas de relevância para a nossa sociedade no âmbito da agricultura familiar.

No cenário do agronegócio atual, enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, aparentemente um grande número de pessoas empregadas, mas quase irrelevante se comparamos com o número que a agricultura familiar perdeu neste período que chega a 2,2 milhões de trabalhadores. O IBGE (2017), reforça que apesar do agronegócio, por parte da agricultura extensiva estar gerando muitos postos de trabalho é insuficiente para abranger o grande percentual de agricultores que abandonam a atividade, ou seja, em níveis gerais a agricultura ainda tem um saldo negativo de aproximadamente 1,5 milhões de trabalhadores nos últimos anos, os quais tiveram que se inserir em outros setores.

Realidade que retrata o cenário atual nacional de desemprego, pois comparando estes dados, somente este setor acabou jogando mais de 1,5 milhões de desempregados no mercado de trabalho, concorrendo com a mão de obra urbana a qual já vivia momentos de dificuldade, ainda com um agravante muitas vezes o baixo nível de formação e qualificação para sua inserção profissional nos demais setores.

O trabalhador rural foi por muitos anos descrito como trabalhador informal, que pode estar entre um dos motivos para o êxodo rural, já que os produtores partiam com suas famílias para as grandes cidades em busca de um emprego fixo e melhores oportunidades para garantir um futuro melhor à sua família. Mattei (2005) afirma que até o início da década de 90 praticamente não existiam políticas de crédito voltadas para o pequeno agricultor, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) além de fortalecer a agricultura familiar seria também responsável por promover a cidadania do homem do campo e sua respectiva inclusão social.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Mas, só em 1996 que o Decreto nº 1946, criou o Pronaf como programa de governo sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De acordo com o Decreto nº

3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. (GOVERNO FEDERAL, 2023)

Analisando um dos principais problemas causados a níveis gerais por esta redução da atividade familiar, e sua correlação com os níveis de desemprego atual, somando-se os números ainda existentes de propriedades que vivem do campo entende-se a necessidade de se unir esforços para sua conservação, necessidade essa ratificada pelos dados de levantamentos e censos do IBGE (2017, [online]).

A agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de commodities agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: apenas 23% do total no país.

Pois assim o censo resumiu a realidade agrícola do nosso país, apesar dos estabelecimentos familiares deter o maior número de propriedades, detém a menor área de cultivo, pelo pequeno porte dos estabelecimentos. Mas ainda assim correspondem a 70% da produção de alimentos nacionais, ou seja, o alimento que toda a população encontra no supermercado tem grande parcela destas famílias, conforme a exposição do IBGE (2017).

Ressaltando para outro problema o abastecimento local e nacional, considerando que o Brasil, não tem problemas de falta de produção, mas com um mercado globalizado os preços externos acabam afetando e alterando o mercado interno, quando boa parte da agricultura se destina a exportação. Em resumo menos agricultura familiar é menos oferta de alimento a níveis locais e menos oferta é mais preço no supermercado. Sendo que a remuneração pelo cultivo de alimentos no mercado interno tem sido pouco atrativa, mesmo para o pequeno produtor. A chamada agricultura familiar é responsável por boa parte do que chega à mesa dos brasileiros, conforme Souza (2021), que relaciona os principais motivos que apesar dos recordes de produção do agronegócio brasileiro o aumento da fome segue se agravando.

Agravando um sério problema social no Brasil, a qual a crise político econômica trouxe a situação de vulnerabilidade a grande parcela da população, aliado ao desemprego e uma pandemia global. A população se vê concorrendo por alimentos

com economias pulsantes como a china e países asiáticos ou com moedas mais valorizadas como a Europa. As dimensões deste problema nacional, foram levantados e explicados ainda por Souza (2021, [online]):

No final do ano passado 2020, pouco mais da metade da população brasileira (116,8 milhões) convivia com algum nível de insegurança alimentar, segundo pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan). Insegurança alimentar é a falta do acesso pleno e regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, como moradia. Segundo o mesmo estudo, 9% da população (19,1 milhões) enfrentava o nível mais grave, o que se chama de fome.

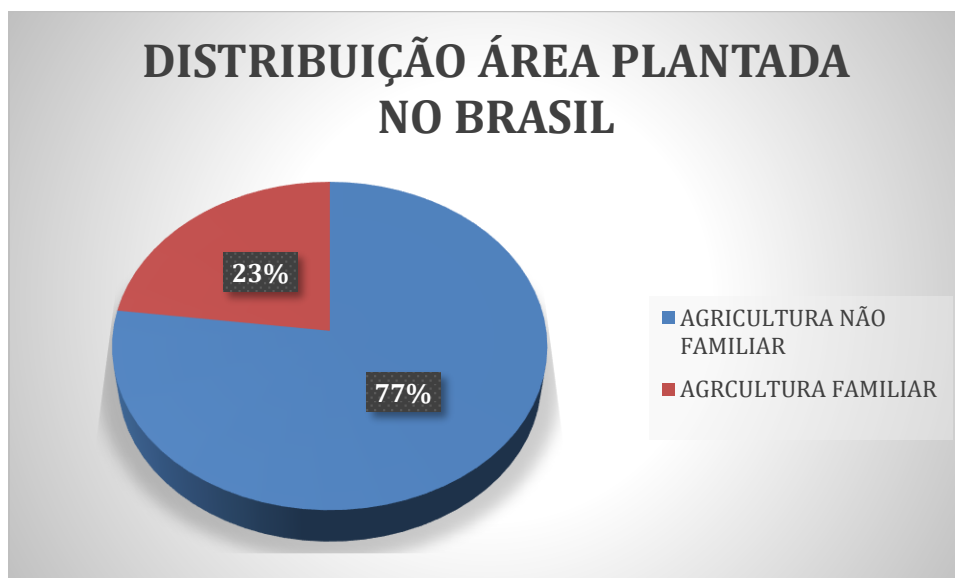
Trazendo indícios que a produção em larga escala, e aumento da produção nacional, não necessariamente significa, mais disponibilidade de alimento acessível à população brasileira, reforçando os dados trazidos pelo IBGE (2017), que afirma que 80% dos alimentos destinados ao consumo interno vem da agricultura familiar, setor que não tem sua produção destinada e seus produtos contaminados pela cotação internacional.

Além destes dados chamar a atenção para a concentração dos meios de produção e de renda no nosso cenário nacional em que muitas famílias lutam para produzir com uma pequena parcela do nosso território e pequena parcela detém o poder sobre um vasto território, tornando uma concentração de renda clara.

Podemos afirmar através dos dados tabelados do último censo agropecuário do IBGE realizado em 2017, que a agricultura familiar representa 77% das pessoas ocupadas na agricultura, mas detêm apenas 23% do território agrícola nacional. Restando a agricultura não familiar 23% das pessoas ocupadas na atividade, mas por outro lado 77% do território agrícola.

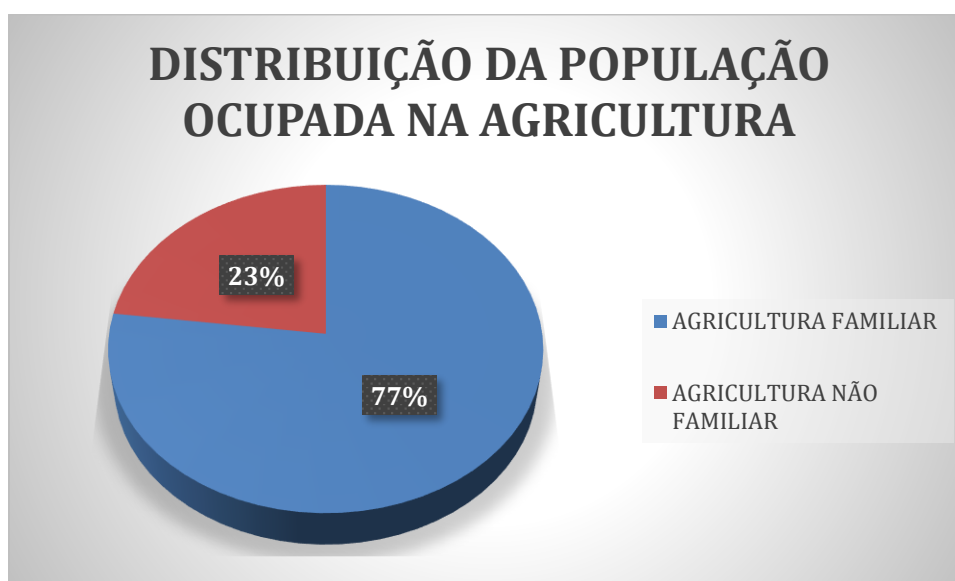
Afirmando que há uma concentração de áreas produtivas para uma pequena parcela da população agrícola, concentrando área e conseqüentemente renda. Como vimos os dados tabelados a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição área plantada no Brasil



Fonte: Autor (2022).

Gráfico 2 - Distribuição da população ocupada na agricultura



Fonte: Autor (2022).

Esta realidade representa o resultado de diversos fatores de colonização, mas que muitas vezes são agravados pela interferência das políticas públicas que fomentou sim a produção nacional ressaltando os números atuais, e teve atitudes mais recentes de auxílio a essas famílias, ressaltando a criação do PRONAF, o programa nacional de fortalecimento a agricultura familiar, trouxe linhas de crédito,

para custeio, investimentos, seguro agrícola, dentre outros amenizando um pouco esta realidade, mas insuficiente para mudar a realidade a longo prazo, como acima vimos, assim resumidos:

A política governamental brasileira de modernização da agricultura nas décadas de 1960, 1970 e 1980, cujo objetivo principal consistia na construção de uma maior diversidade de complexos agroindustriais⁴, privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola ser estruturado no país. Como resultado dessa opção política e estratégia econômica, foram excluídos do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares, que formavam o segmento social produtivo mais numeroso e desfavorecido do meio rural brasileiro (NASCIMENTO; AQUINO; DELGROSSI, 2022, p. 4).

A importância do tema, ressalta a necessidade de um debate mais específico, para que os números não continuem desta forma, com o objetivo de deter uma relação deste problema com seus reflexos econômicos e sociais no município sendo que o levantamento do Censo Agropecuário de 2017 aponta que essa prática é responsável pela economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. Mais que isso, 40% da população economicamente ativa depende dessa atividade, assim como 70% dos brasileiros que vivem no campo (AIRES, 2021).

Em modo geral atualmente, o principal entrave do PRONAF é a opção por beneficiar agricultores capitalizados produtores de commodities, seguindo o mesmo caminho do Sistema Nacional do Crédito Rural. Foi constatado que o Programa não está promovendo a diversificação econômica, e isso deixa os beneficiários sujeitos à variabilidade climática e à volatilidade dos preços. Desse modo, diante do que foi exposto, cabe refletir sobre a atuação de um programa que foi pensado para priorizar e fomentar a diversidade de atividades agrícolas dos agricultores familiares (TROIAN, 2020).

Notamos que o desconhecimento da realidade da agricultura familiar, está atrelado a falta de políticas públicas locais que interfiram diretamente no setor e que possam reduzir essa condição, de abandono de propriedades e junto com isso seus impactos econômicos e sociais. Ressaltando a eficiência restrita da principal política pública destinada a este setor o PRONAF, o qual podemos notar em sua série histórica que os recursos destinados ao programa apesar de perdurarem por décadas eles oscilaram conforme a característica de cada governo.

Percebemos uma variação de recursos destinados ao programa que chegou a ser reduzido em uma oportunidade, além da variação das taxas de juros que oscilaram

conforme a disponibilidade de recursos federais para serem equalizadas, conforme a Selic do período, na tabela abaixo podemos confirmar estes dados:

Ano do anúncio	Valor	Varição	Juros
2003	36,7	-----	8% a 12%
2004	40,8	11.17%	8% a 12%
2005	48,3	18.38%	6% a 10%
2006	52,2	8.07%	6% a 9%
2007	55,9	7.08%	5% a 8%
2018	60	7.3%	4,5% a 8%
2009	92	53.3%	4,5% a 8%
2010	107,2	16.5%	4% a 8%
2011	115	7.2%	4% a 8%
2012	115	0.0%	3,5% a 8%
2013	136	18.2%	3,5% a 8%
2014	156,1	14.77%	3,5% a 8%
2015	187,7	20.2%	2,5% a 8,75%
2016	202,8	8.04%	2,5% a 12,75%
2017	225,6	11.2%	2,5% a 12,75%
2018	194,3	- 13.9%	2,5% a 12,75%
2019	225,6	16.1%	2,5% a 12,75%
2020	236,3	4.7%	2,5% a 6%
2021	251,2	6.3%	2,5% a 6%
2022	340,88	35.7%	6% a 8%
2023	441,92	29.6%	4% a 8%

Fonte: Duarte 2023

Destacamos que os recursos destinados pelo programa de crédito, também vem se concentrando, e acessando menos produtores com maiores contratos, como podemos perceber no trabalho de FOSSA *et al.*, 2022, que analisando o programa notou que o montante de recursos contratados aumentou entre 2013 e 2020 em 14,72%, ou seja, passou de R\$ 27,36 bilhões, em 2013, para R\$ 31,39 bilhões, mas o número de contratos efetivados passou de 1.985.543 para, 1.448.581, neste mesmo período, verificamos que os valores médios dos contratos do programa apresentaram crescimento constante desde o ano inicial do período considerado. Uma das consequências visíveis desse processo é que o valor médio dos contratos entre 2013 e 2020 foi de R\$ 16.942,00, em que o maior valor da série foi registrado no ano final da série (2020), quando o montante médio do contrato foi da ordem de R\$ 21.670,00.

Alternativas existem, mas o conhecimento do cenário é fundamental para adequar alternativas mais assertivas, dentro dessa necessidade de se desenvolver uma economia alternativa, em que a exploração pode ser evitada, com novas perspectivas de ocupação produtiva, e reforçar trajetórias de inclusão social; um cenário alternativo e desejado, que contemple um “novo modelo de desenvolvimento (SILVA *et al.*, 2021).

Contemplando os enfoques e realidades sociais neste contexto, que envolve a agricultura familiar, o incentivo por mais políticas públicas se faz necessário para que assim a agricultura familiar com incentivo do governo possa crescer, de forma sustentável utilizando os recursos naturais e que este trabalhador do campo possa garantir a ele e sua família não somente recursos ampliados para o desenvolvimento do país, mas para qualidade de vida deste núcleo familiar. Neste sentido, Silva *et al.* (2021, p. 341) nos faz refletir a respeito.

Ao se exemplificar essas políticas públicas, a questão da agricultura familiar é mais bem compreendida. As políticas para este setor estão associadas à cultura “camponesa”, embasadas na noção de reprodução econômica da pequena agricultura familiar, sendo associadas à geração de uma renda suficiente para manter a família e usar os recursos naturais de forma sustentável. Em contraste, porém, com o atual governo, que possui uma visão neoliberal, elas tendem a sofrer modificações ou serem extinguidas, pois acredita-se que uma ideologia se sobrepõe a outra. Por isso, a análise da rede de colaboração da agricultura familiar se faz necessária.

Compreende-se com o autor acima que no momento em que esta cultura camponesa, vem ano a ano se extinguindo, vemos uma realidade cultural e social se

alterando, entendemos que a ponta mais fraca da agricultura brasileira, os pequenos produtores, acabam sendo tratados de forma igualitária com a produção de escala, em uma visão atual de não intervenção do estado a qual deveria zelar e preservar, as condições mínimas, para geração de renda e qualidade de vida, encontrando alternativas e suporte a setores ou segmentos que passam dificuldades. Não tratando somente do interior da propriedade familiar, mas todo um segmento que ao seu entorno é primordial para o desenvolvimento e manutenção do setor.

Entendemos que as coligações deste setor são de extrema complexidade que acabam estabelecendo o movimento de todos os setores principalmente em pequenos municípios, pois reestruturação da agricultura e a dinamização da atividade industrial no município colaboram também para que o setor de serviços se torne cada vez mais complexo a partir da geração de demandas de diversas ordens, procuramos enfatizar a relação entre esses setores no processo de consolidação de uma nova dinâmica econômica no município (ANTUNES, 2019).

Além disso apesar da realidade local, da cidade de Não-Me-Toque ser mais industrializada, a agricultura familiar é a base para realidades similares pois em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes a agricultura familiar é a principal base econômica, como revela o censo agropecuário realizado em 2017. Responde por uma diversificada produção de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes, o que a coloca como a oitava maior produtora de alimentos no mundo (MOTTA, 2020).

Estas afirmações trazem um pouco das correlações entre os setores e impactos, que vem sendo esquecidos, para uma visão empresarial, como muitos tentam atualmente trazer ao ambiente público, as medidas tomadas pela empresa, podem afetar, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, e todo seu círculo de relações, mas os impactos que cada um sente não é relevante para a empresa deste que seu faturamento, margem de lucro sigam positivos. Já em uma visão publica todas as medidas tomadas, podem gerar benefícios, ou dificuldades a todo um círculo envolvido, e o resultado em cada ponta é sim um problema também do estado. Como vemos na agricultura familiar, em que a falta de investimento na manutenção da atividade é menos arrecadação, principalmente para os municípios, menos oferta de alimentos, e mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, no continente europeu, surge durante os anos 90 o Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (*Leader*).

Considerado um marco referencial na mudança da concepção do meio rural para as políticas públicas, o Programa apreciava as diversas peculiaridades regionais e a complexidade existente no campo, passando a adotar a perspectiva territorial para alcançar o desenvolvimento rural (HESPANHOL, 2010).

Trazemos esta realidade para análise com uma perspectiva de aprofundamento neste, buscando encontrar ao máximo informações sólidas para conseguir construir propostas de intervenção que impactarão de forma positiva neste realidade, ressaltando a suma importância em ambos os aspectos deste problema, principalmente pela ótica do pequeno agricultor e a importância de se pensar ações de governo, o qual sofre com seus resultados negativos e é sim responsável por um planejamento econômico e social, independentemente do tamanho do município ou sua realidade.

2 CAPÍTULO I

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo do trabalho, vamos buscar a caracterização segundo a legislação e diversos autores dos conceitos de agricultura familiar, suas características e peculiaridades, e como esta atividade foi vista ao longo do tempo.

A agricultura familiar é a base de nossa produção de alimentos para a subsistência de nossos municípios, estado e país ela é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar.

Distinto do conceito de uma empresa familiar que pode ser caracterizada como sendo de capital aberto e com suas origens ligadas a uma mesma família há pelo menos duas gerações, mantendo seus membros na administração dos negócios (GRZYBOVSKI; TEDESCO, 1998). Segundo Silva e Mendes (2009), a agricultura familiar pode ser caracterizada pela relação entre propriedade, trabalho e laços familiares com diferenças regionais.

Contendo uma importância sem precedentes quando forma nossa base alimentar, destinada na maioria dos casos para o mercado interno, gerando desenvolvimento econômico e social, muitas vezes em contraponto com a agricultura atual, por conta disso as dificuldades enfrentadas são inúmeras e vem se agravando ao longo de décadas, como a própria legislação brasileira já a considera.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar, com a ideia de pequenas propriedades sendo exploradas pela própria família, foi regulamentada ainda na década de 1960, com a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que rezava no seu artigo 4º, inciso II: 'Propriedade Familiar', o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Apesar de muito tempo antes constar, na legislação brasileira ainda eram épocas de expansão e exploração agrícola do nosso território, buscando a tecnificação e exploração ao máximo do território com métodos eficientes e mais produtivos e com menos mão de obra, por isso somente muitos anos após esta

importante categoria, começou a ser mais lembrada e vista pelas políticas públicas, momento em que ela começou a perder espaço para agricultura moderna.

Na legislação brasileira, a agricultura familiar é uma atividade econômica prevista na Lei nº 11.326/2006. Conforme a lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Conceito esse importante para citar e diferenciar a agricultura familiar, trazendo suas distinções, e reconhecendo suas especificidades, diferentes da agricultura de grande escala que norteou nosso desenvolvimento. Rippel, Rippel e Reis (2010) apontam que a ocupação do interior do território brasileiro foi feita com base em grandes explorações, com a plantação de produtos com preços elevados para sustentar a política mercantilista da Europa e gerar um grande acúmulo de capital para os grandes proprietários de terra; ao passo que a pequena propriedade rural, sem condições de capital e aparato técnico para ingressar nas atividades de interesse mercantil, passaram a produzir bens para a sua subsistência.

Então posteriormente reprimida por um processo de mecanização, que contemplou apenas em partes, bem como Silva e Mendes (2009) afirmam que o processo de modernização no setor rural do Brasil favoreceu apenas a agricultura empresarial, fazendo com que essa se tornasse competitiva e com ganhos de escala, mas criando uma série de problemas sociais e econômicos para os pequenos agricultores que ficaram à margem desse processo de modernização.

Para entender um pouco essa relação da agricultura familiar com os períodos é importante trazer essa síntese de três momentos da agricultura brasileira.

Primeiro momento (1960-1970): em 1960, a produção da soja alcançou a importância econômica de destaque no Sul do país; em 1965, a grande produção de suínos e aves acabou criando uma demanda por farelo de soja, como fonte de proteína vegetal na alimentação animal. Segundo momento (1970-1990): foi criada, em 1975, a Embrapa Soja, no Estado do Paraná, região que é pioneira no cultivo de grãos; além da criação do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool). Terceiro momento (1990-2014): ocorreu intenso uso do plantio direto, com aumento da qualidade das sementes; forte transformação institucional da economia brasileira, com a abertura de mercado e estabilização monetária (Plano Real); criação de programas de financiamento e de investimento na segunda metade da década de 1990 (PRONAF e Moderfrota) (VIEIRA FILHO, 2014 apud MARIUSSI, 2020, p. 26-27).

Dessa forma, os agricultores passaram a confiar plenamente nos técnicos que implantaram a modernização da agricultura e no crédito, ofertado pelas instituições financeiras para financiar suas lavouras. A mudança levou a especialização das propriedades na produção de commodities agrícolas, tais como soja, milho, leite, cana-de-açúcar, algodão, entre outros (DENGO, 2018).

Os impérios alimentares caracterizados por Van Der Ploeg (2008) se tornaram cada vez mais evidentes. Dominando a produção de alimentos e utilizando da regulamentação sanitária, antes criada para frear a ganância dos capitalistas conforme explica Street (2011), para excluir os pequenos produtores, vistos como concorrentes no sistema capitalista.

Para aqueles que não conseguem acompanhar o moderno sistema de produção, a pobreza é o destino final. A modernização gera a exclusão de muitos agricultores que não conseguem acompanhar as novas formas de produzir e comercializar (DENGO, 2018).

O momento que os autores apontam, traz alguns motivos do cenário atual, pois este período de inserção de tecnologia, que motivou um salto na produção agrícola, também foi um período de transição, que ocorreu uma forte seleção no ambiente rural, onde principalmente as pequenas propriedades foram cada dia mais excluídas de um sistema direcionado para o ganho de escala, sem essa escala o pequeno produtor se vê sem condições de aderir, a equipamentos e tecnologias, resistindo com seu método de produção muitas vezes mais tradicional, mas menos competitivo.

O agravante do modelo imposto pelos impérios agroalimentares (VAN DER PLOEG, 2008) foi a perda de autonomia na produção. A população sofre um processo de perda de conhecimento acumulado ao longo dos anos, deixando de repassar para as novas gerações de agricultores técnicas e processos antes conhecidos. Os jovens em meio a essa configuração se veem sem iniciativa para iniciar uma nova atividade, além do que muitas vezes a propriedade se torna inviável para ser dividida por um número razoável de irmãos. Já que a produção em escala exige maiores extensões de território. Dessa forma, a migração para as cidades é uma das alternativas mais apreciadas pela juventude rural.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E OS IMPACTOS DE SUAS MUDANÇAS

Nesta etapa vamos trazer as mudanças ocorridas com as propriedades rurais e com os agricultores nos últimos tempos, e como isso impactou a produção agrícola a economia nacional e regional, como se estabeleceu uma nova maneira de produção e principalmente como isso impactou na vida cotidiana da relação do agricultor familiar com seu trabalho e sua ligação com o território.

No decorrer dos últimos anos, pode-se dizer que a agricultura familiar passou por diversas mudanças, tanto no que diz respeito à tecnologia envolvida na fabricação dos produtos, o impacto gerado na qualidade e na produção agrícola, bem como nos valores envolvidos.

Trazendo a agricultura familiar que é a menor ponta da produção agrícola, um ambiente a margem a este desenvolvimento de escala e cadeias globalizadas dadas suas características distintas e sua escala, voltada na maioria das vezes a subsistência e comercialização local ou regional. Além de ser caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família, e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média, ligada à agroecologia, agricultura orgânica e cooperativas de economia solidária.

Para Kessler (2017, p. 19) a agricultura familiar refere-se a um tipo de agricultura “desenvolvida em pequenas propriedades rurais, tendo um papel no abastecimento alimentar brasileiro, sendo muito significativa para o sustento de diversas famílias que vivem na zona rural”. Silva e Mendes (2012, p. 34) definem a agricultura familiar como “uma variedade de fatores que possuem em comum uma ligação com o campo, utilizando de recursos naturais em suas atividades agrícolas, a qual possui emprego da mão de obra familiar”.

“O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) define agricultura familiar como uma forma de produção na qual predomina a interação entre gestão e trabalho” (PANNO; MACHADO, 2014, p. 273).

A agricultura familiar é reconhecida pela sua importância e responsabilidade na garantia de alimentos de qualidade na mesa do povo brasileiro, representando 70% (setenta por cento) da produção de alimentos consumidos. É reconhecida também como objeto de promoção e desenvolvimento, gerando postos de trabalho, renda e sustentabilidade socioeconômica nos locais onde é desenvolvida (CONTAG, 2022).

O reconhecimento da importância e relevância da agricultura familiar, pela sociedade e governo, é motivo de busca incansável das entidades representativas do setor, para consolidar o entendimento da importância desta atividade, motivando o auxílio do poder público, pois já existe um entendimento prévio, de algumas gestões que a forma de tratamento deste setor requer um tratamento diferenciado, a preço da total extinção ou redução drástica da categoria. Motivações que justificaram a criação de programas destinados diretamente ao agricultor familiar.

Existem programas que visam auxiliar a agricultura familiar. Um deles é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, pelo governo federal. O programa objetivava através de um financiamento fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor integrando-o a cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo. O mesmo se consolidou em 4.963 municípios do Brasil, espalhados por todas as regiões, com mais de R\$ 180 bilhões aplicados em quase 30 milhões de contratos nas mais diversas modalidades (MAPA, 2017).

O PRONAF é dividido em subprogramas, os quais são: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito (Grupo “B”) e Pronaf Cota- Parte (BNDS, 2019).

Sem dúvidas o PRONAF é o maior programa e mais eficiente programa público destinado os pequenos produtores, pois traz linhas exclusivas, para melhorar sua competitividade, baseado em dois fatores fundamentais, o crédito, acessível e com taxas subsidiadas, para custear as culturas implantadas e para dar condições de investimentos na atividade, como fazer um galpão, comprar um trator, e a securitização, parte custeada pelo governo, para garantir mais estabilidade e mais segurança.

Partimos do pressuposto, do que já foi compreendido por muitos, que a agricultura desempenha papel importante para formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sobretudo quando esta é avaliada como o núcleo do agronegócio nacional. A sua importância, entretanto, não exclui momentos de crise, ora em razão das adversidades climáticas, ora por preços aquém dos custos de produção. Isto por si é argumento suficiente para justificar um apurado controle de custos, capaz de amenizar as circunstâncias adversas características da atividade agropecuária (RONCON, 2011).

Nossa compreensão que, em particular, a agricultura familiar é fundamental para o abastecimento de alimentos das famílias brasileiras, bem como para o desenvolvimento regional. Entendemos com Tedesco e Brumer (2001, p. 35) que a parte significativa da agricultura familiar na atualidade assume uma racionalidade moderna, na qual o agricultor se profissionaliza. A globalização e a competitividade no mercado, fez com que os rendimentos de diversos empreendimentos rurais fossem cada vez menores e, a partir disso, a propriedade rural passou a ser visualizada por diversos pequenos agricultores como empresa rural, onde a mesma não é só produtora de matéria prima, mas sim como beneficiar o produto agregando valor comercial. Nessa perspectiva, a agricultura familiar é tomada pela ideia de que o “Agro é Pop, o Agro e Tech e o Agro é Tudo”.

Mostrando a visão popular, uma empatia com a agricultura familiar, e fortalecendo e incentivando a busca por produtos ofertados por ela, ressaltando a nível de consumidor, um sentimento que segue crescente nas últimas décadas, a preocupação ambiental, saúde e social, fatores que muitas vezes somente a produção em baixa escala e familiar conseguem suprir, incentivando essa busca da agricultura familiar pelo beneficiamento dos produtos e assim ofertá-los diretamente ao consumidor final.

O processo de aquecimento global e as catástrofes ambientais já ocorridas, apresentam-se como problemáticas para a produção agrícola, o que vem afetar não somente o agronegócio em suas práticas de cultivo, mas também em seu mercado. Segundo Batalha (2004, p. 9) salientam que “inúmeros, estudos têm apontado deficiências gerenciais nos negócios da agricultura familiar e reduzindo ganhos que poderiam advir da superação dessas deficiências”.

A preocupação mundial com a produção de alimentos parece estar convergindo para duas soluções quase opostas, porém não contrárias e sim complementares. De um lado, se tem os grandes empreendimentos com foco em economias de escala e, por vezes, com sistemas integrados de produção. Aí se têm o exemplo da agricultura extensiva, como as lavouras de grãos. Também se tem os sistemas integrados de produção de proteínas animais, como frangos, suínos e outros. De outro lado, se tem a típica agricultura familiar, que começa a ter noções de profissionalização e se conscientiza de que seu foco deve ser a agregação de valor.

Evidenciamos que cada vez mais, o consumidor considera sua saúde, qualidade de vida e o impacto ambiental na hora de escolher seus produtos, levando em conta as consequências diretas e indiretas de seu consumo. No entanto, o sucesso da empresa rural não depende somente da economia, mas, basicamente, do seu grau de gerenciamento, como habilidades técnicas e administrativas para o aproveitamento dos recursos à sua disposição, como terras, máquinas, implementos, recursos humanos, infraestrutura, animais e informações para tomada de decisões a respeito de fatores internos e externos.

Outra preocupação que vem se acentuando na agricultura familiar é a sucessão familiar e a forma como ela impacta nas mudanças territoriais. A chegada de uma nova geração na sucessão familiar das propriedades, bem como as novas tecnologias aliadas às novas plataformas digitais, tem causado reviravoltas. Nossos estudos apontam que a sucessão familiar sempre ocorreu naturalmente, entretanto, diante do panorama do mercado, tornou-se um processo que demanda ao jovem agricultor planejamento, estruturação e informação para manter e dar continuidade em todo trabalho desenvolvido pelos antecessores. Diante desse cenário, consideramos de suma importância observar e colher informações sobre a agricultura familiar.

A sucessão envolve a sobrevivência, a expansão e a continuidade da propriedade familiar, não se baseia apenas em racionalidade administrativa. Pode envolver duas ou mais gerações que envolverá a propriedade, família e patrimônio (GOMES *et al.*, 2015; GRZYBOVSKI, 2002). De acordo com Colet e Mozzato (2019) cada ser humano é diferenciado, sendo que suas características tendem a aparecer com maior ou menor frequência dependendo do contexto em que estão inseridos.

Considerando que a permanência de uma atividade que passa de gerações, além de suas questões gerenciais e econômicas, é uma necessidade de relações pessoais e perfis profissionais compatíveis com a atividade, e a complexidade aumenta ainda mais, quando a atividade está ligada diretamente ao seio familiar, trazendo uma dificuldade imensa em questões de sucessão muitas vezes, e nos fazendo resgatar uma pouco desta relação entre pessoas, e como essa relação se tornou tão íntima com o solo e a atividade agrícola.

Conforme estudos de Araújo (2008) podem-se afirmar que, desde o início das civilizações, os homens eram nômades e viviam em bandos, não havia cultivos, criações, armazenagem e, com a falta de alimentos eram obrigados a realizar a mudança de estadia, sem permanecer no mesmo lugar por muito tempo. Com passar

dos anos, descobrem que as sementes das plantas podem germinar, crescer e frutificar. Outra descoberta foi a criação de animais em cativeiro, o que inicia a agropecuária e também a fixação em lugares por mais tempo.

Para Roncon (2011) as atividades agropecuárias sobreviveram de forma extrativa, retirando da natureza o que está oferecia. Os avanços tecnológicos eram lentos, começando pela adubação, utilização de tecnologias, dentre outros. Com o passar dos anos, as propriedades rurais diversificaram-se para suprir as necessidades das pessoas que ali viviam, iniciando a integração de atividades primárias.

Pode-se dizer que, entre os anos de 1700 a 1750 iniciou-se a modernização na agricultura, rompendo as barreiras do feudalismo na Europa e abolindo a escravidão. Surgiu então a classe dos trabalhadores, que conquistaram o espaço no cenário rural. Com o tempo surge a Revolução Industrial devido ao aumento da produção e renda. Em meados de 1960, já na segunda metade do século XX, entra em plena expansão a agricultura modernizada, realizando a semeadura de trigo-soja, o que possibilitou abrir novas fronteiras agrícolas. No Brasil, o Rio Grande do Sul foi pioneiro na modernização agrícola, seguido por outros estados da região sul (SCHWALBERT; 2010).

Podemos considerar que a revolução industrial, foi o início de uma mudança da relação entre o trabalho e capital alterando o local e a forma de vida da população mundial pois processos de industrialização e urbanização estão intrinsecamente interligados. Foi com os avanços e transformações proporcionados, pelas Revoluções Industriais na Europa que esse continente concebeu o crescimento exponencial de suas principais cidades. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização intensifica o consumo nas cidades, o que acarreta a produção de mais mercadorias e o aumento do ritmo da atividade industrial (PENNA, 2023).

Estante em que a atividade deixa uma visão de extração, e passa a conservação, tendo o solo como seu principal aliado, investindo nele para se alcançar o retorno esperado. No Brasil a implantação de novas tecnologias de manejo, foi a grande base para agricultura atual, ocorridos nas últimas décadas, e boa parte vindas do conhecimento trazido pela imigração europeia, abriram as portas, para um conhecimento maior sobre nosso solo, inserindo o calcário, e adubação química como uma revolução produtiva, assim não mais a busca por solos férteis ocorria, geralmente áreas desmatadas, mas se fertilizava o solo que se plantava.

Possibilitando assim, uma expansão de áreas produtivas, criação de cadeias mais robustas em torno do setor, abrindo as portas para o desenvolvimento, em máquinas, insumos, agroquímicos e biotecnologia.

As análises de Araújo (2008) apontam que, nos últimos 50 anos as propriedades rurais passaram por transformações, ocasionadas pelos avanços tecnológicos e, com isso, muitos agricultores saíram do meio rural para meio urbano. No Brasil, o número de pessoas residentes no meio urbano avançou de 20 para 70%, fato que ocorreu devido à evolução da economia. Os avanços das tecnologias proporcionaram elevação nas produtividades agropecuárias, fazendo com que uns menores números de pessoas sejam responsáveis pelo sustento de mais pessoas. As propriedades perdem diariamente a autossuficiência, dependendo de insumos e serviços e precisam especializar-se em determinadas atividades para não reduzirem a lucratividade do empreendimento (ARAÚJO, 2008; SILVA; BOTELHO, 2014).

Para Araújo (2008), o termo agricultura, que foi utilizado para entender a produção agropecuária, nos últimos anos tornou-se complexo e abrangente, passando por diversas transformações e surgindo o termo agronegócio, que envolve todo complexo agroindustrial. O agronegócio aparece como indispensável na tomada de decisões, na definição de estratégias a curto, médio e longo prazo para atingir uma maior eficiência no empreendimento. Nessa lógica, vai se tornando fundamental compreender os índices de avaliação dentro e fora da propriedade, não basta estar somente informado, mas sim definir os custos e a lucratividade buscada (ARAÚJO, 2008; PACHECO *et al.*, 2012).

Segundo Araújo (2008), os setores antes da propriedade são compostos por fornecedores de serviços e insumos (implementos, sementes, fertilizantes, tecnologia e financiamentos, dentre outros). Já os setores dentro da propriedade é o manejo da cultura, desde a semeadura até a colheita. Os setores após a propriedade são referentes ao armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens e distribuição estes itens após a propriedade, não depende muitas vezes do produtor, mas muitos agricultores já armazenam e beneficiam sua produção agregando um valor no produto.

Segundo o que reforçam os autores podemos dizer, que neste período, deixa de ser somente a agricultura e passa a ser o atual agronegócio, composto por cadeias complexas, não só de produção agrícola, mas grandes complexos agroindustriais,

destinados a fornecer, insumos, equipamentos, tecnologia, além de beneficiar, escoar e comercializar o que é produzido.

Os estudos de Araújo, Silva e Botelho (2014) apontam que uma parcela significativa da agricultura brasileira foi se tornando dependente de serviços, máquinas e insumos, e depois de produzidas as culturas depende de estruturas de recebimento, armazenagem, escoamento, dentre outros, para agregar valor aos produtos e com isso perdeu o sentido de ser chamado de setor primário.

Concomitantemente com que Marx predizia uma constante progressão de máquinas cada vez mais sofisticadas em substituição do trabalho e argumentava que cada inovação tecnológica transforma as operações dos trabalhadores em operações mais e mais mecânicas, para que em um momento determinado o mecanismo usurpe seu lugar (RIFLIN, 1997, p. 38 apud OLIVEIRA, 2001). Assim ao longo do tempo a agricultura foi campo fértil para sua previsão, pois no momento em que a operação de produção era facilitada pelas máquinas e equipamentos cada dia mais tecnológicos a mão de obra necessária para produzir vem reduzindo drasticamente.

A propriedade rural moderna assim pode produzir mais com menos pessoas empregadas na produção e a produção que era para atender as necessidades locais hoje atende os mercados globais e essa globalização trouxe mais competitividade no mercado, fez com que os lucros do empreendimento rural fossem cada vez menores e, a partir disso, a propriedade rural passou a ser visualizada como empresa rural, onde a mesma não é só produtora de matéria prima, mas sim como beneficiar o produto agregando valor comercial. A evolução da agricultura brasileira provocou mudanças radicais no sistema interno de produção e no seu relacionamento com os setores.

Gonçalves e Lopes (2017) entendem a globalização como um processo de expansão econômica, política e cultural a nível mundial, ocasionando mudanças significativas em diversos setores entre eles a agricultura familiar, que passaram a conviver com uma realidade não muito positiva para suas atividades, assim Antongiovani (2005) destaca que a globalização reafirma que através das concentrações de terra e renda e as formas de produção cada vez mais corporativas, a busca do capital estimula as diferenças, as quais segundo Santos (2000) traduz-se em um poder que emana do território do cotidiano.

Ressaltando uma relação que não pode se deixar de citar, no momento em que além do termo território como a geografia nos traduz, na vida do agricultor familiar ele

é parte do seu seio familiar e da construção do seu próprio eu, que não se encontra distante desta relação, sendo peça chave de seu cotidiano que é uma esfera muito particular da história em que se configura o local das relações sociais o espaço onde se desenrola a existência humana (KOSIK, 1982, p. 90 apud OLIVEIRA, 2003).

Tratando-se de uma relação que além do ponto de vista produtivo e econômico faz parte de um contexto da construção das famílias e a sociedade, constituídos na base da relação familiar, que é a base de toda nossa atividade cotidiana o lugar de partida e o ponto de retorno, nossos lócus espaciais, nossa casa, na família se formam e determinam as relações mais imediatas entre os homens e entre o homem e a mulher (KOSIK, 1982, p. 31 apud OLIVEIRA, 2003).

Ratificamos a ideia do ser construído pela sua base, formado pelos seus princípios e ideais, além do trabalho ser parte fundamental, pois na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante qualitativamente distinto dos outros animais de espécies superiores, mas também como único ser do universo por nos conhecido que é capaz de criar a realidade (OLIVEIRA, 1995, p. 127).

No momento em que falamos em um grande número de pequenos produtores que deixaram suas atividades, não reparamos somente o contexto produtivo, mas milhares de pessoas que tiveram de se afastar do ambiente que além de subsidiar financeiramente a sua família, é parte fundamental de sua construção como pessoa. Neste momento forçados e se inserir em outro ambiente, outra realidade, outro cotidiano totalmente distinto do que vivia. Assim conforme o pensamento de Marx o homem deixa de fazer parte do seu eu e se obriga a alienar-se a uma produção detida pelo capital, conforme (CABRAL, 2023 [*online*]).

A alienação do trabalhador relativamente ao produto da sua atividade surge, ao mesmo tempo, vista do lado da atividade do trabalhador, como alienação da atividade produtiva. Esta deixa de ser uma manifestação essencial do homem, para ser um “trabalho forçado”, não voluntário, mas determinado pela necessidade externa. Por isso, o trabalho deixa de ser a “satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele”. O trabalho não é uma feliz confirmação de si e desenvolvimento de uma livre energia física e espiritual, mas antes sacrifício de si e mortificação. A consequência é uma profunda degeneração dos modos do comportamento humano.

Contudo a questão social anda distante das discussões, a preocupação com o cidadão por parte do estado é desconsiderada em termos de logo prazo, o social

parece se tratar somente, em resolver problemas momentâneos, sem aprofundamento nas causas ou raízes destes problemas. Por isso em contraponto temos que levantar todos os fatores que corroboram ou corroboraram para o aprofundamento da situação atual da agricultura familiar.

Segundo Yamamoto (2003, p. 27):

A questão social é o: [...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto as apropriações dos seus frutos mantêm-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

E a concentração dos frutos produzidos sem dúvidas agrava a situação de toda a sociedade envolvida na produção. Em contraponto a preocupação mundial com a produção de alimentos parece estar convergindo para duas soluções quase opostas, porém não contrárias e sim complementares. De um lado, se tem os grandes empreendimentos com foco em economias de escala e, por vezes, com sistemas integrados de produção. Aí se têm o exemplo da agricultura extensiva, como as lavouras de grãos. Também se tem os sistemas integrados de produção de proteínas animais, como frangos, suínos e outros. De outro lado, se tem a típica agricultura familiar, que começa a ter noções de profissionalização e se conscientiza de que seu foco deve ser a agregação de valor em nível de propriedade.

Santos e Silveira (2001) afirmam que a pressão pelo capital influencia no processo produtivo desde que haja a tecnificação das culturas possibilitando uma maior competição. Contudo, Panta e Moreira (2018, p. 94) afirmam que é necessário “reconhecer o território como produto dos conflitos estabelecidos pelas relações sociais contraditórias de controle mantidas na sociedade, subordinadas aos interesses da fração dominante da sociedade, e canceladas pelo Estado”.

As consequências desse movimento contraditório, permite a recriação das economias, pois entende-se que o capital não se territorializa, mas apropria-se da renda da terra gerada. “O capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra e renda trabalho ao capital. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479 apud PANTA; MOREIRA, 2014, p. 514).

Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 25), no que diz respeito à agricultura e ao meio rural, “o território aparece cada vez mais como uma entrada programática,

inovadora e privilegiada para renovar a concepção do desenvolvimento rural”. Sendo o fator território como ponto de partida para qualquer produção e fator propulsor ou impeditivo de desenvolvimento.

Nenhuma outra atividade tem uma relação tão próxima e dependente com o território, o qual os resultados obtidos de produção são consequências além do manejo, mas sim de características físicas e naturais da região, como solo, clima e geografia na maioria das vezes norteiam o modelo e o que será cultivado, mas podemos incluir mais fatores a esta realidade.

Seguindo o conceito de Haesbaert (1999) são três as noções básicas do território: política (relações de poder no espaço, geralmente vinculado ao poder político estatal e poderes institucionalizados); cultural (de cunho simbólico e subjetivo onde o território é produto da apropriação ou valorização simbólica de um grupo); econômica (a dimensão das relações econômicas é foco e o território é visto como fonte de recursos, além de incorporar as relações de trabalho-capital).

Pena (2022), entende como o espaço geográfico apropriado por relações de poder, ou seja, quando uma pessoa ou uma organização exerce um domínio ou um poder sobre uma determinada área, ela passa a ser o seu território.

Mas apesar de relação de poder imposto por uma mesma nação as suas características físicas e químicas são primordiais para a produção agrícola, resultando em realidades heterogêneas de territórios consolidados na produção agrícola em nosso país continental, dada a diversidade de regiões, constituindo em dois dos três fatores, diferenças enormes, culturalmente e economicamente, entrando neste contexto uma política nacional voltada a produção agrícola, que desconsidera as especificidades e peculiaridades territoriais.

E ela se agrava quando vivemos um processo de tentativa de padronização da produção, impossível se tratando dessas peculiaridades territoriais, aprofundada pelo processo de globalização, ao longo das décadas de 1980 e 1990, culminou, no âmbito da ideologia neoliberal, na crença do “fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global” (BRANDÃO, 2004, p. 6).

Neste contexto agravado, apenas em 2008, sob a justificativa de que alguns territórios apresentavam características mais deprimidas perante outras regiões (ORTEGA, 2008), criou-se o Programa Territórios da Cidadania (PTC), com o objetivo de modificar o quadro de pobreza e de desigualdade social presente no meio rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Baseada em três eixos foi uma tentativa nacional de considerar estas diferenças que culminam na agricultura fragilizada pela padronização impostas pela globalização, valorizando cada vez mais as cadeias longas e de escala, para a produção de alimentos. Tendo como meta da política o apoio às atividades produtivas, cidadania e direitos e infraestrutura –, contemplando temas como organização sustentável da produção, ações fundiárias, educação e cultura, direitos e desenvolvimento social, saúde, saneamento e acesso à água, apoio à gestão territorial e infraestrutura (ORTEGA, 2008).

Mas como padrão poucas tentativas nacionais, tiveram grande impacto sobre a agricultura familiar, embora a criação deste programa já alguns anos atrás, a implantação do que é pregado por ele careceu muito, e sem continuidade e monitoramento, foi se esvaindo sem sequer chegar a ponta desejada, e essa ponta sem dúvida não é fácil de ser alcançada, vivendo muitas vezes nos fundões deste Brasil a fora.

E ao passar do tempo os conceitos e papel do estado foi se alterando consecutivamente partindo-se do pressuposto do fim das escalas, defensores do global e do local passaram a acreditar na perda da capacidade do Estado em coordenar e planejar o desenvolvimento nacional, sugerindo que esse processo fosse capitaneado pelas ações de múltiplos atores no âmbito privado ou supranacional (BONENTE; ALMEIDA FILHO, 2008).

Criando um contexto atual de menor atuação do estado sobre as regiões e maior atuação da iniciativa privada, coordenando na maioria das regiões o desenvolvimento econômico e ditando uma nova cultura local, culminando para as culturas de maior escala. Associado a uma política pública nacional única, restando a administrações estaduais e municipais, tentar fomentar setores e localidades não incluídas no desenvolvimento proposto.

Relevante dizer que no Brasil, mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar, e no momento que o estado atua para que essas famílias possam evitar o êxodo rural, contribuí para a geração de capital no setor agropecuário, promovendo o desenvolvimento rural com a geração de renda e emprego (CONAB, 2021).

Podemos além dos números reforçar esta visão, de correlação do homem historicamente com sua profissão de origem, em que se molda suas características, seus objetivos, sonhos, uma ligação afetiva da continuidade, de um legado, deixado por seu pai, seu avô, e que infelizmente, a cada ano menos chegarão aos seus filhos. Como explica:

[...] um produtor agrícola familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família. Essas unidades de produção agrícola são fortemente diversificadas por causa dos diferentes modelos de referência elementares, de um contexto socioeconômico variado, das condições naturais e da história de sua evolução [...] (LAMARCHE, 1998, p. 233).

Além de ser uma atividade econômica podemos ver e reforçar segundo autores que a agricultura familiar vai além de ser uma profissão, é uma ligação íntima do céu familiar com o solo, o território, a produção de alimentos, sendo atividade passada de geração em geração tendo a propriedade como forma de renda, mas principalmente uma dedicação de uma vida. De acordo com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, a propriedade familiar é um:

[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Sentido interessante que retiramos do próprio conceito estabelecido pela legislação, a absorção de mão de obra, onde possibilita para toda a família uma atividade conjunta, partilhada independente, de sexo, cor, idade. Com isso todo um legado é passado, métodos e processos, cultura estabelecida criada e adaptada para ser eficiente e adequada aquele pedacinho de terra. Neste sentido ratificamos este setor como uma crucial importância, para absorção de força de trabalho economicamente ativa, qual não fosse esta teria que se inserir em outros setores, assim a agricultura familiar absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social econômico, com área máxima fixada para cada região, tipo de exploração e eventualmente contando com uma ajuda de terceiros. (BLUM, 2001, p. 66).

Consecutivamente trazendo para a família agricultora além de sua fonte de renda, mas aperfeiçoamento na sua atividade, encontrando alternativas, diversificando, encontrando formas mais eficientes para utilizar o solo de forma mais sustentável e lucrativa, para que mais que qualidade de vida e uma ligação familiar, a atividade se mantenha rentável para dar continuidade a ela.

Lima *et al.* (2005, p. 39), corroboram ao afirmar que uma unidade de produção familiar é classificada por “manter alto nível de capital de exploração; mão de obra familiar, produção para o mercado; desenvolver sistemas de produção intensivos, geralmente com poucas linhas de produção”. Em 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), passou a definir alguns critérios para estabelecer o que é agricultura familiar e quem é agricultor rural. Segundo a Lei nº 11.326/2006,

em seu Art. 3º o MAPA estabelece diretrizes que visam nortear o que é agricultura familiar no Brasil. Sendo assim, a lei estabelece que:

Art. 3º Para efeitos dessa lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;
- II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Definições importantes para que as atuais políticas públicas sejam corretamente direcionadas para seu público-alvo, mas as características regionais e a grande diversidade nacional, torna os mesmos critérios e definições muito eficientes em algumas regiões, porém falhas em outras. O que nos faz voltar ao debate de formulações regionais e descentralização da tomada de decisão, e além disso algo que pouco vimos no nosso país, o acompanhamento dos resultados, de programas e políticas de governo e o que isso poderá impactar no desenvolvimento social.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E POLÍTICAS PUBLICAS

Neste momento faremos uma análise do papel da agricultura familiar como fator de desenvolvimento social e como seu enfraquecimento altera o desenvolvimento nas regiões afetadas, mas principalmente debateremos o papel do estado perante este problema e a forma que as políticas públicas poderiam ser um fator resolutivo na vida do agricultor familiar.

Importante introduzir neste cenário de realidades da agricultura familiar, além dos fatores que culminaram para o aumento das dificuldades e a redução dos estabelecimentos agropecuários que desenvolviam estas atividades, mas sim trazer o papel do estado perante este cenário. Sendo que os governos municipais são o nível de governança mais próximo da população, onde o pequeno agricultor nas suas necessidades de assistência social, saúde e educação busca auxílio imediato. Entendemos que o município pode usar destas proximidades para criar um ambiente favorável para as ações de adaptação local (resiliência) quando fornecem um quadro de apoio para as normas, regras, incentivos financeiros e outros, de conhecimento,

serviços e capacidades para ajudar os indivíduos, famílias e organizações comunitárias a tomar decisões que reduzam a sua exposição aos riscos climáticos (OCDE, 2011).

Mas a grande discussão de intervenção ou não do estado no mercado e nas diversas áreas da economia vem ao longo de décadas, com períodos de grande intervenção econômica no Brasil, por parte do estado e períodos de predominância de modelos mais liberais. Mas de certa forma partimos do consolidado em que as atividades exclusivas do Estado (polícia, regulamentação, seguridade social básica, dentre outras) e do seu Núcleo Estratégico (responsável pela elaboração de leis e de políticas públicas) seriam de propriedade pública, e as atividades de produção de bens e serviços para o mercado seriam de propriedade privada. A forma de propriedade dominante deveria ser a pública não estatal (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Porém essa visão muitas vezes se contrapõe a necessidade estatal de corrigir movimentos prejudiciais a sociedade, ocorridas no livre mercado, em que fomenta a concentração de renda e exploração da mão de obra, então o estado como regulador deve assumir seu papel fundamental, conforme:

Temos que buscar o meio termo, no qual estado e mercado podem ser complementares na tarefa de buscar o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Assim como há falhas de governo, incluindo sua captura por diversos agentes públicos e privados, que precisam ser explicitamente corrigidas através de mecanismos institucionais, obviamente há muitas falhas de mercado de coordenação que podem trazer externalidades negativas e precisam ser mitigadas. Na questão da competição temos discutido cada vez mais o aumento excessivo do poder de grandes empresas como big techs e os impactos disso nas desigualdades de renda e riqueza. Mesmo que o estado não haja diretamente produzindo bens e serviços, ele tem papel crucial para promover mercados competitivos- mas também precisa estar o tempo todo monitorando, agindo, por exemplo, por meio de políticas antitruste, regulações no mercado de trabalho que não permitam um jogo muito desequilibrado entre trabalhadores e empresa (MONTEIRO, 2022).

Refletindo um entendimento que as políticas públicas formuladas pelo estado, se fazem de suma importância para corrigir arestas entre relações de mercado e proporcionar mais equilíbrio entre elas. Tendo dever de zelar para que as pontas mais fracas, neste contexto como trabalhadores, pequenos produtores, microempreendedores tenham condições competitivas de se manter com dignidade e renda, auxiliando para mais igualdade social.

Assim sendo compreendemos também que essas alternativas, muitas vezes materializadas através das políticas públicas municipais em parceria com outras esferas de governança possam colaborar de forma mais eficiente em termos de resultados, de adaptação e ampliação destes trabalhadores do campo do território que os mesmos ocupam. Entendemos também que a gestão municipal deveria manter esta preocupação pois a mesma sendo um agente incentivador de setores locais, que são de suma importância para que o trabalho no campo seja atraente para quem executa, não somente para o trabalhador rural, mas para sua família e demais parceiros que ocupam esse segmento de trabalho. Entendemos que em termos sociais e econômicos, esta forma de parceria e incentivo pelos entes de governança pública favorecerão o desenvolvendo regional.

Compreendemos como desenvolvimento regional, quando os atores da própria localidade que, ao adotarem estratégias, a partir do potencial desenvolvimentista existente em seu território, controlam o processo de transformação local visando aumentar o bem-estar da comunidade da qual fazem parte (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001). Assim passa-se a compreender o desenvolvimento regional não apenas atrelado ao crescimento econômico, mas também a fatores sociais, culturais, ambientais e políticos, acompanhado da melhoria na qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

Como observado acima entendemos que o mercado agrícola sofreu uma série de mudanças significativas, novas tecnologias e evoluções em todos os setores, mudanças estruturais, tudo isso influencia diretamente e diariamente na produção rural, particularmente o que se refere a relação estabelecida daquilo que é produzido pelo pequeno produtor. No intuito de incentivar a permanência dos agricultores no campo, o poder público tem desenvolvido diversas políticas, como acesso ao crédito, habitação rural e garantia de preço, que incentivam a produção sustentável, a modernização e a diversificação da produção (CONTAG, 2022). Mas vale considerar que poucas destas políticas públicas citadas são verdadeiramente efetivas, vale ressaltar como acompanhamos anteriormente que as políticas nacionais voltadas ao setor se baseiam na oferta de crédito subsidiado e pouco se percebe atitudes de incentivo ao setor além disso.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo essas alçadas em que atribui aos Estados e Municípios as competências comuns e concorrentes, sendo um dos motivos a “diversidade de características socioeconômicas e agroambientais das

(micro) regiões do País” (LOFRANO, 2010) reafirmando do dever nacional de incentivar as políticas públicas de incentivos locais, mas responsabilizando principalmente estados e municípios, de formular políticas públicas locais, por esta competência em conhecer melhor sua diversidade regional, conseguindo obter intervenções personalizadas a sua realidade, por consequência mais assertivas.

A responsabilidade do estado promover intervenção e zelar para que o desenvolvimento econômico e social seja igualitário, entre regiões, setores dentre as mais distintas realidades, nos faz cobrar, intervenções no setor, para que o pequeno agricultor, siga com alternativas para manter sua atividade rentável e siga produzindo e é através das políticas públicas, elaboradas e executadas que poderemos alterar realidades não favoráveis como a atual. Pois conformação do estado moderno em estado de direito é fundamental para o estabelecimento dos direitos civis e políticos pois a enunciação desses direitos é a base de sustentação desse tipo de estado (COUTO, 2004), e quando se fala em direito nada mais justo, ajudar famílias a manter seu direito a sua própria terra, mesmo que não por imposição ou invasão, mas uma série de condições atuais, privou muitas famílias a esse direito.

Nesse sentido Diniz (2019) conclui que as políticas públicas estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade. Para que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas a fim de beneficiarem a sociedade é preciso que haja participação ativa por parte dos cidadãos e cidadãs. O Estado deve dispor dos mais diversos mecanismos de participação social para que a população esteja cada vez mais próxima das etapas que compõem o ciclo de políticas públicas.

Segundo Secchi, Coelho e Pires (2019) consideram que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema entendido como coletivamente relevante; e estas políticas públicas podem fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. “O desenvolvimento em suas diversas versões impacta o território e o inverso é verdadeiro: o território, com seus atributos (tais como recursos naturais, infraestrutura implantada)” e diante de suas deficiências, relaciona táticas de desenvolvimento (VITTE, 2015, p. 3), assim como afirma o autor quem está mais próximo e conhece melhor o território, mais facilidade terá para auxiliar seu desenvolvimento.

Conforme considera Oliveira (2002) a busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar

seus esforços na promoção do crescimento do PIB, deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento.

Diferentemente da visão, em que vem sendo estabelecida em alguns modelos e defendemos que o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

E para garantir esse desenvolvimento igualitário só é possível com uma intervenção do estado, se utilizando de as políticas públicas para poder fomentar regiões, setores, classes que não mantem condições de acompanhar o desenvolvimento imposto pelo livre mercado, que na maioria das vezes é dominado por um grupo seletivo, que vê a progressão econômica como o meio e o fim, auxiliando para criar grandes lacunas em um desenvolvimento amplo.

Reverendo esta teoria sentimos a falta de planos específicos para políticas de desenvolvimento regional no Brasil, segundo Vitte (2015), perdura a defesa de que os planos deveriam ser regionalizados, pois, dessa forma, há como parametrizar as ações públicas, na linha de que exige dos órgãos públicos a reflexos e dialogar o território em suas diversidades, ponderando suas diferenças, para então haver intervenção, verificando um abismo entre as políticas nacionais para sua implantação regionalizada.

Visão um pouco distinta de alguns pensamentos que regem os atuais modelos de governos, pois na visão do capitalismo atual segundo Dardot e Laval (2016), como a razão do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo estende a lógica do mercado a todas as relações sociais, orientando governos, empresas, instituições e os próprios indivíduos com mais do que uma simples restauração do liberalismo clássico o neoliberalismo representaria uma alteração radical do funcionamento e do modo de governo do capitalismo.

Esta vertente de pensamento, encontra em seus princípios a liberdade total perante o mercado, criticando a intervenção estatal, mesmo que para correção de desigualdades e isonomia de condições, conforme Anderson *et al.* (1995), foi uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar,

tratasse de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado, denunciadas como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política.

Trazendo consequências claras as pontas mais fracas, o pequeno produtor, pequeno empresário, trabalhador, pois acima de tudo os resultados econômicos. Sendo assim a mão de obra deve ser barata, a produção tem de ser mais eficiente e com maior escala, e qualquer uma parte da sociedade fora deste contexto, tende a comprometer o desenvolvimento como um todo. Considerando a política social e assim grande parte da sociedade como ameaça a este sonhado desenvolvimento e para isso é necessário destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. “É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta a ideologia neoliberal no Brasil” (OLIVEIRA, 1995, p. 28 apud DUARTE, 2015, 14).

Escondendo uma face importante deste sistema o liberalismo social onde as vítimas do processo de evolução do progresso capitalista devem ser ajudadas a evoluir, caso contrário se transformariam em peso morto para sociedade e acabariam a comprometer o desenvolvimento do conjunto dela (MERQUIOR, 1991, p. 45 apud COUTO, 2004).

Ocorrendo um esquecimento da primeira vertente a segunda opção se torna mais comum e extremamente nocivo as questões sociais, afirmados por países que adotaram este sistema e os resultados são, as duas consequências mais graves, das políticas de ajustes neoliberal em quase todos os países, mas sobretudo na América Latina, foram a ampliação das diferenças sociais e a quebra do aparato industrial (ANDERSON, 1995).

Modelo em que o capitalismo vem se baseando na atualidade, por isso importante reforçar o pensamento deste modelo que segundo Dardot e Laval (2016), para o neoliberalismo, a proteção social estatal inviabilizaria o desenvolvimento das potencialidades individuais, prejudicando o funcionamento do capitalismo. Segundo esse entendimento, quanto maior a desproteção estatal, isto é, quanto maior o estado de vulnerabilidade, mais os indivíduos se desenvolvem na busca por garantir a própria segurança. Assim, o intervencionismo estatal continua a ocorrer, não no sentido keynesiano, como regulador da economia, mas no sentido de promover a retirada do

Estado, por ele próprio, confiando na livre competição, mas por consequência beneficiando quem já domina o mercado.

Fator relevante a ser considerado é o lobby, em que agentes externos utilizam sua força de mobilização para cobrar agentes políticos e barganhar benefícios ao setor segundo Sabourin (2007), no Brasil, o modelo de governo predominante é o pluralista, o qual se baseia em negociações entre grupos de interesse. No contexto agrícola, há grupos que defendem os interesses dos agricultores mais capitalizados e existem outros que advogam em favor da agricultura familiar. Esses aspectos são explorados ao se avaliar a distribuição de benefícios entre a agricultura familiar e não familiar.

Para Dye (2009) a política está aliada a grupos de interesse que agem para influenciar nas políticas públicas, ou seja, não se trata apenas da camada institucional, mas também da participação de atores sociais que constitui elo entre as pessoas e os governantes, deixando evidente não só no setor agropecuário que os setores mais capitalizados têm condições de representar uma influência mais ativa perante os governantes. Restando a agricultura familiar a organização sindical, em que ao longo dos anos, vem pleiteando políticas públicas relevantes ao setor, além de conseguir se fazer representada por seus candidatos que surgem dentro da organização.

Exemplo disso são que os subsídios financeiros e creditícios transferidos pelo Governo Federal à agropecuária, que, em 2019, totalizaram R\$ 5.916.565.000,00, constata-se que a agropecuária familiar (via PRONAF) representou 47,09% deste subtotal, ao passo que a agropecuária não familiar (por intermédio de programas outros que não o PRONAF) respondeu por 45,47% deste subtotal (AMARAL, 2023). Representando um bom percentual do montante financeiro subsidiado, mas sendo ele reduzido gradativamente em percentual ao PIB nacional. Apesar de uma recuperação considerável dos valores destinados a equalizar as taxas de juros dos programas que no atual plano safra 2023-2024 passa a ser de R\$ 13,6 bilhões (WALENDORF, 2023).

Sendo que políticas agrícolas implementadas em décadas passadas, as quais passaram de alto apoio do Governo a outras de maior participação do setor privado em sua implementação. As estimativas de suporte ao produtor (PSE), calculadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam que a relação entre o total de subsídios e o volume de receitas do agricultor reduziu-se de 9,08% em 2000 para 1,12% em 2019, indicando que a agropecuária brasileira

atualmente conta com um baixo grau de subvenção, quando comparada à concedida em outros países (OCDE, 2021).

Como podemos perceber abaixo com os estudos de Amaral (2023, p. 14), nosso país predominam os incentivos financeiros, com auxílios em linhas de crédito, em comparação com outros países ocorre uma predominância de subvenções tributárias, as quais se tornam mais afetivas na competitividade dos produtos.

As principais constatações do artigo são: (1) o setor agropecuário tem recebido relativamente (a outros setores e em relação a seu PIB), nas duas primeiras décadas do século XXI, menos subvenções do Governo Federal; (2) enquanto para a economia brasileira como um todo há predominância de subvenções tributárias, para a agropecuária há predominância de subvenções financeiras; (3) os programas de crédito rural são os que mais recebem as subvenções do Governo Federal; (4) dentro do crédito rural, a maior parcela das subvenções é dada à agricultura familiar, por via do PRONAF; (5) mas, dentro da política de preços mínimos, a maior parte das subvenções é dada a programas que atendem a agricultura não familiar.

Tornando a agricultura familiar um setor com dificuldades agravadas, sendo seus benefícios restritos ao crédito, tentando se estabelecer perante a força do regime alimentar global que tem promovido mudanças nas questões agrárias e nas formas de utilização da terra, forçando o desmonte das políticas de segurança alimentar e dificultando a estruturação de sistemas agroalimentares localizados alternativos ao regime alimentar global, baseados na diversificação da agricultura familiar e na sustentabilidade (NUNES; SILVA, 2023).

O foco deveria ser regionalizado explorando as potencialidades locais através de cadeias curtas e alternativas, buscando um nicho de mercado específico em que a agricultura familiar consiga ser competitiva, pela impossibilidade desta produção ser em larga escala. Como os regimes alimentares alternativos passam a representar, no Brasil, o que Gazolla e Schneider (2017) apontam como a compreensão do papel das cadeias ou circuitos curtos de comercialização, como forma de construção e organização dos mercados no âmbito da agricultura familiar.

Alternativa diferente a uma política de incentivo estabelecida em que considera de forma igualitária a produção familiar e não familiar, reforçando os traços e influências neoliberais na atual política pública no nosso país, dada a sobrevivência deste setor conforme explicam Ortega, Nunes e Godeiro (2004, apud SILVA; NUNES, 2023, p. 2):

Para este contingente de excluídos, o que sobrou foi a sua existência, a partir de um forte vínculo entre a produção e os mercados locais incompletos e de baixa integração. Porém, esse vínculo passou a ser ameaçado e a não mais se sustentar, pois, mesmo esses trabalhadores ficando em espaços menos favorecidos e fora dos circuitos “modernos” de produção, passaram por processos cada vez mais intensos de modernização em um período de abertura comercial que sinalizava para a homogeneização do desenvolvimento em espaços heterogêneos. Nesse contexto, o desafio desse contingente excedente, agora constituído em sua maioria por agricultores familiares, é o de se reinventar para a construção e inserção em mercados.

Resultando em grande êxodo rural no país, apenas 13% (treze por cento) da população vive no campo, indicando que em grande parte das propriedades não houve continuidade da produção por parte das gerações seguintes. Essa diminuição decorre de diversos fatores, entre eles a falta de um planejamento sucessório estratégico, o qual se mostra essencial devido ao assunto gerar possíveis conflitos de interesses atuais e futuros. Com o planejamento, a preparação e participação dos sucessores na empresa familiar deve ter início o quanto antes, assim como mostra-se primordial para o futuro do negócio a presença dos fundadores no processo de entrada das novas gerações (REZENDE, 2019).

A forma como o processo de sucessão familiar ocorre continua sendo motivo de apreensão para o agronegócio. Segundo uma estimativa da Embrapa (2021), aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos produtores rurais deixarão de atuar nas atividades até 2030.

Segundo comparativo de dados do IBGE, em estudo de Aquino (2020), apenas 30% das empresas familiares chegam na segunda geração, e mais preocupante ainda, apenas 5% delas conseguem resistir até a terceira. Mostrando que a dificuldade de sucessão não é exclusividade da agricultura, é um desafio instalado nos diversos ambientes de negócios a qual a gestão é familiar.

A sucessão familiar na propriedade rural nem sempre ocorre como os antecessores gostariam, principalmente quando estamos tratando de pequenas propriedades, que geralmente são as mais afetadas. Por muito tempo, ela foi cada vez mais rara devido a uma série de dificuldades encontradas pelos jovens na permanência das atividades no campo, principalmente no que diz respeito a desigualdade, seja ela em termos de capacidade produtiva ou no tamanho de propriedade, fatores que acabam por interferir de maneira direta a capacidade de compra e de poder aquisitivo da propriedade (STUANI; NECKEL; FICAGNA, 2016).

Com as mudanças tecnológicas que o trabalho rural vem sofrendo, fica cada vez mais evidente que a necessidade de investir no conhecimento e participação do jovem agricultor dentro das propriedades. O trabalho no campo precisa ser muito além do que um local de investimento é preciso atrair o jovem sucessor com pesquisa e adesão a novas tecnologias e plataformas que facilitem e modernizem o trabalho a ser realizado (AQUINO, 2020).

Salve algumas exceções este cenário aos poucos vem se modificando, a chegada da tecnologia tem instigado os jovens a voltar a ter interesse em cuidar da propriedade, possibilitando além da proximidade da cidade com o campo também novas técnicas para gestão da propriedade aumentando assim a rentabilidade e a eficiência dos processos produtivos com constante atualização (AQUINO, 2020).

Conforme Buranello (2013, p. 36):

Uma das maneiras de fortalecer a agricultura familiar é agregar valor aos seus produtos, o que pode ocorrer de várias formas. As principais estão relacionadas ao desenvolvimento e à comercialização de produtos que tenham como características: o caráter social; a territorialidade do local em que esses produtos são fabricados; o sabor diferenciado do processo produtivo; a justiça social implícita em produtos que aumentem a renda dos pequenos agricultores, entre outros fatores.

A importância da agricultura familiar sustenta-se em alimentos tradicionais, visando “salvaguardar a agro biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais”, impulsionando as economias locais, o que reafirma sua identidade com o bem-estar das comunidades (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 134). Sabe-se que a agricultura familiar é de extrema necessidade para diversas famílias que vivem na zona rural em todo o território nacional, pois é através desta que elas garantem seu sustento, do mesmo modo permitindo através desta uma melhor qualidade de vida.

Para Mior (2005, p. 65) “no Brasil o debate sobre o desenvolvimento rural está ligado ao papel da agricultura familiar, em especial sua reinserção socioeconômica”. Contudo, ter uma gestão familiar tem suas dificuldades e aprendizados. A diversificação das fontes de rendas das pequenas propriedades rurais permite aos seus proprietários, além de maior bem-estar, referente ao seu desenvolvimento e crescimento, também uma fonte de renda com maior segurança. Assim, possibilita e incentiva, a realizar novos investimentos e aprimoramento no desenvolvimento de suas atividades, seja por meio da expansão de suas propriedades bem como inserção

de novas tecnologias. Nessa perspectiva, Neri, (2014, p. 12) salienta que é “na própria diversidade do meio rural brasileiro que podem ser encontradas as respostas para a superação desse desafio”.

Assim podemos afirmar também que estas diferenças estabelecidas são resultado de diversos fatores relacionados. “O espaço é, ao mesmo tempo, heterogêneo, em virtude das ações do Estado e dos agentes do capital que organizam o território de acordo com seus interesses (SAQUET, 2011, p. 10).

Pode-se dizer que, garantir a qualidade de vida dos agricultores é uma tarefa difícil, visto que encontram muitos desafios e tendem-se a se desdobrarem para dar a volta e manter suas atividades bem-posicionadas. Nesse sentido, eles diversificam suas propriedades em busca de melhorias, investindo em agroindústrias, para obter uma comercialização de seus produtos com maior qualidade.

Sob múltiplos enfoques, a agricultura familiar tem tornando-se pauta de estudos, tendo em vista a reorganização técnico produtiva da propriedade e da intensidade tecnológica, em relação aos reflexos econômicos gerados (BUAINAIN; GARCIA, 2013; CAMPOS; NAVARRO, 2013; SCHNEIDER, 2010).

No Brasil, fortes transformações no cenário agrícola são decorrentes de crises, tais como a do café, pois passou a ceder espaço para a agricultura de subsistência. No Rio Grande do Sul, não seria diferente, como por exemplo, por volta de 1930, o cultivo comercial do arroz na metade sul e norte do Rio Grande do Sul, o qual foi beneficiado por barreiras tarifárias, expansão do mercado consumidor interno, a organização político-econômica, a força de trabalho, os recursos naturais, a infraestrutura de transporte, entre outras.

Por volta da metade do século XX, a cultura do trigo e do arroz entra em crise no Estado, junto com a produção pecuária, em decorrência da competitividade do mercado mundial. No final da década de 1960, o Rio Grande do Sul insere-se no processo de modernização tecnológica da agricultura. A elevação do preço da terra e o investimento em agroindústrias, passa a dificultar as propriedades rurais familiares, fazendo com que muitos desloquem-se para a cidade. Na década de 1990, com a intervenção do Estado e a queda nas exportações, o cultivo da soja entrou em colapso no Estado.

Surgiram movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), propondo novas alternativas. O plantio passou a variar entre direto e convencional, com o uso de produtos químicos. Propriedades passaram a utilizar-se de poços artesianos e nascentes; surgimento de silos. Arrendamentos, linhas de crédito, apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o desenvolvimento de Cooperativas fortaleceram a agricultura familiar, através de uma produção diversificada de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes.

“A organização do espaço se dá por setores e em torno de centros (pólos), com certas características econômicas, políticas e culturais e em regiões hierarquicamente organizadas” (SAQUET, 2011, p. 6). E esta composição, cultural, econômica e hierárquica estabelecida nos dias atuais compõe o novo agronegócio brasileiro, condições que propiciam resultados na pecuária e agricultura extensiva, mas restringem o acesso aos meios de produção e impõe dificuldades para o agricultor que mantém suas atividades com uma parcela pequena de terra.

3 CAPÍTULO II – ASPECTOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO PRESENTE ESTUDO

3.1 ORIENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

O método significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa (CHAUI, 1994), e entre modelos já consolidados de pesquisa serão adotados para trazer informações e resultados coerentes com a realidade do setor, conseguindo responder as questões que norteiam este projeto.

Metodologicamente para atender nossos objetivos foi realizado uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa. Este tipo de pesquisa consiste no exame de documentos existentes com a finalidade de compreender determinado fenômeno (LUEZUTE KRIPKA; SCHELLER; DE LARA BONOTTO, 2015), a fim de mesurar o entendimento da governança sobre a redução dos estabelecimentos de agricultura familiar, precisamos uma fonte que possamos comprovar as atitudes destes órgãos quanto este tema, como afirma:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD *et al.*, 2008, p. 295).

Com o foco na obtenção da resposta para o problema de pesquisa, buscamos como instituição parceira o Sindicato dos trabalhadores rurais (STR) que é a entidade representativa de classe dos agricultores do município e conta com mais de mil sócios conforme dados do STR. Assim nos fornecendo informações importantes para o ponto de partida de nossas entrevistas.

A pesquisa qualitativa é tradicionalmente associada a interesses de pesquisa tipicamente subjetivistas. Em contraste, pesquisas quanti geralmente respondem às exigências do paradigma "positivista", cujo interesse de pesquisa é centrado no estabelecimento de leis causais. (CANO, 2012), bem como muitos autores sugerem que essas abordagens não são excludentes e que o pesquisador deve adotar uma

postura flexível, considerando uma possível integração entre pesquisas quantitativa e qualitativa (TEDDLIE; TASHAKKRI, 2003).

Abaixo apresentaremos então as questões norteadoras que orientaram o presente estudo, e seus correspondentes objetivos específicos:

Como agricultura familiar, vem impactando no processo da economia local, no conjunto do coletivo de trabalhadores do campo, na cidade de Não-Me-Toque/RS?

Quais fatores que levaram a agricultura familiar a perder espaço perante a agricultura não familiar, e como os mesmos montam suas estratégias de sobrevivência a partir do trabalho desenvolvido na agricultura familiar?

Como o sindicato dos trabalhadores rurais percebe o valor da agricultura familiar tanto para o desenvolvimento local como para o bem-estar das famílias no campo e sua sobrevivência?

Quais as ações estão sendo realizadas ou não pelo sindicato dos trabalhadores rurais para manutenção do pequeno agricultor no território?

Os sujeitos da pesquisa de campo foram os produtores locais, norteadas por entrevistas semiestruturadas onde foram entrevistadas 5 famílias que desempenham a agricultura familiar, estas foram indicadas de forma aleatória, com o intuito de buscar as causas e motivações, e quais atitudes mais adequadas poderiam evitar o abandono das atividades agrícolas. Para a seleção destes agricultores, tendo o ponto de partida o STR, a qual indicou de forma aleatória de 5 famílias.

A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de uma entrevista semiestruturada que de acordo com Minayo (2006) é mediante a aplicação da entrevista semiestruturada que o pesquisador consegue obter informes contidos na fala dos atores sociais, não significando apenas uma conversa despreziosa e neutra, mas sim conseguindo coletar fatos narrados pelos atores para assim compreender uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Para Yin (2016), o protocolo de entrevista é um ponto extremamente relevante do instrumento, pois permite na abordagem entrevistada a pertinência e focalização nos temas mais pertinentes do estudo e se assim utilizado corretamente possibilita uma conversa guiada e esclarecedora. Por conseguinte, Triviños (1987) refere e enaltece a aplicação de uma entrevista semiestruturada afirmando que é um dos melhores caminhos para que o pesquisador realize a coleta de dados em pesquisas qualitativas, assim valorizando o pesquisador e garantido a oportunidade dos participantes em ter a liberdade oportuna para explicar suas colocações.

Com a finalidade de atender os critérios éticos, o projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM, aprovado conforme parecer número: 6.177.329 (anexo IX). Todos os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes da realização das entrevistas, assim concordando com as suas devidas participações nas mesmas. Fora assegurado aos respondentes todos os esclarecimentos que envolvem a pesquisa, bem como a possibilidade de retirar a qualquer momento o consentimento de participação do estudo sem qualquer tipo de penalização.

A participação na pesquisa possibilitou ser facultativa, e os participantes foram informados que poderiam desistir se assim fosse sua vontade. A fim de garantir o sigilo da identidade dos participantes que foram utilizados codificações para os entrevistados assegurando, que seus nomes não seriam revelados.

Devido as características diferentes de cada segmento, foram criados roteiros diferentes de entrevista, sendo um para os participantes dos agricultores rurais, e outro para o representante do sindicato dos trabalhadores rurais.

As entrevistas ocorreram de forma presencial, e foram realizadas mediante agendamento prévio, e com a permissão dos entrevistados as entrevistas foram gravadas em arquivo de áudio e posteriormente transcritas em sua totalidade, com a autorização de cada um dos participantes.

Destaca-se que antes do início das entrevistas, foram realizadas uma pequena explanação acerca do tema, dos objetivos e de relevância da pesquisa a cada um dos participantes. Observa-se que pelo fato de estarmos ainda presenciando pequenos surtos da pandemia de covid 19 foram adotados os protocolos de saúde para realização das entrevistas assim possamos garantir a segurança dos entrevistados e do entrevistador. Nesse caso, ambos, pesquisador como entrevistados utilizaram máscaras durante o tempo total de duração das entrevistas, utilizando distanciamento mínimo de um metro e em ambientes arejados permitindo a circulação de ar.

A análise e interpretação dos dados coletados foram embasados pela metodologia de análise do discurso embasado Gagneten (1987), que atua numa abordagem dialético-crítica. O método desenvolvido por Gagneten (1987) apresenta-se em etapas que não são estanques, fechadas, indicando diferentes fases de um mesmo processo, ordenado a prática do presente estudo. As fases que constituem o referido método de análise são: reconstrução, análise, interpretação,

conceptualização, generalização, conclusão e elaboração de propostas. Essas fases se relacionam e compõem todo o processo de análise.

A reconstrução baseia-se na leitura atenta do material coletado, separa-se as falas dos entrevistados em pequenos fragmentos, de acordo com a relevância dos pontos pré-estabelecidos. A análise consiste na separação e na ordenação das falas em três categorias: reiteração (o que mais se repete nas falas), ressonância (o que mais chama atenção do pesquisador) e a estratégia (o que é possível identificar como possibilidades para futuras intervenções).

A interpretação refere-se à sistematização de diferentes temáticas, composição do todo através das partes. A conceptualização é a formação de ideias teóricas em relação aos elementos obtidos, percebidos e observados no processo, ou seja, a aproximação dos aspectos teóricos com a prática da pesquisa.

A generalização consiste em extrair o universal do particular, e é atingida quando as diferentes particularidades de um fenômeno se confrontam. Gagneten (1987) salienta que na maioria das pesquisas essa etapa não se concretiza, visto que compõe uma realidade particular, onde não é possível realizar generalizações. Na conclusão, Gagneten (1987) refere ser necessário retornar aos objetivos propostos pela pesquisa, com o intuito de avaliar o que foi possível alcançar, e a partir disso fazer uma discussão acerca do tema pesquisado e do processo de análise. A elaboração de propostas é a fase que tem como objetivo a formulação das mesmas que possam contribuir com a realidade investigada, buscando sempre melhorar o cenário da vida dos sujeitos.

Após a transcrição das entrevistas, de acordo com a metodologia de Gagneten (1987), o material foi lido com atenção pelo pesquisador e os fragmentos que mais se destacaram serão separados para análise. Na análise vamos compreender quais foram os pontos em comum abordados pelos entrevistados, bem como quais foram os pontos que mais chamaram atenção. Vamos passar então ao que a autora chama de conceptualização, nesta fase, vamos entender as categorias emergentes nas falas dos sujeitos para assim dialogar com os teóricos que embasam a presente pesquisa. Por fim, vamos a formulação de uma proposta de intervenção na realidade estudada.

3.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi elaborado e aplicado os protocolos de pesquisa com critérios de inclusão e exclusão dos participantes do estudo. Dessa forma, inicialmente, serão adotados os seguintes critérios de inclusão: famílias que vivem da agricultura familiar, produtores rurais com atividade exclusiva e sobrevivência do campo, com área explorada de até 80 hectares, do município de Não-Me-Toque/RS, além de aceitar as condições da pesquisa e assinar o TCLE. Critério de exclusão, menores de 18 anos, trabalhadores rurais com outras fontes de renda, abrangendo um total de 5 entrevistas.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

A produção dos dados somente foi iniciada após a autorização do CEP, anteriormente à apreciação ao comitê foi realizada a leitura do TCLE juntamente aos possíveis entrevistados, desta forma, garantindo os preceitos éticos da pesquisa. O TCLE foi entregue em duas vias, assinados pelos participantes, estes ficando com uma via e outra com os pesquisadores, sendo que o pesquisador apresentou a justificativa e os objetivos da pesquisa, comprometendo-se em preservar a privacidade dos participantes e das informações coletadas, garantindo o anonimato, utilizando para fim de identificação na pesquisa a uma codificação específica (F1, F2, F3, F4, F5) com a utilização das informações para fins científicos.

As entrevistas ocorreram no local de moradia de cada entrevistado, de forma individual, todas com prévio agendamento de forma pessoal ou por telefone, tendo a entrevista gravada e posteriormente transcrita com autorização do entrevistado.

Os participantes possuíram amplo acesso aos pesquisadores autores e ao orientador responsável durante o período de realização da pesquisa para esclarecimento de possíveis dúvidas, bem como a possibilidade de retirar seu consentimento da participação na pesquisa, respeitando a sua autonomia. Sendo informados que os benefícios serão indiretos, pois a pesquisa tem o intuito de contribuir para a produção e aprofundamento de conhecimento científico sobre a temática estudada, bem como fornecer subsídios para que possam refletir a respeito do seu próprio trabalho no território que ocupam.

Em relação aos riscos, foi salientado que poderia ocorrer, riscos mínimos como cansaço e desconfortos físico ou emocional durante os questionamentos. Nesta situação, o indivíduo poderia ser referenciado para atendimento médico/psicológico com profissionais da equipe de saúde referente à unidade de saúde onde se encontram ou realizam seu tratamento, que previamente foram contatados para garantir este apoio durante a pesquisa. Caso isso se manifeste, o participante poderia desistir de seu envolvimento no projeto.

Os participantes também foram informados da ausência de despesas ou compensação financeira relacionada com sua participação no projeto. Também foram informados que a não participação nesta pesquisa não afetaria a qualidade do atendimento que lhes é prestado no serviço utilizado.

Por meio dos achados da pesquisa será construído um relatório de pesquisa exigido pelo Programa de Pós-Graduação e formação de um banco de dados. Após analisados os dados juntamente com a equipe executora desta pesquisa, os dados serão guardados durante cinco anos pelos pesquisadores responsáveis em um armário fechado, em uma sala a combinar com a direção do curso de Pós-Graduação, sendo esta informada posteriormente no Centro de Ciências Sociais da UFSM, podendo os participantes da pesquisa terem acesso aos mesmo durante este período.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O estudo foi delimitado ao município de Não-Me-Toque, na região norte do Rio Grande do Sul, que está localizado a 292 Km da capital Porto Alegre, e faz parte da região do Alto Jacuí, com população em torno de 18 mil habitantes, como toda a região é propícia para as culturas de grãos, as áreas de terras no município são valorizadas e mantem uma agricultura forte em produção de grãos, tendo um relevo com áreas mais planas, adequadas a mecanização.

O município é reconhecido como Capital Nacional da Agricultura de Precisão, resultado da forte atividade industrial no município, voltado para máquinas e equipamentos agrícolas, hoje representa o maior setor da cidade, com mais de 5 mil empregos diretos e compreendendo 70% da arrecadação municipal, com sua produção destinada a todas as regiões do Brasil e boa parte dos continentes.

O estudo foi dirigido a produtores delimitado ao número de 5 famílias as quais realizam a atividade da agricultura familiar no município, conseguindo assim de forma mais específica mostrar a realidade municipal, bem como o entendimento deste tema da governança e entidades ligadas ao setor e suas atitudes perante o cenário, conseguindo por fim sugerir políticas públicas específicas que possam atender a demanda local.

Figura 1 - Mapa do estudo



Fonte: Wikipedia (2022).

Como população alvo da pesquisa serão agricultores familiares, considerados, agricultores com menos de 4 módulos fiscais (80 hectares) e que empregam na atividade mão de obra familiar do município de Não-Me-Toque/RS, que desempenham exclusivamente esta atividade para obter seu sustento, sem número preciso do montante de produtores que se enquadram neste parâmetro será realizada uma consulta ao STR, a qual representa este público para indicação de 5 famílias que farão parte deste estudo.

A indicação foi de forma espontânea sem nenhum tipo de manipulação ou sugestão por parte do pesquisador, garantindo a aleatoriedade das famílias indicadas, reforçando a confiabilidade da pesquisa, conforme contato estabelecido com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

4 CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A IMPORTÂNCIA DO TEMA AGRICULTURA FAMILIAR (FAMILY FARMING) NO CONTEXTO DAS PRODUÇÕES E ESTUDOS RELACIONADOS A ESTE TEMA

Nesta seção trazemos uma revisão bibliométrica sobre o tema proposto, partindo do tema principal que se trata da agricultura familiar, assim poder ressaltar quais as discussões a respeito deste tema a nível global e nacional, além de podermos nos situar de como está a produção nacional a respeito do tema, principais autores e quais anos teve mais publicações a este respeito.

Para realizar esta pesquisa a base de dados escolhida foi a *Web of Science*, a qual representa um banco de dados confiável e completo, auxiliando para ser referência na busca por publicações. Para encontrar as publicações correspondentes ao tema central da agricultura familiar, foi realizada uma pesquisa nesta base de dados com a palavra *Family farming*, considerando na pesquisa apenas os títulos contendo esta palavra. O resultado nesta base foi de 2038 trabalhos publicados.

Inicialmente ressaltamos em nossa revisão, a série histórica de publicações por ano em que podemos acompanhar em que no ano de 2021 foi encontrado o maior número de publicações seguidos por 2020 e 2019, neste três anos foram encontradas mais de 300 publicações referente a agricultura familiar em torno de 100 publicações por ano, mostrando que esse tema é atual sendo que apenas em 2022 teve uma redução nas publicações, mas não muito significativa e em 2023 já passaram de 40 as publicações encontradas, seguindo uma média interessante de interesse de pesquisa, pois se comparamos com os níveis da última década, de 1998 até 2012 apenas em a média de publicações anuais eram menores que 40, a partir de 2012 gerando uma elevação gradativa até os dias atuais.

Mostrando segundo o levantamento que o tema proposto é cada dia mais atual se tratando de produções acadêmicas, pois o número de publicações vem em uma série crescente ao longo dos anos, tendo os últimos cinco anos com uma média estável que representa a maior concentração de publicações, tendência que provavelmente tende a seguir neste ano.

Em sequência utilizando a mesma base de dados para mostrar os principais autores deste tema, destacando o autor, Tomas Balezentis, que sozinho representa 15 publicações, em seguida notamos uma grande pulverização de publicações, por exemplo, o segundo neste *ranking* Gao, Yang, tem cerca de 9 publicações e esse número reduzindo gradativamente com autores diversos com trabalhos espalhados pelo mundo todo.

Nos trabalhos do autor mais relevante em termos de publicações, analisamos seu tema de interesse, que se destina a agricultura familiar no seu país de origem a Lituânia, também notamos o grande esforço do autor em trazer dados a respeito da agricultura de seu país, mas principalmente incluindo temas como a sustentabilidade, agroecologia como forma de produção ambientalmente correta e como um diferencial competitivo para os produtores, sendo que chama atenção em seus estudos que diferentemente da agricultura convencional o tamanho médio das propriedades que se utilizam destes modelos de produção são na sua grande maioria propriedades pequenas, da agricultura familiar. Como afirma Ballezentis (2018, [*online*]).

Práticas agrícolas biológicas poderiam ser promovidas através da promoção de cadeias de abastecimento curtas, o que permitiria aos agricultores extrair maior valor acrescentado. Isto aumentaria a receita das explorações biológicas e reduziria a disparidade de desempenho em relação às convencionais. O tamanho da propriedade em termos de área agrícola utilizada foi uma das características correspondentes. Portanto, não observamos nenhuma grande área agrícola utilizando esse sistema em fazendas convencionais durante o período de 2007-2013. Olhando para as tendências do tamanho das explorações agrícolas em termos de área agrícola utilizada, neste modelo.

Notamos na reflexão do autor em que além de representar um fator de diferenciação que pode ser utilizado pelo pequeno produtor, as preocupações ambientais, referentes ao consumo de uma grande quantidade de insumos para a agricultura tradicional, como o foco em cada dia produzir mais, representa uma preocupação, segundo seus estudos, Ballezentis (2018, [*online*]) assim se refere:

A agricultura sustentável não pode ser mantida através da adoção de sistemas agrícolas com elevado consumo de fatores de produção e utilização intensiva de recursos. Na verdade, esta forma de agricultura produz uma série de resultados indesejáveis que incluem a deflorestação em grande escala, o esgotamento dos recursos hídricos, a diminuição da qualidade (e da produtividade) do solo e volumes excessivos de emissões de gases com efeito de estufa. Todos estes impactos sugerem que as práticas agrícolas convencionais que visam uma elevada produtividade sem considerações ambientais não são capazes de manter a produção alimentar e agrícola

sustentável. Para superar estas limitações, é necessária uma mudança para uma agricultura sustentável que garanta ganhos de produtividade e consciência ambiental. Estes objetivos manifestam-se em conceitos como a agroecologia.

Tendência mostrado pelo autor que já obtém reflexos no padrão de consumo das famílias, pois à medida que esta consciência ambiental se difunde no senso comum da sociedade, aspectos como sustentabilidade, rastreabilidade, boas práticas e preservação ambiental, se torna um fator relevante no momento na escolha de alimentos. Assim se explorado gerando um ambiente favorável para menores propriedades rurais em que tem mais facilidade para se adequar aos novos padrões exigidos pelos consumidores.

Entendemos que a relevância do tema da agricultura familiar a exemplo deste relevante autor Lituano é um tema de relevância global, em que muitos países discutem alternativas e formas de conhecer melhor e incentivar as famílias agricultoras, portanto tabelamos os países de origem das publicações encontradas, para poder perceber em quais países este debate tem avançado, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1 - Número de publicações por país

Publicações por País	Publicações
USA	593
Brazil	233
England	110
Canada	90
France	79
China	74
Australia	57
Poland	53
Spain	53
Germany	42

Fonte: Autor (2023).

E ao analisar esta tabela notamos que as instituições de pesquisa estão observando esta realidade com um protagonismo dos Estados Unidos da América (EUA) em que sozinho concentra 593 publicações, muito à frente de qualquer outro país, mas também notamos o grande interesse do nosso país sobre o tema pois vem em segundo lugar com 233 publicações, muito a frente do terceiro colocado a Inglaterra que representa 110 publicações. Neste levantamento notamos a grande relevância do tema para os dois maiores produtores de alimentos do mundo EUA e Brasil, ressaltando que boa parte de suas bases produtivas provem da agricultura familiar, outro importante destaque é o nosso país representar o único país da América Latina a estar entre os 10 países que mais publicam a respeito deste tema da agricultura familiar.

Adentrando mais a fundo nos resultados encontrados em diversos países, destacamos os dados obtidos pelo trabalho, que de certa forma vem norteando o debate sobre a distribuição de terras agricultáveis a nível global, contribuindo para muitos trabalhos, obtendo o maior número de citações da nossa base de dados, com o título. O número, tamanho e distribuição de fazendas, fazendas de pequenos proprietários e fazendas familiares em todo o mundo. Assim (LOWDER; SKOET; RANEY, 2016, p. 1) encontra uma tendência para a média territorial das propriedades rurais, com os dados que teve acesso, mas que mostrou uma diferença entre períodos e a relação com a renda do país, tendo seus resultados resumidos da seguinte forma:

Este artigo usa dados do censo agrícola (fornecidos no nível do país no Apêndice da Web) para mostrar que existem mais de 570 milhões de fazendas em todo o mundo, a maioria das quais são pequenas e administradas por famílias. Mostra que as pequenas fazendas (menos de 2 ha) operam cerca de 12% e as fazendas familiares cerca de 75% das terras agrícolas do mundo. Ele mostra que o tamanho médio das fazendas diminuiu na maioria dos países de renda baixa e média-baixa para os quais os dados estão disponíveis de 1960 a 2000, enquanto o tamanho médio das fazendas aumentou de 1960 a 2000 em alguns países de renda média alta e em quase todos os de alta renda. Países para os quais temos informações.

Além de chamar atenção para que a realidade do mundo todo se assemelha com a do nosso país em que a grande maioria das propriedades estar ligada a agricultura familiar mas demonstra também a necessidade de obter dados e informações mais atuais sobre a distribuição de terras tanto nos países, mas também de forma mais ampla a nível global, demonstrado pelo grande número de citações retiradas deste amplo trabalho, assim apresentaremos abaixo os resultados obtidos

pela segunda parte do nosso estudo relacionados as entrevistas realizadas com as famílias entrevistadas bem como com a representação sindical destes ruralistas.

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE IMPACTO NO PROCESSO DA ECONOMIA DA CIDADE DE NÃO-ME-TOQUE E REGIÃO ATRAVÉS DO TRABALHO NO CAMPO

Nesta parte apresentaremos então os resultados analisados através da pesquisa realizada com os pequenos agricultores, seus pontos de vista, ponderações sobre o tema proposto através do problema de pesquisa bem como buscando atender os objetivos proposto pelo presente estudo.

A agricultura familiar como temos observado através dos estudos já realizados tanto por leituras como pelas pesquisas feitas por diversos autores e reafirmada através da pesquisa de campo. A mesma possui papel fundamental na manutenção da subsistência de diversas famílias as quais empregam sua mão de obra familiar nesta atividade, mas além disso seu papel é percebido como fundamental para toda a economia do município onde a mesma é realizada bem como da região no qual a agricultura familiar é valorizada. É através da forma como esta atividade está sendo valorizada que o pequeno agricultor rural precisará adquirir no comercio local uma variedade de apoio no sentido de se garantir, insumos, ferramentas, para sua produção.

Para além das questões relacionadas a atividade do campo, foi observado através da fala dos entrevistados que outros elementos são necessários para a manutenção destas famílias no campo como: atendimento das necessidades básicas para sua manutenção, saúde, educação, lazer entre outros. A necessidade do município poder oferecer políticas sociais de saúde, educação para a permanencia da família junto a terra, entendemos que essas necessidades supridas através de políticas públicas de governança local, implicarão não somente no fortalecimento desta e outras famílias que vivem no campo, mas também representarão um nicho interessante para os demais setores da economia local. Assim ajudando a fomentar recursos, empregos, renda e girando a economia. Assim essa consciência é presente no pensamento dos produtores locais como podemos encontrar na fala abaixo:

Eu entendo que a minha parte na agricultura familiar é muito importante porque as coisas que são desenvolvidas na agricultura familiar são pequenas coisas que geram, muito dinheiro dentro do município como dentro do estado, também o mais é o leite. A gente vendeu ovo e coisas são pequenas dinheirinho que entra no teu bolso e tu vai no mercado da cidade e tu compra e esse dinheiro volta em imposto para o município e para o estado (Informação verbal)¹.

De acordo com Dornelles (2020), o reconhecimento do trabalho da agricultura familiar é primordial para o desenvolvimento local e regional. Além de abastecer as cidades com a produção de alimentos, a agricultura familiar ainda gera empregos e renda. Esta consciência do valor do trabalho executado pelo trabalhador rural, possui uma grande representação de consciência do valor que este trabalhador percebe no impacto que gera, não só no município como já foi dito como abrange toda a região, vejamos abaixo o pensamento do dos sujeitos entrevistados:

“Bom, mesmo com todas as dificuldades na agricultura familiar não podemos parar porque é da agricultura que sustentamos a todos. Agricultura, então ela move, faz a roda girar. Agricultura indo mal, todo o resto vai mal. Então a roda para” (Informação verbal)². “Muito importante, produzimos alimento para a cidade e o valor que ganhamos, deixamos na cidade assim vai girando” (Informação verbal)³.

Essa ideia de pertencimento com o ambiente como percebemos, ela não se restringe apenas a sua propriedade, mas a uma relação de participação com sua localidade, constituída por relações sociais e comerciais estabelecidas ao longo de décadas com os demais setores da economia local, que tornaram a agricultura familiar, constituída por laços de proximidade e de pertencimento ao lugar, as técnicas de manejo diferenciadas, o processo de cultivo baseado em redes sociais, instituições locais e a transmissão de saber-fazer específicos são diferenciais competitivos da produção familiar (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHER; CERDAN, 2003).

De acordo com as afirmações acima, ambas são ratificadas quando consideramos os dados apresentados pelo IBGE, o qual comprova que a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos pequenos municípios do nosso país, que tem até 20 mil habitantes, que além de ter uma produção diversificada de alimentos, injeta praticamente todo esse recurso obtido na economia local, significando receita para

¹ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

² Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

estes municípios. Conforme a fala do agricultor abaixo ela vai dar visibilidade ao que o IBGE (2017) nos afirma:

Eu entendo o meu trabalho é importante pra desenvolvimento regional. Eu acredito que o meu trabalho é importantíssimo porque ele gera renda, gera riqueza, gera emprego. Enfim movimenta a economia do país da nossa região. Então se isso não tivesse quantas pessoas não precisariam, não seria útil essas pessoas, então movimenta toda uma cadeia. O trabalho que o agricultor, enfim, que o agricultor familiar realiza (Informação verbal)⁴.

Para refletirmos um pouco mais a respeito do impacto da agricultura familiar e seus aspectos que caracterizam sua força de trabalho para o desenvolvimento regional apresentaremos a seguir o pensamento de Aguiar (2019) que caracteriza em seu estudo as seguintes distinções entre desenvolvimento local, regional e territorial: É possível afirmar que um dos caminhos apontados para desenvolvimento local relacionasse ao estabelecimento de estratégias que atendam às peculiaridades locais, no sentido de estabelecer prioridades de desenvolvimento conforme seu potencial produtivo.

Da mesma forma o Aguiar (2020, [online]) traz a presente discussão sobre o conceito do desenvolvimento regional:

Desta forma o desenvolvimento de uma região, depende fortemente da capacidade dos atores locais e da integração da comunidade, instituições e empresas com o desenvolvimento local. Segundo Aguiar (2019) a definição de desenvolvimento regional, descreve região como um espaço com características naturais específicas criadas ao longo de um processo de formação histórico-cultural, através do qual se estabeleceu uma identidade social, econômica e política com vistas a atender as necessidades de sua população, determinando, desta forma uma identidade regional própria.

Na mesma sequência então de nossas reflexões apresentaremos o conceito de desenvolvimento territorial, em que Dallabrida (2017 apud AGUIAR, 2020), indica que surgiu a partir da década de 90, devido a necessidade de definições para o estabelecimento de políticas públicas para a revalorização do meio rural que até então era negligenciado pela ideia que o desenvolvimento se voltava a estrutura de espaços urbanos. Aguiar (2020) afirma então que ao buscar referências sobre o desenvolvimento territorial inúmeras produções foram observadas relacionando-as ao desenvolvimento de territórios rurais.

⁴ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Assim surge também o conceito de espaço rural é, então, um território que se inclina sobre o sentido de enraizamento, o sentimento de pertencimento, em relação aos laços afetivos e morais que os grupos tecem com o solo onde nasceram e estão sepultados seus antepassados (CLAVAL, 1996). Quando observamos a afirmação do autor acima, retomamos mais uma vez a relação do agricultor familiar com sua atividade produtiva, não só como seu meio de sobrevivência, mas como parte daquele território.

Como observado acima alguns fatores relevantes que integram os vários conceitos de desenvolvimento local, regional e territorial chamam a atenção, principalmente a premissa desta transição referente ao conceito de desenvolvimento em que possui uma ligação com o território urbano e desconsiderava o território rural, passando para uma visão de produções que relacionam sim o desenvolvimento ao meio rural, e principalmente a percepção da região ser formada por aspectos históricos- culturais, da relação do próprio cidadão com sua atividade de trabalho e seu território, assim ao longo de décadas, particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, centenas de famílias se constituíram como parte da economia regional, através de sua íntima ligação com o trabalho e com sua produção no campo, não esquecendo que esta intimidade com o trabalho tem suas marcas e características vinculadas a cultura que muitas destas famílias emigrantes, trouxeram de suas origens constituindo uma verdadeira mescla de hábitos e costumes oriundos de culturas diversas como a italiana, a holandesa, a alemã as de origem africana por exemplo.

Para complementar os dados podemos citar a importância da agricultura familiar ocupar seu espaço por longo dos anos como forma de garantia da segurança alimentar no nosso estado com condições de se desenvolver e se tornar fator de desenvolvimento em seu meio. Podemos citar os resultados obtidos pelo trabalho. O estado da agricultura familiar no mundo, ressalta a importância de consolidar dados concretos sobre a importância da agricultura familiar, como um setor, mas principalmente sua relevância para segurança alimentar a nível global reforçando alguns dados sobre como se constitui essa distribuição das áreas agrícolas. Como (GRAEUB *et al.*, 2015, [online]) chega a estes resultados:

2014 foi o Ano Internacional da Agricultura Familiar das Nações Unidas, mas a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar global ainda é surpreendentemente mal documentada. Em uma revisão dos dados do censo agrícola, descobrimos que as fazendas familiares globais constituem mais de 98% de todas as fazendas e trabalham em 53% das terras agrícolas. Em contextos distintos, a agricultura familiar desempenha um papel crítico para a produção global de alimentos. Apresentamos dois exemplos de abordagens de políticas para agricultores familiares – Brasil e Malawi – para fornecer uma visão sobre algumas das complexidades e desafios por trás dos números globais. © 2015 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Refletindo por essa realidade mundial de predominância de famílias ocupadas na agricultura apesar de não haver essa predominância no território, como também ocorre no Brasil. Nosso país que apesar das dificuldades é citado como exemplo de políticas públicas voltados aos pequenos agricultores familiares.

Entendemos que, para que ocorra o desenvolvimento regional é importante ponderar a forma como a governança local vem desenvolvendo ações e especificidades para que a família do pequeno agricultor possa permanecer nesta atividade e de certo modo fazer com que o seu trabalho no campo se torna grande. Neste sentido, torna-se importante ressaltar como o pequeno agricultor percebe a interação da governança local com seu trabalho:

Bom, de certo modo eu acho que o governo apoia sim, querendo ou não é o que nos move, Agricultura é o que nos move. As ações que estão desenvolvendo no meu ver seriam algumas no caso, mas vou citar tem aquisição da merenda escolar, a o apoio a agroindústria ali que o pessoal se legaliza, pode vender seus produtos, ah próprias feiras do produtor que são realizadas por aí né? Durante as feiras também do estado tem agricultura familiar, das feiras do produtor no próprio município (Informação verbal)⁵.

Notamos a partir da fala dos sujeitos entrevistados um esforço da esfera pública em mesmo que de forma modesta, inserir através do município e estado o pequeno produtor com uma ligação direta com o consumidor local, através da feira do produtor no município em que o produtor pode comercializar seu produto, e voltado as agroindústrias o estado propicia espaço em feiras regionais e estaduais com o pavilhão da agricultura familiar, políticas reconhecidas também na visão do Agricultor 01 que diz: “Estão introduzindo aqui o que o pequeno produtor produz, nas escolas municipais, como alimentação escolar, tem a feira do pequeno produtor que ali eles são muito valorizados, onde as pessoas podem adquirir alimentos para subsistência”

⁵ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

(Informação verbal)⁶. Denominado, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, que visa transformar o poder público em consumidor da produção familiar, conforme (BRASIL, 2023a [online]). Abaixo segue os objetivos que regem este programa:

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Programas que atendem uma demanda específica, que dão visibilidade para produtos prontos para o consumo, mas as dificuldades para acessar estes programas ainda é um fator de restrição, pois exige, regulamentações, adequações, na maioria das vezes necessitando a formalização como agroindústria, seguindo normativas da vigilância sanitária para sua produção, além de ter que aderir aos sistemas de certificação que podem ser, municipais, estaduais, ou nacionais e assim de certa forma se tornam muitas vezes inviáveis na propriedade, além de não atender pequenos produtores os quais sua produção ainda necessita de beneficiamento, transformação ou industrialização para o consumo.

Programas que auxiliam a obtenção de alguns resultados já encontrados na literatura, pois a produção de alimentos na agricultura familiar, e demonstra apesar das dificuldades o grande potencial de inovação na agricultura familiar, pois o setor já vem inovando para se manter no mercado e se tornar rentável mesmo em menor escala, trazendo uma alternativa interessante que pode colaborar muito em nossa discussão de meios mais específicos para a permanência do agricultor familiar em sua atividade, além do que garantindo disponibilidade de alimentos de qualidade e voltados a micro regiões para nossa população, conforme Análise das Perspectivas

⁶ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Científicas e Tecnológicas do Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentares da Agricultura Familiar (SILVA, 2023):

Um total de 716 artigos e 532 patentes foram identificados esses dados dos artigos científicos fornecem um panorama sobre a participação da agricultura familiar no desenvolvimento de produtos alimentícios e como os produtos desenvolvidos pelos agricultores familiares repercutem na sociedade. Os documentos de patentes encontrados evidenciaram o desenvolvimento de tecnologias produtivas inovadoras, como máquinas e métodos de produção para melhorar a qualidade dos produtos comercializados pelos agricultores familiares. Portanto, há grande potencial para os alimentos da agricultura familiar avançarem nessa área tecnológica, com perspectiva de aumento de publicações e novos pedidos de patentes relacionados a esse assunto.

Resultados que comprovam a grande capacidade de inovação no pequeno agricultor familiar que encontra maneiras de superar suas dificuldades fortalecendo seu papel de alimentar a comunidade local e regional principalmente.

Um outro ponto que merece destaque são as dificuldades inerentes não somente ao atendimento à saúde, educação e assistência, mas também de infraestrutura principalmente junto as propriedades que geralmente estão distantes do perímetro urbano, como diz o Agricultor 02: “A governança local valoriza pouco o agricultor familiar tem dificuldade de manter estradas entre outros serviços necessários” (Informação verbal)⁷. Visão compartilhada pelo Agricultor 05, que considera: “a agricultura familiar, pouco valorizada a meu ver deveria ter mais auxílio e mais incentivos” (Informação verbal)⁸.

Ressaltamos então o pensamento de Aguiar (2019), o valor destes elementos para o desenvolvimento de forma local quando as interações entre a maioria dos agentes que compõe determinada localidade se fortalecem, com a valorização do seu potencial produtivo estabelecido ao longo do tempo nesta determinada região.

Entendemos, através das reflexões dos autores acima em que o desenvolvimento local, regional e territorial se torna limitado, quando inúmeros agentes ficam a margem do desenvolvimento econômico, políticas públicas e muitas vezes até serviços básicos oferecidos pelo poder público. Reforçando o que os próprios produtores afirmaram quando entrevistados que faltam condições para poder se desenvolver e seguir com sua atividade da agricultura familiar, atividade a qual ao longo de décadas comprovou seu potencial e a grande vocação local, mas que

⁷ Entrevista concedida pelo Agricultor 02, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

⁸ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

atualmente o pequeno produtor se vê apenas sobrevivendo nesta atividade, sem perspectivas de crescimento.

Neste sentido é importante reafirmar que a perspectiva de impacto observada através da fala dos agricultores retoma discussão sobre a suma importância da agricultura familiar na economia local, ressaltando as especificidades das atividades que ela desenvolve perante a agricultura de larga escala, enquanto na produção de grãos apesar do grande montante produzido na nossa região, e em todo o nosso estado é possível produzir no máximo duas safras, uma de verão (soja e milho) e outra de inverno (trigo, cevada, canola aveia) injetando na economia valores importantes, mas em alguns modelos produtivos como o leite, aves, suínos, frutas e verduras, geralmente produzidos por famílias agricultoras, esse fluxo de faturamento se torna mensal, dependendo da atividade desenvolvida, recursos que em grande percentual retorna em forma de consumo na sua localidade.

Nesta perspectiva de realidade local entendemos que se desenvolver ações de fortalecimento do pequeno agricultor com algumas medidas do poder público, seria de extrema relevância pois este possui o dever de auxiliar essas famílias que realizam um papel fundamental tanto econômico quanto social, assim essa importância deveria ser compreendida pela esfera pública local.

No ponto seguinte poderemos refletir como o pequeno agricultor possui um alta capacidade de reflexão de buscar alternativas para a superação das dificuldades inerentes a sua realidade de trabalho.

4.3 O PEQUENO AGRICULTOR RURAL E SUA CAPACIDADE REFLEXIVA E PROPOSITIVA DE MUDANÇAS

Entendemos que o trabalhador do campo é um sujeito que traz em si, capacidades a serem valorizadas pela governança local, a experiência de vida, cultura e capacidade de análise e resolução sobre demandas inerentes da vida cotidiana que mereciam ser ouvidas como potencial de desenvolvimento local, regional e territorial.

Algumas medidas foram sugeridas pelos produtores entrevistados, as quais na visão deles poderia ajudar a garantir a permanência das famílias agricultoras no campo:

Olha eu acredito que ações que eu percebo por exemplo, entrando na parte agrícola do custeio, um agricultor ele hoje tem um limite de duzentos e cinquenta mil para custeio. E esse valor nos últimos cinco anos eu tenho certeza que não foi reajustado. E aí se tu pega um patamar de custo de lavoura que teve que nem o ano passado. Esses duzentos e cinquenta mil não te permitem fazer uma lavoura muito se tu quiser plantar milho em tudo por exemplo tu vai ter que escolher ou tu faz o custeio do soja e do milho ou faz o do trigo ou faz uma parte porque os duzentos e cinquenta mil é algo defasado é algo que deveria ser aumentado ao meu ponto de vista, outro ponto seria um auxílio para primeira compra de terra de um jovem agricultor algo nesse sentido sabe? Algum subsídio (Informação verbal)⁹.

Alguns pontos do relato do agricultor chamam a atenção, principalmente para o grande fator de limitação dos pequenos produtores, conseguir agregar mais área e mais tecnologia na sua produção e neste sentido as linhas de crédito do governo seguem com valores defasados em comparação com a grande elevação dos custos de produção que retiraram boa parte da margem de lucro dos agricultores familiares.

Assim como podemos perceber nos levantamentos da CONAB (2022), que monitora os custos de produção agrícola em todas as regiões do nosso país, trazemos abaixo as tabelas com o custo de produção da cultura da soja, das duas últimas safras, com levantamentos realizados na região de Cruz Alta/RS:

Tabela 2 - Levantamento de custos cultura soja safra 2021/2022

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO POR HÁ	CUSTO / SACO (JUTA) - 60 kg
Custo total (H+I=J)	3.264,0500	72,5342

Fonte: Conab (2022).

Tabela 3 - Levantamento de custos cultura soja safra 2022/2023

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO POR HA	CUSTO / SACO (JUTA) - 60 kg
Custo total (H+I=J)	8.282,3200	129,4114

Fonte: Conab (2022).

⁹ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Notamos que o custo para desenvolvimento da cultura mais que dobrou de uma safra para outra, implicando em dificuldades para os produtores em fechar suas contas, quitar os recursos de custeio e bancar os investimentos realizados, sem deixar de destacar a realidade agravada, por dois anos consecutivos de estiagem, no RS a qual resultou em perdas drásticas de produtividade, cenário que praticamente inviabiliza a sobrevivência dos agricultores menos capitalizados sem algum tipo de auxílio do poder público.

E mais que criação de auxílios pontuais se torna necessário a garantia de auxílios que muitas vezes são esporádicos como notamos na fala abaixo:

Bom, eu acho assim ó, nesse caso no ano passado nós tivemos o auxílio na nas com o rebate nas prestações de investimentos alguns até não se enquadraram, mas muitos se enquadraram acho que isso aí é de extrema importância esse ano não teve nada disso aí e foi um ano difícil então eu acho que deveria ter auxílio nessa parte investimentos e rebates em outras prestações agrícolas de custeio também inclusive e acho que é nessa linha aí né? Tem hoje tem dinheiro para tudo e nessa parte aí está sendo deixado um pouco a desejar né? Então eu vejo nessa parte aí que que precisaria um incentivo aí também (Informação verbal)¹⁰.

O relato do produtor se refere a medidas paliativas adotadas muitas vezes pelo governo para sanar a necessidade momentânea e amenizar as cobranças dos agricultores em algum período crítico, mas que não tem sequência e continuidade. Por exemplo no ano anterior por consequência da estiagem no RS os agricultores tiveram descontos em suas parcelas de investimentos financiados pelo PRONAF, abrangendo máquinas, equipamentos, construções entre outros, mas as medidas atenderam apenas parcelas que venceriam em um período específico, atendendo uma parcela de produtores, mas deixando outra boa parcela desamparada. Conforme CNA (2022 [*online*]):

¹⁰ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

O governo federal regulamentou por meio do Decreto 11.029 um desconto de até 35,2% para o pagamento de parcelas de crédito agropecuário a produtores que tiveram perdas causadas pela estiagem na safra 2021/22. O documento publicado no dia 1º de abril em edição extra do Diário Oficial da União prevê o benefício a agricultores do Paraná e outros três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. O auxílio regulamentado vale para as parcelas das operações de crédito rural de custeio e de investimento vencidas e/ou que vencem no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2022. Outra regra importante é que, para se beneficiar do desconto, o crédito deve ter sido contratado até 31 de dezembro de 2021 e estar sem inadimplência. Além disso, é pré-requisito que o produtor tenha o registro de Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) ou inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Já neste ano a situação de estiagem se repetiu mais uma vez, mas os descontos para dívidas com investimentos não foram adotados, apenas para operações de custeio não atendidas pelo seguro rural.

Nesta terça, o Governo Federal abriu crédito suplementar de R\$ 230 milhões para amenizar os prejuízos de mais de 24 mil agricultoras e agricultores gaúchos, em um total de 36 mil contratos de financiamento do Pronaf. O desconto sobre o valor das parcelas é de até R\$ 12 mil por operação. Segundo o ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), o decreto atende demanda da agricultura familiar gaúcha que, pela terceira safra consecutiva, tem prejuízo em decorrência da estiagem que atinge o estado. 'Os agricultores familiares que trabalham principalmente na pecuária leiteira, não têm seguro agrícola ou cobertura do Proagro. Assim, o presidente Lula está dando um desconto nas prestações vencidas, nas que estão vencendo e nas que irão vencer, de 25%, totalizando o valor de 230 milhões de reais para os agricultores do Rio Grande do Sul que estão sofrendo os efeitos da seca naquele estado', detalha (BRASIL, 2023b, [online]).

Ressaltando que a situação encontrada foi a mesma nos dois anos, mas as políticas públicas foram diferenciadas, dependendo de disponibilidade financeira e da própria visão dos gestores da época, apenas com uma semelhança, duas medidas adotadas às pressas, assim restringindo sua assertividade ao público a qual era destinado.

Muitas vezes o cenário de incertezas se torna completo, deixando o produtor sem previsibilidade em praticamente todos os meios necessários para sua produção, como preços, custos, crédito, produção e além disso a incerteza em medidas de auxílio. Restringindo o produtor de programar investimentos e até mesmo a manutenção e sobrevivência de sua família, entendemos que a maioria dos auxílios garantidos pelo governo, visa sanar suas dívidas quando há frustração de safra, não prevendo a sobrevivência de quem vive exclusivamente da terra.

Complementando as necessidades citadas, encontramos ainda a valorização do produto e o investimento em agroindústrias conforme citaram os Agricultores 02 e 05. Já o Agricultor 01 reforça uma necessidade já debatida e diz: “ter dinheiro para poder financiar a Terra para os filhos poder ter condições para comprar para tu ter uma não ficar esperando por herança sempre” (Informação verbal)¹¹.

Essa frase resume a realidade de uma classe que movimenta a economia das mais distintas regiões do nosso país, mas que considera desmotivador lutar apenas pela sobrevivência na sua atividade, quer perspectiva de crescimento para que seus filhos e netos, que eles possam progredir com essa ligação do trabalho com o campo, que não se restrinja ao que é passado de geração a geração.

No item abaixo iremos refletir sobre os reflexos dos agricultores notadamente se referindo as estratégias de sobrevivência de trabalho no campo, malabarismos para seguir em sua atividade porque seu sonho de trabalho se esvaia no chão.

4.4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR

Entramos neste capítulo fazendo uma discussão dos principais fatores que geram preocupação, ou um empecilho que pode tirar famílias da atividade da agricultura familiar, relacionando nossa pesquisa demonstrando a realidade em que o pequeno agricultor vive. A pesquisa realizada buscou encontrar respostas para esta compreensão. Das famílias entrevistadas nos foi possível compreender melhor o que estas famílias enfrentaram e vem enfrentando para permanecer em suas atividades. Sejam estas no que diz respeito ao próprio trabalho no campo como de permanência no campo como atividade de subsistência, tanto do trabalhador rural como de sua família.

No momento em que estes trabalhadores foram questionados sob as dificuldades inerentes a sua prática na agricultura familiar, encontramos alguns fatores interessantes e correlacionados, mas principalmente uma larga preocupação com os preços dos produtos agrícolas a qual é ditado pelo mercado, aí então a preocupação em adequar os custos em que muitas vezes se tornam superiores ao faturamento dada a volatilidade do mercado. Essa insegurança acaba gerando incertezas na

¹¹ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

família e assim muitos optam por uma atividade mais estável, como podemos perceber nos entrevistados A1 e A2 respondendo a esta questão:

As dificuldades são que hoje em dia o filho não tem preço nas coisas, o leite do jeito que está indo esta cada vez abaixando mais e o soja também não tem um preço bom, soja, milho, trigo, e daí eles a filha querem, vem para casa, mas tu não tens um salário, não é que nem morar na cidade, que tem o salário todo mês garantido, tu não tens uma vida garantida no interior, tu dependes dos outros (Informação verbal)¹².

A partir do exposto acima entendemos que nos últimos anos a variação dos preços recebidos pelos produtos preocupou a maioria dos produtores, a qual é fundamental para garantir a margem de lucro da propriedade e assim gerar renda, nos levantamentos da CONAB (2023), os mesmos assim retratam os preços médios recebidos pelo produtor no nosso estado, assim podemos ter um indício de como ocorreu essas variações na cultura da soja (Figura 2), por exemplo:

Figura 2 - Histórico de preços da cultura da soja

Produto/Unidade	Nível de Comercialização		U.F.	
SOJA EM GRÃOS (60 kg)	PRODUTOR		RS	
Ano	Menor Preço		Maior Preço	
2019	R\$	68,18	R\$	78,19
2020	R\$	77,36	R\$	155,56
2021	R\$	150,85	R\$	166,67
2022	R\$	170,74	R\$	198,54
2023	R\$	124,76	R\$	170,00

Fonte: Conab (2023).

Podemos perceber na tabela acima, que a variação entre o maior preço recebido e o menor recebido, pela saca da soja nos últimos cinco anos teve uma variação superior a 100 %, geralmente oscilando entre a demanda interna e internacional, mas principalmente os períodos de grande oferta interna do produto. O pequeno produtor se vê sem capacidade de armazenar seu produto e muito menos

¹² Entrevista concedida pelos Agricultores 01 e 02, Não-Me-Toque, julho de 2023.

aguardar um período melhor para comercializar seu produto, pois depende desta renda para pagar suas dívidas e garantir o sustento de sua família.

Também realizamos o levantamento dos preços recebidos pelo produtor pelo leite (Figura 3), atividade característica das famílias agricultoras, e destacamos na tabela abaixo também a ocorrência de uma grande variação entre os maiores preços recebidos, segundo dados da CONAB (2023).

Figura 3 - Histórico preços leite

Produto/Unidade	Nível de Comercialização	
LEITE DE VACA IN NATURA (l)	PRODUTOR	
Ano	Maior preço	
2021	R\$	2,18
2022	R\$	3,17
2023	R\$	2,68

Fonte: Conab (2023).

Avaliando os levantamentos dos preços médios praticados para o leite e para a soja nos últimos anos, comprovamos a dificuldade econômica de planejamento familiar citado pelo agricultor, o qual não pode garantir uma renda fixa, para a família, filhos ou comprometer essa renda com investimentos, pois ela realmente é inserta, sem contar os demais fatores as quais citamos em nossas reflexões anteriores e também não representam nenhuma segurança ao agricultor, como políticas públicas, clima e custos, como também reforçou a fala do agricultor, que amplia o nível de suas necessidades sem ferramentas e manejos necessários para desempenho de seu trabalho: “custos elevados em insumos máquinas e fermentas” (Informação verbal)¹³.

Fatores que são consenso entre os produtores:

As principais dificuldades para realização da agricultura familiar em propriedade. Bom, pra mim aqui seria novamente essa questão do clima, né? Nós já tamos passando aí por já acho que três safras aí complicadas uma de inverno duas de verão e então isso aí atinge bastante e outro fator então seria até a questão agora o último ano dos preços agrícolas né? A gente pagou caro pra insumos e na hora de pagar valor do produto então abaixou consideravelmente então com isso aí também a receita da gente acaba baixando bastante (Informação verbal)¹⁴.

¹³ Entrevista concedida pelo Agricultor 02, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

¹⁴ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Quando analisamos a agricultura familiar através dos relatos dos próprios agricultores e ratificados pelos dados trazidos pela CONAB (2023), conseguimos consolidar esta atividade como uma atividade muito insegura nos últimos anos, em que a garantia de faturamento, margem de lucro ela vai depender do ambiente interno, mas principalmente fatores externos a propriedade os quais não sofrem interferência ou influência do próprio agricultor, que produz.

Trazendo esta característica, é inevitável que a comparação com outras atividades, que possam garantir uma renda para a subsistência da família acaba ocorrendo e se torna a opção para muitos, pesando outro fator característico a carga horaria, que muitas vezes as atividades agrícolas podem se estender a noite a aos finais de semana, como ressalta em seu depoimento quando questionado sobre as principais dificuldades da agricultura familiar: “Pouco lucro pros pequenos, facilidade de emprego na cidade, compromisso no fim de semana e fora de hora” (Informação verbal)¹⁵.

Esta visão trazida pelo Agricultor 05 se confirma a níveis gerais como fatores relevantes para a decisão de permanecer produzindo ou buscar outras atividades, conforme o estudo de (BRUMER; PANDOLFO; CORADINI, 2008, [online]) afirma:

As mudanças estruturais na sociedade em geral, desde a questão da renda, da penosidade, do trabalho agrícola, da desvalorização da ocupação, da falta de lazer no meio rural e da autonomia na gestão da propriedade, entre outros, geram implicações na sucessão das propriedades rurais. Dentre todos os fatores, o estudo (educação) é apontado, de forma mais relevante, como um fator externo que não apenas oferece informações e conhecimento, mas aciona o comparativo entre os modos de vida oferecidos pelo meio rural em contraponto ao meio urbano

No mesmo sentido, o Agricultor 04 ressalta abaixo a dificuldade da mão de obra querer estar desenvolvendo suas atividades no campo, trazendo uma disputa desleal com as fortes indústrias do setor metal mecânico presentes no município, a qual acabam levando a mão de obra e muitas famílias que residiam no campo, as quais optam por uma garantia de remuneração no final de cada mês. Distinções claras destacadas por Allen e Lueck (2002) que consideram a sazonalidade o fator principal a distinguir as organizações rurais das organizações do setor industrial. Especialmente nas culturas anuais, a existência de estágios curtos e definidos de produção – plantio, cultivo, colheita, processamento – implica que o agricultor precisa

¹⁵ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

ser ágil na resposta às imprevisibilidades climáticas. Este fator aleatório, associado aos desígnios da natureza, limitaria os ganhos.

Garantia que se soma ao acesso mais fácil a serviços básicos de quem reside na cidade em comparação ao interior, como coisas simples como sinal de celular e internet, que por sua distância do centro urbano, muita localidade tem dificuldade a esses serviços, que são primordiais para qualquer atividade nos dias de hoje. Como podemos conferir na fala abaixo:

Bom a grande dificuldade nossa aqui é mão de obra, mas isso é algo que a nossa região aqui ela é assim vamos dizer assim em função das indústrias né? As indústrias metal mecânicas aqui na nossa região elas o a mão no caso o emprego na cidade virou mais atrativo do que na no interior né? Então isso é algo cultural vamos dizer assim em função das empresas que que estão instalada no nosso município mas a grande dificuldade é mão de obra ah que que a gente mais percebe né, Outra dificuldade que agora graças a Deus a gente está suprimindo faz pouco tempo que que veio chegou até aqui que foi a internet rural né? Isso está fazendo tempo que a gente estava e tal e graças a Deus agora chegou mas essa também era outra dificuldade muito grande. Ah porque hoje tu tem que estar conectado com o mundo né? E se tu não tiver a forma de se comunicar tu está tu está atrasado vamos dizer assim né (Informação verbal)¹⁶.

Preocupações que nos fazem refletir que as condições de acesso, e disponibilidade de serviços fundamentais, como saúde, educação, estradas, telefone internet, lazer entre outros são fatores em que o produtor levava em conta no momento de sua decisão. A intensidade da vida local depende, em grande parte, das possibilidades econômicas, sociais e culturais acessíveis à população das áreas rurais, de modo especial, as oportunidades de trabalho e acesso a bens que constituem os fundamentos indispensáveis para a própria permanência no campo (WANDERLEY, 2009).

Assim já podemos descobrir alguns indícios relevantes que o agricultor familiar entende como dificuldades para ele e sua família continuar desenvolvendo essa atividade no nosso município, assim começamos a entender também as motivações de diversos agricultores familiares deixarem suas atividades agrícolas a nível municipal. Pois quando questionamos os agricultores quais as motivações que ele compreende como relevante para a agricultura familiar perder espaço para não familiar, notamos a influência forte do setor industrial local, a qual demanda muita mão

¹⁶ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

de obra, garantindo rendas mensais para a manutenção da família, como notamos na fala abaixo:

Olha ah que nem eu comentei antes mas na nossa região aqui o principal fator é a questão cultural das indústrias, está instalada aqui no nosso município de Não-Me-Toque. E vem gente de tudo que é lugar e ficou o trabalho na cidade ficou mais atrativo do que o no interior, né Então esse é o grande motivo e também ah não existe nenhum programa de incentivo ou se existe eu não estou sabendo. Por exemplo vai comparar pra um jovem adquirir uma área de terra, algum financiamento com fomento governamental, alguma coisa assim. Se tem existe, mas é algo num valor fora de mercado e algo nesse sentido que que daí tu está tu não está defasado. Então eu acredito que falta isso também né? Mas aqui na nossa região o principal motivo é essa questão das indústrias né (Informação verbal)¹⁷.

Desta forma os demais produtores também consideram o setor industrial e o fator educacional, mais atrativo principalmente para o jovem, filho de agricultor, que busca autonomia principalmente financeira ou busca uma formação superior a qual impede muitas vezes conciliar com a atividade agrícola como também considera o Agricultor 03 que diz:

Bom, hoje com a margem de lucratividade baixa e às incerta no meio rural muitos jovens eh buscam por trabalhar nas indústrias né? Ou até mesmo em fazendas maiores tendo assim uma renda mensal pra se manter e também outros jovens buscando se qualificarem e atuarem na área como agrônomos e veterinários deixando a propriedade e com os custos altos para custear a lavoura, a família às vezes optem a arrendar ou até mesmo vender suas áreas. Para produtores maiores e esses produtores maiores eles conseguem ter uma lucratividade maior por quantidade. Então já são produtores que demandam de mão de obra contratada né. Esse é meu ver.

Assim como o autor (COSTA *et al.*, 2015), nos afirma que a agricultura familiar não é um modelo central de desenvolvimento rural no Brasil, com isso é incomum agricultores familiares terem salário fixo. Possuem ganhos a partir da venda do que produzem. Mesmo considerando uma menor proporção de terras, as empresas familiares ocupam de forma diversificada os pequenos espaços, com proporção maior por área cultivada, e assim fazendo com que gere mais trabalho e renda.

Compreendemos então que a agricultura se volta a nível nacional para uma produção mais extensiva em que a produção diversificada de subsistência cada dia mais do espaço para uma agricultura extensiva com gestão empresarial, e estes setores desiguais realizam uma disputa por espaço, inviabilizando o pequeno

¹⁷ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

agricultor de competir com esses sistemas empresariais para adquirir mais um pedacinho de terra e aumentar sua produção como afirma o agricultor:

Aqui na nossa região é o preço da terra, porque o pequeno, o agricultor familiar que tem um uma até pouca terra, ele não consegue comprar terra, porque o valor é muito caro, então ali os grandes começam tomar conta, daí vira uma agricultura dos outro de produtores grande onde Gira só venda de produtos de grão porque daí o leite já não interessa mais as coisas pequenas não tem mais valor (Informação Verbal)¹⁸.

Assim completam os fatores que levam a agricultura familiar perder espaço, com o que reitera o Agricultor 02, a baixa margem de lucros como o principal fator. Já o Agricultor 05, traz a aposentadoria, como fator principal, e nos faz entender a importância da discussão sobre a sucessão familiar, para que a propriedade siga produzindo apesar da aposentaria dos atuais gestores e mandatários.

Neste sentido encontramos estudos que apontam que a sucessão na agricultura tem resultados antes mesmo dela afirmando que a sucessão geracional representa a possibilidade de renovação da fazenda familiar, sendo a presença de um sucessor comprovadamente um elemento de motivação para a expansão do negócio (LOBLEY; BAKER; WHITEHEAD, 2010). Nas famílias com dificuldades para identificar um descendente como potencial sucessor do negócio, a tendência é de que os investimentos cessem, ou mesmo retrocedam (INWOOD; SHARP, 2012).

Apesar de nem sempre a identificação de alguém que se dispõe a seguir na atividade seja o suficiente para garantir a subsistência através do campo, pois com a falta de capacidade de adquirir áreas para ampliar suas atividades, ainda a cada geração geralmente as áreas que já eram pequenas acabam se dividindo, no caso de mais de um filho, causando uma fragmentação que inviabiliza a sobrevivência como Baker (2011) menciona que a divisão patrimonial em partes iguais, comumente considerada a mais justa pelos proprietários, pode resultar no desaparecimento da fazenda familiar, na hipótese de o sucessor não ter capacidade financeira de adquirir a parte dos demais herdeiros.

E casos semelhantes infelizmente se tornam comuns, conforme relato a seguir: “como tinha poucos recursos os filhos foram para a cidade. Assim se estabelecendo em outras atividades, e depois dificilmente algum filho retornar para investir na área

¹⁸ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

em que seus pais estão se mantendo atualmente” (Informação verbal)¹⁹. Assim (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) relatam que a consequência direta das vulnerabilidades e das dificuldades na reprodução social, percebem-se fenômenos demográficos de esvaziamento de regiões rurais, de envelhecimento e de masculinização da população rural.

Para evitar essas situações, algumas estratégias já estão sendo adotadas em algumas propriedades como, por exemplo, encontrar uma alternativa para dar condições para seus filhos terem acesso à terra e ganhar gosto de produção, conforme relato do Agricultor: “a atividade é o arrendamento porque daí os pais arrendam para os filhos e daí eles continuam na propriedade se não se tu é para comprar terra não tem como” (Informação verbal)²⁰.

Alternativas essas quais resume Spanevello (2008) que as famílias objetivam manter a sua reprodução usando estratégias ou respostas frente às pressões macroeconômicas capitalistas (como os preços dos produtos agrícolas) e à excessiva fragmentação das áreas pela herança, que pode inviabilizar a continuidade dos grupos domésticos. Em síntese, há um movimento interno das famílias, visando a manter e assegurar a transmissão do estabelecimento familiar.

Estratégias adotadas que já geram resultados positivos que com diálogo entre a família e empregando conhecimento e planejamento da produção, mesmo que menos comuns existem alguns exemplos de caminhos inversos ao tradicional, do jovem deixar campo e buscar seu caminho na cidade, alguns vão se estabelecendo na cidade, agregam conhecimento e mudam sua visão a respeito da atividade agrícola, ou até mesmo aguardam seus pais serem mais flexíveis a respeito da sucessão da propriedade e acabam retornando para seguir produzindo, de acordo com o relato a seguir:

A saída na verdade eu vou falar bem assim eu sou exemplo do inverso eu trabalhei oito anos na cidade, na e voltei, voltei pra trabalhar no interior, eu fiz o caminho oposto, não sei qual que é a palavra certa pra isso mas ah é pra eu voltei pra dar continuidade aqui na propriedade né? Então essa aqui é a nossa realmente pra dar continuidade ao que vem sendo feito E assim qual é a estratégia? Bom a estratégia principal é o diálogo entre todos né? Diálogo, a transparência, a uma administração ah. Como é que vou dizer organizada, né? Então é o diálogo e a transparência é o principal (Informação verbal)²¹.

¹⁹ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

²⁰ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

²¹ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Neste sentido a discussão em termos de sucessão rural embasou o trabalho: Devo ficar ou devo ir? Diferenças de gênero e fatores que influenciam a sucessão na agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Brasil, que traz dados referentes a dificuldade de sucessão rural a qual é um grande empecilho para a sequência da propriedade familiar, assim (BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023, [online]) relata:

Na agricultura familiar, as transferências de fazendas geralmente ocorrem da geração mais velha para a nova geração (de pais para filhos). No entanto, a emigração de jovens das áreas rurais para os centros urbanos tem reduzido o número de crianças que assumem a roça. Além disso, as mulheres emigraram muito mais do que os homens. Este estudo analisou as diferenças de gênero em relação à percepção dos jovens rurais sobre as atividades agrícolas e os incentivos para a sucessão nos negócios agrícolas e os fatores que influenciam a sucessão nos negócios agrícolas.

Retratando o cenário de sucessão familiar no nosso estado, mostrando que a falta de incentivo, e um cenário mais estável, tem levado jovens e principalmente mulheres para a cidade, e depois de estabelecidos nos centros urbanos, dificilmente voltam para seguir essas atividades assim, (BREITENBACH; FOGUESATTO, 2023, [online]) conclui:

Foi realizada uma pesquisa com 743 jovens potenciais sucessores no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O teste U de Mann-Whitney e a regressão logística foram realizados. Os resultados mostram que as mulheres jovens têm maiores médias em relação aos incentivos dos pais para assumir a fazenda e a falta de autonomia nas atividades agrícolas como fatores que desestimulam a sucessão nos negócios agrícolas. Entre os fatores que influenciam a sucessão agrícola, estão o incentivo de cooperativas e organizações privadas e a valorização das tradições familiares. Os resultados deste estudo têm implicações para o direcionamento e implementação de políticas e programas que contribuam para a continuidade da agricultura familiar.

Trazendo claramente neste amplo estudo a correlação dos fatores, que intervém diretamente na escolha de permanecer na agricultura ou buscar outra atividade, decisão que interfere diretamente na permanência da atividade daquela propriedade, ressaltando nesta decisão além do apoio familiar que muitas vezes existe, mas se contrapõe a uma falta de autonomia do jovem na propriedade, também são de extrema relevância os trabalhos de instituições, como as cooperativas, no momento em que faltam políticas públicas voltadas a esse tema.

Compreendermos com os relatos acima, que as famílias agricultoras que vivem da agricultura atualmente, permanecem por desenvolver estratégias e contornar as dificuldades com resiliência, valorizando seu trabalho, que antes foi o trabalho de seus pais e prezam por ser o trabalho de seus filhos. Pois apesar das dificuldades, esta atividade tem condições e potencialidades de proporcionar uma qualidade de vida, até superior as condições encontradas na cidade, como prova o Agricultor 04, trabalhou e residiu na cidade e optou pelo caminho inverso, certamente notando, que as condições de gerar uma renda superior, empregando sua mão de obra e empenho em um capital que será seu, se torna mais motivador que empenhar seu esforço exclusivamente em troca de um salário.

Motivações que levam os pequenos agricultores persistir a momentos difíceis na atividade como vimos na fala a seguir:

Olha a gente está conseguindo se manter através do trabalho que a gente desenvolve e também através de como é que vou dizer de persistência, né? Porque pra ser trabalhador rural tem que ter agricultor principalmente tem que ser persistente porque principalmente os nossos lado aqui é os últimos praticamente os últimos três anos nós tivemos frustração de safra né? Então está bem complicado de se manter né mas a gente está conseguindo levar graças a Deus Isso se vem através de uma boa administração a questão dos custos e organização e tal né? A gente está conseguindo dar a volta mas não não tem sido fácil (informação verbal)²².

Assim colabora Santos de Lima (2023) que ressalta, apesar destes obstáculos, a agricultura familiar continua sendo uma fonte de esperança e motivação para muitos agricultores, que acreditam no direito de sonhar e de trabalhar para alcançar seus objetivos. A agricultura familiar é um exemplo de como é possível superar a pobreza e alcançar a estabilidade financeira, mesmo em condições adversas.

Assim esta capacidade de se adaptar as adversidades e mudanças ocorridas no campo é uma característica notável nos agricultores que permanecem nesta atividade, no mesmo sentido o trabalho A resiliência da agricultura familiar: Rumo a uma abordagem relacional em que (DARNHOFER, 2016, [online]) reforça a necessidade da resiliência do agricultor com foco nas relações:

²² Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

As explorações agrícolas familiares desempenham um papel importante no campo europeu, mas o seu número está em constante declínio. Isso levanta a questão do que transmite resiliência às fazendas familiares, ou seja, a capacidade de persistir no longo prazo por meio de amortecimento de choques e adaptação à mudança. Dentro das abordagens atuais da resiliência agrícola, distinguimos duas perspectivas: a primeira se concentra nas estruturas materiais e destaca o papel dos tipos de fazenda e da dinâmica ecológica. A segunda enfoca os atores e destaca que a agência do agricultor e as forças sociais mais amplas também desempenham papéis importantes. Argumentamos que uma terceira perspectiva, centrada nas relações, tem o potencial de superar tanto a estrutura/agência quanto a dicotomia ecológico/social.

Nesta luta a perseverança não é a única aliada do produtor familiar, a gestão da propriedade é fundamental para ela prosperar, adequar custos, investimentos e fluxo de caixa, características de uma administração financeira surgem nos relatos destes produtores. Pois quem vive em uma atividade com margens de lucro e produção tão instáveis só se mantem com muita organização e planejamento, se somando a uma dificuldade das gestões familiares, a diferenciação entre o negócio e a família. Segundo Gilioli e Zanatto (2017), duas das dificuldades estão nas relações, que podem ter dificuldades na separação entre o pessoal e o empresarial, um outro fator é no processo de sucessão, quando não há o planejamento muitas empresas se desfazem nesse momento.

Essas dificuldades são complementadas por Donnelley (1976), que afirma que muitas vezes os interesses familiares estão à frente no que se refere a tomadas de decisão da empresa, levando a vários problemas como falta de disciplina, organização e realização dos recursos administrativos. Neste sentido, segue o relato abaixo:

A gente consegue se manter, tô tirando daqui, botando ali, canto eu trouxe ó, já dá um pouco de lucro, tu tenta botar no milho e o leite, por enquanto mesmo por preço do jeito que tá ele tá conseguindo se manter só que se tu é pra repor gado daí já fica mais complicado (Informação verbal)²³.

Encontramos no seu depoimento não só a maneira de gestão dos recursos da propriedade, mas a importância de ter como fonte de renda mais de uma cultura produzida na propriedade, pois como ela relata, as vezes o leite do retorno e as vezes a cultura de grãos não deixando a propriedade desamparada e conseguindo manter os custos da mesma. Assim comprovamos na fala de Silva (2010, p. 5) que diz:

²³ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais Atividades agrícolas ou pecuárias em uma propriedade rural. Por exemplo, uma propriedade que produza mandioca, milho, leite e crie suínos, é considerada uma propriedade diversificada. A diversificação dá ao produtor um grande benefício, onde faz com que fiquem menos vulneráveis às intempéries climáticas como também às oscilações dos mercados de produtos, onde com a monocultura o seu leque de opções está extremamente restrito a uma única cultura, que em certos momentos pode não ser viável.

Ressaltando o que vimos na fala do agricultor e autores que a instabilidade e sazonalidade de renda pode ser melhorada com mais de uma atividade fonte de renda, alternativa que já gera a permanência de muitos produtores, como nos relatos a seguir: “com a renda dos grãos e produção pecuária” (Informação verbal)²⁴, “minha aposentadoria, produção de leite” (Informação verbal)²⁵. Assim compreendemos com o exposto acima que a obtenção de mais de uma fonte de renda tem sido primordial para a manutenção destas famílias na agricultura familiar.

Além dos fatores citados, o Agricultor 04 reforça a necessidade de gestão e adequação de custos, mas vê também a inovação como um fator primordial para sua manutenção, como diz: “Bem, nós estamos então tentando diminuir custos, né?” (Informação verbal)²⁶. Fazendo alguns planejamentos, implantando algumas técnicas para aumentar a produtividade e conservação do solo. Notamos que a inserção de conhecimento e novas tecnologias podem ser diferenciais produtivos também para a agricultura familiar. Assim o acesso a informações e ferramentas tecnológicas, como aplicativos de gestão agrícola e plataformas de comercialização, tem permitido que os agricultores familiares acessem novos mercados e ampliem suas oportunidades de vendas, garantindo a sustentabilidade de suas atividades econômicas (SANTOS DE LIMA, 2023).

Assim concluímos que a influência destes fatores trazidos como dificultastes para o desempenho da agricultura familiar e como o próprio agricultor vai montar suas estratégias e formas de seguir produzindo com eficiência e rentabilidade serão determinantes para o futuro das propriedades conduzidos pela agricultura familiar. Assim questionamos também os produtores pesquisados sobre as perspectivas de futuro para sua propriedade e situações diversas foram encontradas. Como uma visão mais progressista vinda dos Agricultores 02 e 03, que esperam para o futuro: “espero

²⁴ Entrevista concedida pelo Agricultor 02, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

²⁵ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

²⁶ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

melhorar a renda” (Informação verbal)²⁷. E a expectativa de crescimento desenvolvendo suas atividades, conforme relato abaixo:

Olha a expectativa nossa perspectiva é que a gente continue da forma que a gente vem conduzindo e que consiga crescer nesse meio, consiga evoluir. Essa que é a nossa perspectiva, consiga crescer, consiga alcançar os objetivos e se manter, né? Na propriedade com crescimento (Informação verbal)²⁸.

Já uma estimativa de futuro incerto é presente na visão do Agricultor 04:

A é um futuro incerto né a gente não sabe o que que vai vim pra frente E qual a perspectiva para o futuro da propriedade. Bom, no meu ver, na minha perspectiva, então seria de prosperar, de crescer, né? No meio rural. Mas de certo modo, por fatores climáticos e políticas públicas que a gente vem sendo aí isso aí vem cada vez se mostrando né? Mais difícil né? Nos últimos anos e então ah a gente a gente consegue se manter ainda mas (Informação verbal)²⁹.

Na fala acima percebemos uma vontade e determinação para seguir produzindo e prosperando, mas a preocupação com os fatores externos, que não são de controle do produtor limita e restringe a sua projeção de futuro. Da mesma forma o Agricultor 01 considera a continuidade da produção ainda dependente da decisão de seus filhos, assim diz: “A perspectiva é um dos filhos voltar ou eles colocarem um empregado para continuar” (Informação verbal)³⁰. Situação compartilhada pelo Agricultor 05 que diz: “Olha os filhos já estão trabalhando na cidade” (Informação verbal)³¹.

Notamos que nas duas últimas falas, por motivos diversos os filhos destes agricultores já não estão mais presentes na propriedade, buscando outras inserções profissionais e qualificação, mas deixando a continuidade da produção da propriedade dos seus pais dependendo das condições que terão para retornar da cidade.

Concluimos neste capítulo ressaltando a perseverança de alguns produtores que encontram formas diversas de se adaptar aos cenários encontrados para continuar produzindo e zelando pelo sustento de sua família através do seu trabalho no campo, mas essa preocupação com fatores externos é cada dia mais um

²⁷ Entrevista concedida pelo Agricultor 02, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

²⁸ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

²⁹ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³⁰ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³¹ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

condicionante para a continuidade de suas propriedades, somadas as dificuldades de sucessão familiar a qual é preponderante para o futuro daquele estabelecimento familiar. Gerando a necessidade de políticas públicas focadas aos problemas reais dos atuais agricultores que tenham foco em dar condições de permanência e sucessão da propriedade, não apenas como subsistência, mas com ferramentas que possam alavancar o setor para perspectiva de crescimento. Com possibilidade de criar projetos de desenvolvimento municipais, ou mesmo regionais, baseado na agricultura familiar sustentável, pois não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e uma condição de fortalecimento da economia de muitos municípios brasileiros (SCHUCH, 2004).

Abaixo seguimos trazendo para nessa reflexão a importância de rede de apoio de cooperativas para consolidação de trabalhadores rural na perspectiva da agricultura familiar, não somente como cerca de poder de manutenção do trabalho no campo, mas também como exercer a capacidade organizativa de empoderamento do trabalho.

4.5 REDE DE APOIO E AÇÕES JUNTO AO PEQUENO AGRICULTOR FAMILIAR PARA MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR DO CAMPO

Nesta etapa faremos uma discussão das entidades, organizações e ações as quais que de fato se tornam uma rede de apoio para auxiliar o agricultor familiar permanecer em sua atividade, assim como as principais ações que tem influência direta nestas famílias, portanto para sanar essas perguntas e atender nossos objetivos específicos, questionamos os agricultores entrevistados, com a seguinte questão, quais as entidades e organizações que eles consideram fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades.

E abaixo analisando as respostas podemos comprovar pontos de convergência em praticamente todos os entrevistados os quais relatam da importância de duas entidades fundamentais, que provem da própria organização dos produtores o sindicato e a cooperativa assim percebemos na fala a seguir: “Quem auxilia diretamente o agricultor é as cooperativas, nossa aqui as cooperativa ajudam bastante no nosso setor do de gado, temos veterinário, temos na agricultura nós temos os agrônomos e agora tá começando a entrar no cenário o SEBRAE” (Informação

verbal)³². “O sindicato auxilia e ajuda e também tem a cooperativa que tem assistência técnica e outros insumos” (Informação verbal)³³.

Conforme acompanhamos nos relatos acima podemos perceber uma relação mais íntima do agricultor familiar com as organizações em que participam e principalmente, tendo o cooperativismo como seu aliado, pois segundo Sales (2010, p. 32):

O cooperativismo veio para contrapor as desigualdades provocadas pela livre concorrência e exploração de mão-de-obra, hoje o que se vê e cooperativismo como forma de inclusão social, ou grupo de pequenos se torna grande quando formam uma cooperativa e a cooperativa concorre no mercado com as grandes corporações. O estabelecimento de vantagens competitivas por parte de cooperativas tem sido o apelo da economia social, que se bem explorada pode se tornar uma grande vantagem em relação às empresas mercantis.

Assim através das organizações cooperativas e a união dos produtores locais se deu boa parte do desenvolvimento agrícola na nossa região, a quais realizam investimentos necessários para estocar, vender, beneficiar a produção, disponibilidade de crédito e assistência técnica que eram inviáveis para manutenção de um agricultor sozinho, se tornaram viáveis para a união de muitos produtores.

Assim essas organizações se estabeleceram para suprir dificuldades sentidas por um grande número de produtores e lacunas de programas de governo que não existiam ou não atendiam a demanda desses agricultores, assim as principais características da associação cooperativa eram: sustentação financeira sem auxílio do estado; a dupla função aos associados de empresários e empregados; retorno das sobras proporcionais ao trabalho; a indivisibilidade e inalienabilidade do capital social da cooperativa (SANTOS, 2001).

Modelo de organização difundido a décadas na nossa região e principalmente no Sul do nosso país, a qual organizações se estabeleceram e se fortaleceram ao longo do tempo, destacando hoje dois ramos de atuação na nossa região as cooperativas de créditos e as cooperativas de recebimento de grãos. De acordo com o relato abaixo:

³² Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³³ Entrevista concedida pelo Agricultor 02, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Empresas que eu considero importante ou que atuo diretamente. Olha, eu acredito que uma das principais enfim que colaboram com isso são as cooperativas, né? Tanto de crédito quanto de grãos né? Até as empresas ah cerealistas também são importantes né? E também a questão do dos ah dos órgãos governamentais tipo exemplo também é importante ah a questão da dos sindicatos também é importante então é algo que ah que atua diretamente na questão as cooperativas de crédito na questão do fomento, né? E as cooperativas, a cooperativa de grão através dos insumos, enfim e a questão dos sindicatos também a questão das partes burocráticas assim que o produtor precisa e direitos né? Então isso é todos atuam importante (Informação verbal)³⁴.

Ao longo deste período de atuação algumas características foram sendo alteradas no setor cooperativo, o qual vimos que segundo autores acima é um modelo destinado a fortalecer os associados e deixá-lo mais competitivo através de uma organização, atualmente vem sofrendo alterações em sua organização a qual a cada dia se assemelha mais a iniciativa privada. Pois o cooperativismo mundial vem enfrentando profundas modificações. O líder cooperativista mais eficiente, tradicional até então, era aquele capaz de interpretar as aspirações de sua base e transformá-la em proposta. Tal interpretação sempre foi feita através de consulta aos cooperados. Com a globalização econômica, não dá mais tempo de fazer isso: as oportunidades passam muito rapidamente. Portanto, o novo líder tem que ser muito mais ágil em suas decisões, sem perder a condição democrática delas (RODRIGUES, 2006 apud BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Assim percebemos e comparamos estas afirmações ao que relata acima o Agricultor 04, que ressalta a importância das cooperativas, mas afirma também a importância das cerealistas que recebem a produção do agricultor e atualmente prestam um serviço ao produtor que se assemelha ao prestado a uma cooperativa de grãos.

Vou citar quatro entidades aqui que eu considero as mais importantes, né? Que hoje seria então a cooperativa, né? Que desde que a gente se pra esse povo começou a se organizar em cooperativas eu acho que funciona melhor o sindicato então não deixa de ser uma junção também de associados e os bancos, né? Que a gente necessita dos bancos pra em busca de crédito e auxílio e aí eu vejo a Emater também auxiliando, né? Algumas em algumas coisas ali. Então essas quatro entidades eu julgo serem as mais importantes (Informação verbal)³⁵.

³⁴ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³⁵ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

“Cooperativa sindicato e banco” (Informação verbal)³⁶. Assim notamos que o setor cooperativo tem papel fundamental na permanência do agricultor familiar, mas no momento em que equaliza seus serviços a iniciativa privada, notamos que o agricultor ressalta não só as cooperativas de crédito e de grãos, mas também o papel das cerealistas e a atuação dos bancos como fonte do crédito e rede de apoio.

Concluindo nosso debate acima do papel do cooperativismo na agricultura familiar podemos passar para outra forma de associativismo em que os agricultores constituem como uma ferramenta importante de representação a classe que é o sindicato, local de origem de nossa pesquisa.

Os sindicatos são organizações de representação dos interesses dos trabalhadores, criadas para compensar o poder dos empregadores na relação contratual sempre desigual e reconhecidamente conflituosa entre capital e trabalho. Nasceram na primeira metade do século XIX, como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo. (DIEESE, 2015), conforme vimos na afirmação do autor, o sindicalismo veio através da união de trabalhadores para poder suprir as desigualdades de poder de negociação com seu empregador detentor do capital, mas divergindo um pouco desta relação entre patrão e empregado o sindicato dos trabalhadores rurais, além de atender os trabalhadores rurais tem em sua maioria de associados os agricultores familiares, os quais possuem menos de 4 módulos fiscais.

E seguindo a mesma lógica a busca por associativismo afim de ter uma organização representativa vem da necessidade de suprir as desigualdades de barganha perante o estado, considerando a incapacidade de os agricultores familiares isoladamente obter êxito na pressão por políticas públicas nas mais diversas esferas de governo. Assim também ouvimos em nossa entrevista o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque/RS (c2023, [online]), o qual diz:

³⁶ Entrevista concedida pelo Agricultor 05, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

O sindicato então tem um papel muito importante para fazer a luta por políticas públicas. O sindicato é uma extensão sindicato na ponta, federação estadual, confederação a nível nacional. Então o sindicato sempre busca por políticas públicas, exemplo na atual conjuntura por políticas públicas para ajudar os agricultores frente a que fez muitas mobilizações, fez muitas reuniões em Brasília, Porto Alegre com o Governo do Estado também agora por Plano Safra. Então essa é uma das ferramentas que o sindicato sempre utiliza para ajudar os agricultores sempre buscando questão de redução de juro e um maior volume de crédito para os agricultores e falando em agricultura familiar sempre buscando uma diferença para aqueles que são agricultores familiares na questão do juro e desde noventa e dois com a questão do PRONAF se conseguiu essa distinção para os agricultores familiares na questão do juro e no atual Plano Safra, então buscamos para a produção de alimentos. Então aqueles agricultores que produzem alimentos que são feijão, arroz e trigo e sem falar no nas questões dos hortifrúti granjeiros também tem uma diferenciação muito maior, muito maior no juro do que em relação aqueles agricultores que produzem só commodities para exportação.

Ao ressaltar as lutas por políticas públicas destinadas ao pequeno produtor, destas as quais muitas foram atendidas pelo governo, como taxas de juras mais atrativos para os agricultores familiares, também ressalta a organização sindical a qual faz parte que inicia com o agricultor recebendo as demandas e debatendo as necessidades, do município e segue com sua organização a nível estadual e federal.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem o papel de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, e para que ele seja forte e continue na luta em defesa dos direitos trabalhistas, no combate do trabalho infantil e escravo, da Previdência Rural, da Educação e Saúde para o campo, da Reforma Agrária e do Fortalecimento da Agricultura familiar, é preciso que o trabalhador e a trabalhadora rural associem-se e participem do seu sindicato, pagando em dia suas contribuições (FURQUIN, 2010).

Considerando sua função relacionada pelo autor, podemos compreender quais anseios que os agricultores familiares buscam atender, através desta união, bem como o reconhecimento das conquistas obtidas através da luta do movimento sindical, pois mesmo a contribuição sindical para agricultores familiares nunca ter sido obrigatória como em outros setores, a necessidade de filiação ao sindicato é característica encontrada nos agricultores familiares.

A principal fonte de receita das entidades sindicais sempre foi o chamado “imposto sindical”, ou seja, a contribuição sindical obrigatória. Para os trabalhadores, essa contribuição corresponde a um dia de salário por ano (art. 580, I da CLT), contribuição essa que deixou de ser obrigatória para o assalariado após a Lei nº 13.467, de 2017, após o vigor desta lei nota-se, com extrema clareza, que a

contribuição sindical deixou de ser obrigatória – tanto para as empresas como para os empregados – o que causou uma drástica perda de receita para as entidades sindicais. Alguns estudos apontam que houve uma perda de cerca de 90% da contribuição sindical no primeiro ano de vigência da reforma trabalhista (G7 JURÍDICO, 2021).

Reflexos desta lei, muitos trabalhadores optaram pela não contribuição sindical, recurso que é para manutenção da estrutura destas entidades, já na organização que representa os agricultores familiares, não houve esse reflexo, pois a espontaneidade sempre foi estabelecida na filiação e contribuição sindical, e essa adesão ampla mostra o reconhecimento da entidade como uma representação.

Assim percebemos o reconhecimento na fala abaixo:

Bom, acho de suma importância o Sindicato dos Trabalhadores porque ele está sempre auxiliando o agricultor no que ele precisa como vários assuntos desde o fazer o ITR, qualquer dúvida que a gente tem a gente procura o sindicato e ele está sempre a frente né? Com como elo de ligação entre o trabalhador e os governos, né? Para defender o agricultor (Informação verbal)³⁷.

Aliado essa ligação a representação de classe, a informação, serviços burocráticos e inclusive encaminhamento de crédito via agências bancárias, integram os serviços disponibilizados aos agricultores familiares, sendo um ponto de referência para essas famílias, assim também o Agricultor 01 diz: “O sindicato ajuda o pequeno produtor com papéis se a gente precisa a gente agora já tem o auxílio doença que também é bom se tu precisa uma eles defendem os valores do leite ele é muito importante pra gente” (Informação verbal)³⁸. O Agricultor 02 resume seu entendimento da função do sindicato assim: “reivindicar direitos e valores do agricultor” (Informação verbal)³⁹.

³⁷ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³⁸ Entrevista concedida pelo Agricultor 01, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

³⁹ Entrevista concedida pelo Agricultor 02, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Da mesma forma é unânime entre os produtores entrevistados do papel de auxílio administrativo e burocrático assumido pelo Sindicato (c2023, [online]):

A importância do sindicato na minha percepção o sindicato ele auxilia na parte parte burocrática e também a parte dos direitos dos agricultores né eh ele faz muito bem o seu papel né? Como entidade né? De classe briga pelos direitos dos produtores né? Então essa eh ao meu ponto de vista é a principal colaboração que o sindicato ah dá aos produtores e por isso ele sempre vai ser muito importante pra garantir os direitos ah dos produtores rurais (Informação verbal)⁴⁰.

Observamos segundo os relatos dos produtores entrevistados que o sindicato é a grande força do setor para poder questionar, defender, levar informações, fazer lobby e propor políticas que vão de encontro as necessidades dos seus representados, atendendo suas atribuições conforme Frota (2015, [online]) nos traz:

A colaboração do sindicato com o Estado, viabilizada no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria e no desenvolvimento da solidariedade social. No tópico que trata da representação perante as autoridades administrativas e judiciais, o sindicato defende os interesses coletivos da categoria ou individuais dos seus integrantes.

Como podemos perceber na fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais a qual identificamos pelas siglas PSTR o qual completa com as atividades realizadas no sindicato, para tentar atender a demanda e aos agricultores locais:

Sindicato então faz reuniões nas comunidades divulgando então as ações que a entidade vem realizando faz encontros com mulheres e com jovens e com as e com aposentados para incentivar os mesmos a permanecerem no meio no meio rural e além de mobilizações para ajudar os agricultores mobilizações estas perante os governos municipais, estaduais e federais por políticas públicas para os agricultores de fato conseguir colocar em prática em suas propriedades e desta forma conseguir ter melhor qualidade de vida e mais renda em suas propriedades (Informação verbal)⁴¹.

Compreendendo que o sindicato se consolida como um representante de seus integrantes, também como um forte agente político, capaz de mobilizar, cobrar e propor intervenções necessárias dos agentes de estado, tendo a capacidade de gerar demandas a serem atendidas, como aponta Rua (2010), demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas.

⁴⁰ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

⁴¹ Entrevista concedida pelo PSTR, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Novos atores são aqueles que já existiam antes, mas não eram organizados; quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos (RUA, 2010).

Entendemos assim que a organização e união desses atores através da organização sindical é capaz de torná-los também agentes políticos, possibilitando a criação de demandas a serem propostas ao estado. Essas propostas e cobranças vindas das demandas recebidas pela percepção da realidade dos agricultores, se destina a quem realmente tem papel e responsabilidade em zelar pelo bem-estar da sociedade, o estado representado pelos seus agentes federados (Governo Federal, Estadual e Municipal), gerando a possibilidade destes agentes agir para suprir as necessidades e demandas da comunidade. De acordo com Albuquerque, Medeiros e Silva (2009), a teoria das finanças públicas aponta as razões para o Estado intervir na economia à medida que apresenta seus fundamentos e as funções do governo, devendo esse tentar corrigir as imperfeições do mercado, de forma a melhorar o bem-estar da sociedade, as falhas de competição, a existência de externalidades e a insuficiência de renda, desabastecimento, desemprego e desigualdade.

Neste sentido é importante compreender a responsabilidade de atuação dos governos perante a percepção de existência de desigualdades e dificuldades em algum setor específico, assim a administração Pública é o instrumento de que dispõe o Estado para atingir os seus objetivos. E são objetivos do Estado promover o desenvolvimento econômico- social do país e a segurança nacional. Para tanto, deve a Administração Pública zelar por planos e programas, que são instrumentos básicos para a consecução daqueles objetivos (PASSAES *et al.*, 2015).

Assim quando se cria uma demanda ao poder público ele tem formas de atuação que possam ser direcionadas a essas demandas, assim formulando políticas públicas que tenham como objetivo atender essas cobranças e sugestões ou até mesmo parta do planejamento e objetivos do governo. As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas (RUA 2010).

Assim ao longo do tempo apesar de ainda viver períodos de dificuldades a agricultura familiar já conta com um leque de políticas públicas criadas para atender

essas famílias e auxiliar na permanência da sua propriedade, a maioria delas são resultado de forte mobilização perante os governos os quais não puderam negar as dificuldades vividas por esses produtores. Então podemos notar a seguir na fala do presidente do Sindicato, quais políticas públicas atuais ele considera fundamentais para o agricultor familiar, assim ele diz:

As principais políticas públicas então que o sindicato acha fundamental para que as famílias se fixem no campo é ter uma casa digna, uma moradia digna suas infraestruturas adequadas, a sua sede adequada, mas também com rendas em suas propriedades. Então se o agricultor tem um crédito nas instituições financeiras tem assistência técnica através das assistências técnicas governamentais ou terceirizadas, mas também com uma redução na taxa de juro para esses agricultores para que eles tenham uma competitividade como os demais porque como a sua propriedade é pequena a sua lucratividade em cima dessa propriedade também é menor porque tem um volume menor sendo produzido não em quantidade por hectare, mas em volume total da propriedade (Informação verbal)⁴².

Notamos na fala do presidente que em seu entendimento as políticas públicas relevantes ao agricultor familiar são relacionadas ao crédito rural subsidiado e a assistência técnica, em conjunto mantendo condições de produzir mais através do conhecimento e recursos acessíveis para poder investir. Nos leva a retomar as colocações dos produtores entrevistados, que colocaram em sua rede de apoio como fundamentais, algumas organizações responsáveis por entregar essas políticas públicas como os bancos, a quais acessam e repassam linhas de crédito com taxas subsidiadas pelo governo e a EMATER e SEBRAE, órgãos governamentais que tem sua finalidade de prestar serviços de assistência técnica e profissional, auxiliando o desenvolvimento de empreendimentos.

Assim colabora o agricultor 04, que diz:

Quais as políticas públicas considero fundamental, olha a questão da parte do custeio agrícola né é importante a questão do seguro agrícola também. É algo fundamental pro produtor rural, né? e também seria importante a questão ah de moradias, programas habitacionais, talvez uma reforma de casa, alguma coisa assim, algo que, no caso já existe, né? Mas que continue assim, né? E que seja aperfeiçoado esse tipo de programa pra manter, tentar manter o máximo de gente na, mas a questão principal é a questão do custeio agrícola e do seguro agrícola que é algo fundamental porque não adianta tu precisa ter uma a questão do seguro precisa ter uma garantia né? Tu investe tu ter um vamos dizer assim uma certeza de que pelo menos os teus custos tu vai conseguir arcar né (Informação verbal)⁴³.

⁴² Entrevista concedida pelo PSTR, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

⁴³ Entrevista concedida pelo Agricultor 04, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

As ações citadas pelos entrevistados são integrantes de um programa de governo que ao longo de décadas vem se aperfeiçoando e levando crédito rural mais acessíveis aos produtores, como citado abaixo:

O PRONAF foi criado em 1995 e consolidado em 1996, como uma ação integrada entre estados e municípios, gerando: compromisso com o desenvolvimento rural sustentável, processos de estímulo à pesquisa para o desenvolvimento e a difusão de tecnologias adequadas, fomento ao aprimoramento profissional, atuação em função de demandas locais dos agricultores e de suas organizações, busca da participação dos agricultores e de suas organizações; e fomentando processos participativos e descentralizados. Atualmente, o Pronaf financia, em todo o Brasil, por meio do crédito rural subvencionado, projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2018, [online]).

Importância deste programa ressaltada também pelos demais produtores, que se consolida ao longo deste período como a principal ferramenta pública destinada ao agricultor familiar, por ser uma política pública contínua e que vem se aperfeiçoando conforme as necessidades atuais, agregando valor e finalidades diversas em seu leque de serviços, como o seguro agrícola subsidiado, como afirma o Agricultor 03:

Bom, eu considero então fundamental, né? O acesso às linhas de crédito rural porque como nós somos pequeno produtor a gente não tem como bancar todo esses recursos então a gente precisa desse auxílio também muito importante seguro agrícola ou pro agro né? Nesses anos atípicos é fundamental (Informação verbal)⁴⁴.

Com vistas a essa linha de créditos, de acordo com Schneider, Mattei e Cazella (2021, p. 17):

Visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos aultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

⁴⁴ Entrevista concedida pelo Agricultor 03, em Não-Me-Toque, julho de 2023.

Neste sentido para compreender melhor este cenário apresentamos no presente estudo as principais publicações nacionais mais recentes e relevantes encontradas em nossa base de dados, podemos notar qual sentido está a discussão a nível nacional, nos últimos meses. Estes trabalhos pontuam fatores importantes debatidos no nosso trabalho, iniciando pela discussão do crédito rural ao pequeno produtor, e demonstra algumas fragilidades ligadas a estes programas de crédito.

Essa discussão sobre os fatores de distribuição do crédito rural via PRONAF, o qual é a principal programa voltado a agricultura familiar, chama atenção para a dificuldade de acesso por parte de agricultores que seriam alvo desta política, mas por questões geográficas, de informação tem grande dificuldade de contar com esse aporte, ressaltando a grande dificuldade e disparidade obtida por uma política pública única de acessar as distintas regiões do nosso país continental, conforme o trabalho, Aquisição de crédito rural para agricultura familiar no Brasil: evidências da Amazônia Legal, chegando a essa importante contribuição (MOREIRA DANTAS *et al.*, 2023, [online]):

Os resultados sugerem uma interdependência geográfica da alocação do microcrédito do PRONAF, onde agricultores mais ricos acessam mercados e créditos de forma constante. As microrregiões onde há bancos comerciais e com maior valor de produção recebem microcréditos mais elevados, reforçando as vantagens econômicas dos agricultores mais ricos localizados nessas regiões. Portanto, para melhorar a alocação de crédito, as ações políticas devem se concentrar em atingir os agricultores pobres e vulneráveis que carecem de redes sociais, mercados estáveis e investimentos financeiros.

Reparamos a partir da consolidação deste programa que a corresponsabilidade entre os entes federados (municípios, estados e país) quase que ficou a nível nacional, para a preocupação com agricultura familiar, tirando a participação da EMATER, órgão do estado do RS, que visa o auxílio ao desenvolvimento da produção agrícola estadual, não notamos nenhum destaque de política que vise fortalecer este setor a nível local. Como compreendemos em nossa discussão a maior assertividade de políticas que atendam regiões e necessidades específicas dados as heterogeneidades de nosso país continental, assim notamos a cobrança do governo local, para com o acesso a serviços básicos de atendimento à população.

Concluindo este capítulo notamos através dos dados apresentados, que agricultura familiar, tem uma rede de apoio baseada no associativismo, presente na organização sindical e cooperativas, os quais tem papel relevante na manutenção

destas famílias no campo, embora as cooperativas agropecuárias vem se distanciando de seu propósito cooperativo e vendo sua base de apoio similar as cerealistas privadas, já as cooperativas de crédito e bancos são as fontes de distribuição das políticas públicas federais, as quais se baseiam em linhas de crédito subsidiados e seguro agrícola, a exceto do PAA, o qual é realizado pelos municípios que muitas vezes não utilizam de sua totalidade. Confirmando a necessidade de políticas públicas locais que consigam auxiliar a diversificação produtiva, a competitividade e a inserção em novos mercados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou fazer uma análise do contexto da agricultura familiar no Brasil, categoria que vem perdendo espaço nas últimas décadas para a agricultura não familiar, de fácil mecanização, gerando concentração de renda e produção, segundo dados do IBGE (2017) a agricultura familiar explora apenas 23% da área agrícola no nosso país, mas é responsável por 80% da produção de alimentos nacionais, além de comportar 77% da população ocupada no campo. Dada sua importância vimos a necessidade de debater a realidade do município de Não-Me-Toque/RS, que perdeu 200 estabelecimentos agropecuários nos últimos anos, esclarecer quais fatores colaboraram para este cenário e quais seus reflexos para as famílias envolvidas e o desenvolvimento local, relacionando com o papel do estado das cooperativas e principalmente dos sindicatos rurais buscando alternativas que podem ser sugeridas em forma de políticas públicas voltadas a este setor.

Para atingir nossos objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica seguida por entrevistas semiestruturadas, com os produtores locais, que teve o cunho qualitativo, seguido da análise dos dados pelo método de discurso embasado de Gagneten (1987). Analisando os resultados notamos que a preocupação das famílias, estão relacionadas a renda, principalmente a instabilidade de preços, custos, clima, somados a falta de políticas públicas básicas e que incentivem a permanência no campo, muitas famílias migram para atividades remuneradas no perímetro urbano, principalmente os jovens agricultores que sem incentivo e autonomia deixam as propriedades sem sucessão.

Compreendemos que as respostas obtidas podem sanar nossos objetivos específicos, os quais nos propomos a atender. Sendo que no primeiro objetivo que era realizar uma revisão bibliométrica sobre as últimas produções sobre o tema proposto neste projeto. Notamos que a partir desta revisão a problemática vivida da em nosso país é similar a níveis mundiais aonde em países com maior renda, as propriedades rurais estão se concentrando em termos de tamanho, e apesar de ser o maior número de propriedades rurais a agricultura familiar não abrange a maior parcela do território agrícola, compreendemos que a sucessão rural, preocupação ambiental e agroecologia são temas de grande relevância para serem aprofundados, e nortearam os trabalhos mais atuais. Em termos de publicações notamos a predominância dos dois países de grande extensão e produção agrícola, Brasil e EUA,

demonstra em que os estudos referentes a agricultura familiar tem grande relevância em nosso país.

Em nosso segundo objetivo podemos compreender como agricultura familiar, vem impactando no processo da economia local, no conjunto do coletivo de trabalhadores do campo, na cidade de Não-Me-Toque, e percebemos que apesar de não ser o caso do município, a agricultura familiar é a base econômica de grande parte dos pequenos municípios no nosso país, no caso específico do município analisado notamos que praticamente todos os recursos obtidos pelas famílias agricultoras é inserido no comércio local, impulsionando demais setores da economia local. Gerando diversificação produtiva e um fluxo mais contínuo de receita e emprego de mão de obra na região. Além do município contar com uma cadeia produtiva destinada a agricultura familiar, em termos de cerealistas, cooperativas, bancos, fornecedores, sindicatos.

Em nosso terceiro objetivo identificamos junto ao pequeno produtor quais fatores que levaram a agricultura familiar a perder espaço perante a agricultura não familiar, e como o mesmo monta sua estratégia de sobrevivência a partir do trabalho desenvolvido na agricultura familiar, assim percebemos que a insegurança de produção leva os pequenos agricultores a diversificação produtiva, adequação de custos para garantir renda suficiente para manutenção de sua família na atividade, suas estratégias tem que suprir políticas públicas incertas a nível federal e dificuldades de fornecer serviços básicos a esse produtor a nível local, dificuldades que levam gerações mais novas buscar alternativas na cidade, onde a demanda de mão de obra no setor industrial é constante, garantindo uma renda fixa, mas apesar das dificuldades com conhecimento e inovação vimos jovens retornando a atividade, que se bem estruturada pode gerar renda e qualidade de vida.

Em nosso quarto objetivo entendemos como a rede de atenção composta, entende o valor da agricultura familiar para o bem-estar das famílias no campo e sua sobrevivência, e quais as ações de governo federal estão sendo realizadas ou não para manutenção do pequeno agricultor no território, observando através do pequeno agricultor a necessidade de se atender com mais capacidade de parte do governo municipal, serviços básicos aos pequenos agricultores, como saúde, educação, infraestrutura e as únicas ações identificadas para manter o agricultor na atividade são através do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, que é uma legislação federal e a exposição dos produtores que tem agroindústria registrada em

feiras municipais e estaduais, auxiliando esses produtores a comercializar seus produtos diretamente ao consumidor final. No caso dos demais produtores, encontram em investir em agroindústrias, pelo alto investimento e dificuldades de legislação.

Entendendo a situação dos produtores locais e sua realidade, encontramos a necessidade de agregar políticas públicas a nível nacional, que possam amenizar a situação destes agricultores a exemplo de políticas de securitização incluídas no PRONAF, em financiamentos de custeio das atividades, que garante o desconto ou abono deste valor em caso de prejuízos por adversidades climáticas situação está cada dia mais presente em nossos dias, se faz necessário, repassar também esses descontos as parcelas de investimentos que o produtor está pagando, gerando mais segurança para o produtor investir.

Considerações importantes a serem destacadas: A nível local sugerimos primeiramente o investimento em infraestrutura rural posteriormente uma assessoria ao pequeno agricultor que quer investir em agroindústrias, beneficiar, armazenar sua produção para que ele possa atender as demandas estabelecidas pela legislação e posteriormente acessar mercados consumidores, acesso esse que pode ser intermediado pelo próprio governo municipal. Podendo a governança juntamente com a assessoria técnica do estado EMATER, criar fundos subsidiados para investimentos agrícolas em diversificação, principalmente com jovens agricultores. Internet, acesso a recursos locais como saúde, educação e infraestrutura, com implantação de canais permanentes que possam agilizar o atendimento em situações de catástrofes, promovendo amplo debate nas instituições representativas.

Nosso produto consiste em criar um grupo de trabalho garantindo a representatividade dos agricultores e sua rede de apoio local, e representantes da municipalidade, para debater e formular políticas públicas municipais, voltadas para a diversificação produtiva e incentivo aos pequenos produtores, para que alternativas produtivas sejam inseridas no contexto da agricultura familiar local, e essas famílias vejam condições de crescer com a atividade agrícola.

Notamos que a grande rede de apoio se concentra em atividades agrícolas preferidas por propriedades maiores, deixando o agricultor familiar praticamente obrigado a migrar para a produção de grãos, a qual sem capacidade de investimento em máquinas e extensão territorial, se vê com pouca margem de lucro, notamos também neste presente estudo que a bacia leiteira é uma vocação local do pequeno produtor, mas as dificuldades do setor leiteiro e falta de incentivos, que poderiam ser

através de equipamentos públicos, para fazer silagem, feno, além de programas que alguns municípios destinam a esses produtores, sementes e fertilizantes, não acontecem no nosso município, já a produção, de suínos, aves, frutas, peixes e hortaliças é praticamente inexistente pois as redes de suportes na região, dificultam sua inserção produtiva, e neste ponto acreditamos ter um caminho aberto para gerar desenvolvimento agrícola local, trazendo renda aos produtores e a toda região.

Concluindo nossas considerações temos a certeza da relevância de conhecer melhor um público que vem perdendo espaço e território do nosso país, dessa forma podemos com este trabalho identificar pontos que dificultam a continuidade das propriedades da agricultura familiar local, e propor pequenas intervenções que somadas podem significar a manutenção de um grande número de famílias na agricultura, mas mais que isso possam possibilitar o crescimento na atividade, mostrando sua relevância para toda a nossa economia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de. **As ações extensionistas do instituto federal farroupilha como dispositivos para o desenvolvimento regional**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19129/DIS_PPGGOP_2019_AGUIAR_MARIANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 jun. 2022.

AIRES, Rafaella. Agricultura familiar: saiba qual a importância dessa prática no Brasil. **My Farm**, Goiânia, out. 2021. Disponível em: <https://www.myfarm.com.br/agricultura-familiar/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas**. Brasília: Editora Gestão Pública, 2009.

ALLEN, Douglas W.; LUECK, Dean. **The nature of the farm: contracts, risk, and organization in agriculture**. Cambridge: MIT Press, 2002.

AMARAL, Felipe José Gurgel do; BACHA, Carlos José Caetano. Subvenções federais dadas à agropecuária brasileira no período de 2003 a 2019. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 61, p. e251646, 2023. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2021.251646/pdf/resr-61-1-e251646.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ANDERSON, Perry *et al.* Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADE, Álvaro Antônio Xavier *et al.* Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso no Território Rural São Mateus em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 17, n. 46, 2019.

ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. Território reticular e os constrangimentos aos territórios do cotidiano. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, mar. 2005.

ANTUNES, Maryna Vieira Martins. Agricultura Familiar e Relações entre campo e cidade: o caso de um pequeno município do estado de São Paulo/Brasil. **Geografia em Atos (Online)**, v. 4, n. 11, p. 80-99, 2019.

AQUINO, Juliana. A tecnologia a favor da sucessão familiar no agronegócio. **Mercado do Cacau**, [s.l.], 2020. Disponível em: <http://mercadodocacau.com/artigo/a-tecnologia-a-favor-da-sucessao-familiar-no-agronegocio>. Acesso em: 03 out. 2022.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BAKER, J. R. What's worth if you stay on the farm. *In*: INTERNATIONAL FARM MANAGEMENT CONGRESS, 18., 2011, Methven, Canterbury. **Anais...** Methven: Methven Canterbury, 2011.

BALLEZENTIS, Tomas. **Existem estímulos suficientes para desenvolver uma agricultura sustentável na Lituânia?** *Gestão da Qualidade Ambiental*. 2018.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.) **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. [S.l.; s.n.], 2004.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. *In*: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BNDS – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: BNDS, 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 14 set. 2022.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almira Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BONENTE, Bianca Imbiriba; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Há uma nova Economia do desenvolvimento? **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 1, p. 77-100, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/6729/8040>. Acesso em: 04 set. 2022.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2004. 206 f. Tese (Livre docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004. Disponível em: https://economiadoterritorio.files.wordpress.com/2014/11/brandaocarlosantonio_ld.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília: Presidência da República, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Estiagem no RS**: Governo Federal garante desconto de 25% em financiamentos de crédito rural para a agricultura familiar. Secretaria de Comunicação Social, maio, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/05/governo-federal-garante-desconto-de-25-em-financiamentos-de-credito-rural-para-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília: MDS 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Políticas e Programas de Governo. **Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar, dotação orçamentária atual (2018)**: R\$ 4,24 bilhões. TCU: Brasília, 2018. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2018/programa-nacional-de-fortalecimento.htm> (2019). Acesso em: 24 ago. 2022.

BREITENBACH, Raquel; FOGUESATTO, Cristian Rogerio. **Devo ficar ou devo ir?** Diferenças de gênero e fatores que influenciam a sucessão na agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Política de Uso da Terra**, Elsevier, v. 128, 2023. DOI: 10.1016/j.landusepol.2023.106597.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, [s.l.], Ano 47, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. *In*: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2008. p. 1-7.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Os pequenos produtos rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? *In*: NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: CGEE, 2013. p. 29-70.

BURANELLO, Renato. **Manual do direito do agronegócio**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CABRAL, João Francisco Pereira. Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx. **Brasil Escola**, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CAMPOS, Mateus. O que é commodities. Mundo Educação, **UOL**, 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/commodities.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAMPOS, Silvia Kanadani; NAVARRO, Zander. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: CGEE, 2013. p. 29-70.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, [s.l.], v. 14, p. 94-119, 2012.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Phillipe; MALUF, Renato Sérgio. (Org.). **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução a história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CLAVAL, Paul. O território na transação da pós-modernidade. **Revista Géographies et Cultures**, Paris, n. 20, inverno 1996.

CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Produtores atingidos pela seca terão desconto de até 35,2%**. Brasília: CNA, 2022. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/produtores-atingidos-pela-seca-terao-desconto-de-ate-35-2>. Acesso em: 14 jul. 2022.

COLET, Daniela Siqueira; MOZZATO, Anelise Rebelato. Nativos digitais: características atribuídas por gestores à Geração Z. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 8, n. 2, p. 25-40, 2019.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Bahia: Webinar debate compras institucionais da agricultura familiar**. Brasília: Conab, 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao/planilhas-de-custo-de-producao/itemlist/category/824-soja>. Acesso em 28 jul. 2022.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Perspectiva para a Agropecuária**. Brasília: Conab, 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/outros/Perspectivas-para-a-agropecuaria-2018-19.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Resultados consolidados safras do Brasil**. Brasília: Conab, 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série histórica: Custos Soja 1997 a 2023**. Brasília: Conab, 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao/planilhas-de-custo-de-producao/itemlist/category/824-soja>. Acesso em 28 jul. 2022.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Sobre a agricultura familiar**. Brasília: Contag, 2022. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=263&nw=1>. Acesso em: 3 ago. 2022.

COSTA, Bianca Aparecida Lima *et al.* As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira uma equação possível?** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARNHOFER, Ika. **A resiliência da agricultura familiar**: Rumo a uma abordagem relacional, 2016.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

DELGROSSI, Mauro Eduardo. A agricultura familiar e a nova ruralidade entre 2004 e 2014. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Ed.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2017. p. 257-268.

DENGO, Mariana Beal. **Agricultura familiar e transições sociotécnicas**: a produção de novidades nas agroindústrias familiares. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3705>. Acesso em: 26 set. 2022.

DIEESE. A importância da organização sindical dos trabalhadores. Nota **Técnica n. 151**, São Paulo, nov. 2015. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec151ImportanciaSindicatos.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

DINIZ, Gabriel. Entendendo os conceitos básicos de Políticas Públicas. **CLP - Centro Lideranças Públicas**, 2019. Disponível em: <https://www.clp.org.br/membros/gabriel-diniz/>. Acesso em: 26 set. 2022.

DONNELLEY, Robert G. A empresa familiar. **Revista R.A.E.**, [s.l.], v. 7, n. 23, p. 161-198, 1976. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/fQqrkQyq3Z6wQmpBtPFHZXm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DORNELLES, Marco Antônio. Agricultor familiar precisa de mais valorização. **Revista Expoagro**, Santa Cruz do Sul, 15. ed. 2020. Disponível em: https://afubra.com.br/content/texto_file/Revista%20Expoagro%202020.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

DUARTE, Daniel Azevedo. **Plano Safra 2023-2024 soma R\$ 441,92 bilhões no total, maior valor da história**. 2023, para Agrofy News, disponível em: <https://news.agrofy.com.br/noticia/201915/plano-safra-2023-2024-soma-r-44192-bilhoes-no-total-maior-valor-da-historia>

DUARTE, Felipe. Trajetórias e Vivências de Trabalhadoras Terceirizadas da Limpeza da Universidade Federal de Uberlândia (2011-2015). 2015. 59f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18010/1/Trajeto%C3%B3riasViv%C3%AAsTrabalhadoras.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. *In*: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UNB, 2009.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura familiar**. Brasília: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar>. Acesso em: 28 set. 2022.

FIOCRUZ - Fundação Osvaldo Cruz. **Commodities**: Definição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao#:~:text=Commodities%20s%C3%A3o%20produtos%20de%20origem,e%20procura%20internacional%20da%20mercadoria>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. *In*: **Desenho da pesquisa qualitativa**. 2009. p. 164-164.

FOSSA, Juliano Luiz, MATTE, Alessandra, MATTEI, Lauro Francisco. **A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020**. 2022. Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil

FROTA, Jorge Henrique Sousa. Os Sindicatos têm cinco funções básicas que norteiam a sua ação: negociação, assistencial, arrecadação, colaboração e representação. **Jusbrasil**, [s./], 2019. Disponível em: usbrasil.com.br/noticias/as-cinco-funcoes-basicas-dos-sindicatos/301850906. Acesso em: 24 jun. 2022.

FURQUIM, Sérgio Francisco. O papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 30 out. 2010. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/22033/o-papel-do-sindicato-dos-trabalhadores-rurais>. Acesso em: 15 ago. 2023.

G7 JURÍDICO. **Contribuição sindical**. [S./], 2021. Disponível em: <https://blog.g7juridico.com.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

GAGNETEN, María Mercedes. **Hacia Una Metodologia de Sistematizacion de La Practica**. Buenos Aires: Humanitas, 1987.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GILIOLI, Rosecler Maschio; ZANATTO, Tatiane. Os desafios da gestão em uma empresa familiar. *In*: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17. Caxias do Sul, 2017. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2017. p. 1-10. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xviimostrappga/paper/viewFile/5217/1779>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GOMES, Gabriela Da Silva *et al.* Planejamento sucessório: um desafio para as empresas familiares. **Revista Eumednet**, Cuba, 2015.

GONÇALVES, João; LOPES, K. O que é globalização. **Politize**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/globalizacao-o-que-e/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GRAEUB, Benjamin *et al.* The State of Family Farms in the World. **World Development**, [s. /], v. 87, p. 1-15, 2015.

GRZYBOVSKI, D. **O Administrador na empresa familiar**: uma abordagem comportamental. Passo Fundo, 2002.

GRZYBOVSKI, Denize; TEDESCO, João Carlos. Empresa familiar x competitividade: tendências e racionalidades em conflito. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 6, n. 11, p. 37-68, 1998. DOI: <https://doi.org/10.5335/rtee.v6i11.4785>.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e temas Bertrand Brasil. 1999. p. 165-206. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%20014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 123-147, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília: IBGE, 2006. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2apuracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

IBGE. **Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 24 jul. 2022.

INWOOD, Shoshanah M.; SHARP, Jeff. Farm persistence and adaptation at the rural-urban interface: Succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 107-117, jan. 2012.

KESSLER, Mariele Juliane. **Agricultura familiar e benefícios do PNAE para produtores de Cerro Largo/RS**. 2017. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Faculdade de Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1725/1/KESSLER.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LIMA, Arlindo Prestes de. **Administração da unidade de produção familiar modalidades de trabalho com agricultores**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

LOBLEY, Matt; BAKER, John R.; WHITEHEAD, Ian. Sucessão agrícola e aposentadoria: algumas comparações internacionais. **Revista de Agricultura, Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Comunitário**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 49-64, 2010.

LOFRANO, Rodrigo. Mecanismos de desenvolvimento institucional: programas de apoio aos municípios. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3. 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: Consad, 2010.

LOWDER, Sarah K.; SKOET, Jakob; RANEY, Terri. O número, tamanho e distribuição de fazendas, fazendas de pequenos proprietários e fazendas familiares em todo o mundo. **World Development**, [s.l.], v. 87, p.16-29, nov. 2016. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.10.041>.

LUVEZUTE KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estatísticas e dados básicos de economia agrícola**. Brasília: MAPA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/estatisticas-e-dados-basicos-de-economia-agricola>. Acesso em: 03 ago. 2022.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18-19, p. 111-130, 2006.

MARIUSSI, Vanderlei. **A agricultura familiar e sua importância na economia da microrregião de Toledo – PR. 2020**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5227/2/Vanderlei_Mariussi_2020.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

MATTEI, Lauro Francisco. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.136p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. Resenha de: NUNES, Everardo Duarte. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *Revista de Ciência e Saúde Coletiva*, Unicamp, v. 12, n. 4, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FgpDFKSpjsybVGMj4QK6Ssv/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MIOR, Luís Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Agros, 2005.

MOLINARI, J. **A relação do mercado da soja com as vendas de colheitadeiras**: a realidade da John Deere no Rio Grande do Sul. 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação – UNIJUÍ, Santa Rosa, 2012.

MONTEIRO, Solange. Quando se trata do estado no desenvolvimento é preciso fugir dos extremos. **Conjuntura econômica**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/quando-se-trata-do-papel-do-estado-no-desenvolvimento-e-preciso>. Acesso em: 28 set. 2022.

MOREIRA DANTAS, I. R. **Aquisição de crédito rural para agricultura familiar no Brasil**: evidências da Amazônia Legal. 2023.

MOTTA, Amélia Maria. A importância da agricultura familiar, enquanto produtora de alimentos e o reconhecimento formal da categoria no mundo do trabalho. **Contraf Brasil [online]**, Brasília, jan. 2020. Disponível em:

<https://contrafbrasil.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-enquanto-produtora-de-alimentos-e-o-reconh-a302/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

NÃO-ME-TOQUE. *In*: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%A3o-Me-Toque>. Acesso em: 14 jul. 2022.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 60, n. 3, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>. Disponível em: <http://www.resr.periodikos.com.br/article/10.1590/1806-9479.2021.240128/pdf/resr-60-3-e240128.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

NERI, Marcelo Cortes. Apresentação. *In*: SCHNEIDER, Sérgio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio (Org.). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

NUNES, Emanuel Márcio; SILVA, Paulo Sidney Gomes. Reforma agrária, regimes alimentares e desenvolvimento rural: evidências a partir dos territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 61, p. e232668, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.232668>. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2021.232668/pdf/resr-61-1-e232668.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

OCDE - ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Apoio agrícola**. OECD, 2021. Disponível em:

<https://data.oecd.org/agrpolicy/agricultural-support.htm>. Acesso em: 24 ago. 2022.

OCDE - ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Integração da adaptação às alterações climáticas na cooperação para o desenvolvimento**: guia para o desenvolvimento de políticas. OECD Publishing, Paris, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 17-57, 1995.

OLIVEIRA, Filipe. O cultivo da terra é feito por pequenos proprietários rurais. **Educa mais Brasil: Agricultura familiar**, 2019. Disponível em:

<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/agricultura-familiar>. Acesso em: 11 jan. 2023.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância à velhice - um círculo da pobreza a ser rompido**. 2001. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância a velhice - um círculo da pobreza a ser rompido**. 2001. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ORTEGA, Antônio César (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 41-59.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé – PB. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 21, n. 44, p. 90-115, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i44.5288>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5288/4465>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. O território reformado pelo capital financeiro: o caso dos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6., 2014, São Paulo. Anais... São Paulo, 2014. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1587554/romulo-luiz-silva-panta--ivan-targino-moreira>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PASSAES, Fernando Mendes; PASSAES, Manoel Fernando; LIMER, Maria Eliane da Costa; ALONSO, Mônica Machado; MARQUES, Rosana; FEITOSA, Sérgio. Estado, Governo e Administração. **Docplayer**, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/210030-Estado-governo-e-administracao-publica.html>. Acesso em: 31 maio 2022.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Industrialização e Urbanização**. 2023, disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/industrializacao-urbanizacao.htm>

PENA, Rodolfo Alves. **Território**. Escola Kids UOL, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/geografia/territorio.htm>. Acesso em: 28 set. 2022.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; BOUCHER, François; CERDAN, Claire. Globalization, Competitive Advantages and the Evolution of Production Systems: Rural Food Processing and Localized Agri-food Systems in Latin American Countries. **Entrepreneurship and Regional Development**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 49-67, 2003.

REZENDE, Mariana. Sucessão familiar da fazenda: Como fazer esse processo sem maiores problemas. **Aegro**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/sucessao-familiar>. Acesso em: 3 out. 2020.

RIPPEL, Valderice Cecília Limberger; RIPPEL, Ricardo; REIS, Tathiane Kathia. Agricultura Familiar como Instrumento de Fixação do Homem no campo: Um Estudo de Caso em Toledo – 2007/2008. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 7., 2010, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava, 2010.

RONCON, Natália. **A importância do setor agrícola para a economia brasileira**. 2011. 71 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração de Empresas) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, SP, 2011.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. [S.l.]: Univali, 2010. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SALES, João Eder. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia | RBGE**, São Gotardo, v. 1, n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTOS DE LIMA, Herbert. **Agricultura familiar: um caminho para sair da pobreza e realizar sonhos**. Fábrica dos Sonhos, fev. 2023. Disponível em https://www.fabricadossonghos.net/post/agricultura-familiar-um-caminho-para-sair-da-pobreza-e-realizar-sonhos?gclid=Cj0KCQjwuNemBhCBARIsADp74QQk8ov2UrsZ9EqyE84GPbboLKI3F03VIGHf7mcqzG9o_jfY6Pp7sKcaAu8wEALw_wcB. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Valdemar Dias. Crescimento. Crise e Reestruturação da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá – COCAMAR. 2000. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Agronegócios) - Universidade Paranaense, Umuarama/PR, 2000. Disponível em: www.unoescsmo.edu.br/pub/professores/farid_eid/dissertacaovaldemar.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-16, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Grifos**, Chapecó, v. 30 n. 51, p. 12-41, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Consulta em: 17 set. 2022.

SCHUCH, Heitor José. **A importância da opção pela agricultura familiar**. Porto Alegre: FETAG, 2004.

SCHWALBERT, E. **Viabilidade de uma propriedade rural de Não-Me-Toque: terceirizar serviços de máquinas e equipamento: um estudo de caso**. Carazinho, 2010.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SILVA, Eliane Alves; NASCIMENTO, Sérgio Nogueira do; SOUZA, Mariluce Paes de; PEDROZO, Eugenio Avila. Rede de Colaboração da Agricultura Familiar no Município de Porto Velho-RO. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, Ano 16, n. 45, p. 335-354, out./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.335-354>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9187>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 362-387, 2014.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município de Catalão (GO). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009, p. 1-28.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão (GO). *In*: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Blucher Ltda., 2009. p. 1 - 28. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/artigos/Silva_JM.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, Thais Xavier. A Importância da Diversificação Rural na Agricultura Familiar. **Projeto Redesan**, Santa Maria, p. 1-11, 2010. Disponível em:

http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=11191. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Vanessa de Lima. Análise das Perspectivas Científicas e Tecnológicas do Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentares da Agricultura Familiar. **Agricultura**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 606, 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NÃO-ME-TOQUE/RS. c2023. Disponível em: <https://www.sindiruralnmt.com.br/>. Acesso em: 24 set. 2022.

SOUZA, Vivian. **Em recordes do agronegócio e aumento da fome como isso pode acontecer ao mesmo tempo**. O Globo, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/11/recordes-no-agronegocio-e-aumento-da-fome-no-brasil-como-isso-pode-acontecer-ao-mesmo-tempo.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2022.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 12 jul. 2022.

STREET, Brian. Implications of a social literacies perspective for policies and practices of literacy education. *In*: GOODWYN, A.C.; FULLER, C.L. (Ed.). **The great literacy debate: a critical response to the literacy strategy and the framework for English**. London: Routledge, 2011. p. 106-117.

STUANI, Camila; NECKEL, Anderson; FICAGNA, Alba Valéria Oliveira. Jovens Herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. *In*: Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - EGEPE, 9., 2016, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: [s.l.], 2016.

TEDDLIE, Charles; TASHAKKORI, Abbas. Major issues and controversies in the use of mixed methods in the social and behavioral sciences. **Handbook of mixed methods in social and behavioral research**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 13-50, 2003.

TEDESCO, João Carlos; BRUMER, Anita. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN, Alessandra; MACHADO, Edenilson Tafernaberry Lencina. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 50, p. 109-128, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.109-128>.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489>. Acesso em: 3 ago. 2022.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares**: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva. O planejamento territorial e a dimensão espacial do desenvolvimento: algumas das experiências recentes no Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015. p. 1-18.

WALENDORF, Rafael. **CNA pede R\$ 403,88 bilhões para o Plano Safra 2023/24**. Globo Rural, Brasília, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2023/04/27/cna-pede-r-40388-bilhes-para-o-plano-safra-202324.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - MODELOS DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu Maiquel Roberto Junges, abaixo assinado, responsável pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Não-Me-Toque/RS autorizo a realização do estudo: Agricultura Familiar e seus Impactos Economicos e Sociais no Contexto da Vida do Agricultor e do Desenvolvimento Regional a ser conduzido pelo pesquisador Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão De Organizações Públicas - PPGOP, membro do departamento de serviço social da Universidade Federal de Santa Maria.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

27 de março de 2023.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Agricultura Familiar e seus Impactos Econômicos e Sociais no contexto da Vida do Agricultor e do Desenvolvimento Regional

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Instituição: Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: (55) 3220-0000

Local da coleta de dados: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque/RS

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas no município de Não-Me-Toque/RS, junto a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e propriedades rurais. Após prévio contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, instituição parceira desta pesquisa e obtenção dos endereços dos participantes as entrevistas serão realizadas de modo presencial no domicílio dos entrevistados, com agenda previamente estabelecida, as entrevistas iniciarão no período de junho de 2023

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74 b, Departamento de Serviço Social, sala 3343, 97105-900 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria, 24 de maio de 2023

.....
Nome do pesquisador responsável

APÊNDICE C - DELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO

DELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO

Título do estudo: Agricultura Familiar e seus Impactos Econômicos e Sociais no Contexto da Vida do Agricultor e do Desenvolvimento Regional

Pesquisador responsável: Prof. Dr Jairo da Luz Oliveira e Mestrando Alberto Maurer PPGOP/UFSM

Instituição/Departamento: Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Santa Maria

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-0000. Av Roraima, 1000, prédio 74 – B sala 3343, 97105-970- Santa Maria - RS

Local da coleta de dados: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Não-Me-Toque/RS

Eu, Jairo da Luz Oliveira, responsável pela pesquisa, Agricultura Familiar e seus Impactos Econômicos e Sociais no Contexto da Vida do Agricultor e do Desenvolvimento Regional, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se compreender como a agricultura familiar vem conseguindo manter sua subsistência através da terra e o impacto deste trabalho no desenvolvimento regional. Acreditamos que ela seja importante para termos uma base fundamentada da realidade da agricultura familiar no município, atendendo as informações necessárias para se necessário a criação de políticas públicas de relevância para a nossa sociedade. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, feitas diretamente as famílias e ao representante do sindicato.

Sua participação constará em realizar as perguntas de forma verbal e fazer a gravação das respostas através de áudios.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos, através possíveis contaminações, covid e gripe, ou até mesmo alterar o sistema nervoso do entrevistado. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência junto a clínica de psicologia vinculada ao CESH de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da

participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo é a possibilidade da própria família refletir sobre seu papel na agricultura familiar corrigir e rever decisões ou até mesmo ser exemplo para outras famílias, além de colaborar para desenvolver dados concretos sobre a categoria.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

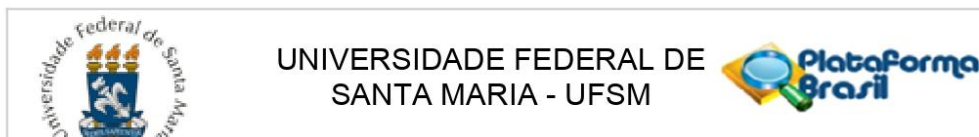
Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Santa Maria (RS), de de 20.....

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS ECONOMICOS E SOCIAIS NO CONTEXTO DA VIDA DO AGRICULTOR E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisador: Jairo da Luz Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70556423.7.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

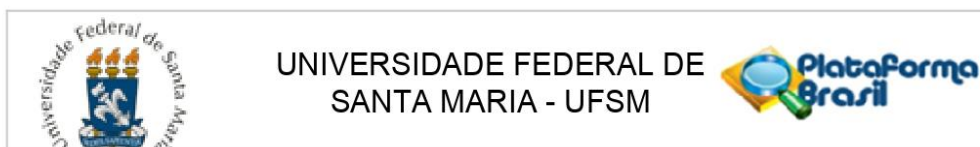
Número do Parecer: 6.177.329

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa faz uma análise do contexto da agricultura familiar no Brasil, categoria que vem perdendo espaço nas últimas décadas para a agricultura não familiar, de fácil mecanização, gerando concentração de renda e produção, segundo dados do IBGE (2017) a agricultura familiar explora apenas 23% da área agrícola no nosso país, mas é responsável por 80% da produção de alimentos nacionais, além de comportar 77% da população ocupada no campo. Dada sua importância vimos a necessidade de debater a realidade do município de Não-Me-Toque/RS, que perdeu 200 estabelecimentos agropecuários nos últimos, esclarecer quais fatores colaboraram para e este cenário e quais seus reflexos para as famílias envolvidas e o desenvolvimento local, relacionando com o papel do estado e alternativas que podem ser sugeridas em forma de políticas públicas voltadas a este setor. Para atingir os objetivos será realizada uma pesquisa documental, seguida por entrevistas semiestruturadas, com os produtores locais, que terá o cunho qualitativo, seguido da análise dos dados pelo método de discurso embasado.

Será realizada uma pesquisa de campo com os produtores locais, norteadas por entrevistas semiestruturadas, a qual serão destinadas 5 famílias aleatórias de agricultores familiares, com o intuito de buscar as causas e motivações, e quais atitudes mais adequadas poderiam evitar o abandono das atividades agrícolas. Para a seleção destes agricultores, será utilizada a técnica de indicação, tendo o ponto de partida o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a qual fara a sugestão

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 725 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@ufsm.br



Continuação do Parecer: 6.177.329

aleatória de cinco famílias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar como o pequeno agricultor no município de Não-Me-Toque RS vem conseguindo manter a agricultura familiar como atividade de trabalho para a manutenção e sobrevivência dele bem como de sua família.

Objetivos específicos:

- Realizar uma revisão bibliométrica sobre as últimas produções sobre o tema proposto neste projeto.
- Compreender como agricultura familiar, vem impactando no processo da economia local, no conjunto do coletivo de trabalhadores do campo, na cidade de Não-Me-Toque, através de entrevistas realizadas com a comunidade local organizada através de entrevista com o sindicato dos trabalhadores rurais.
- Identificar junto ao pequeno produtor quais fatores que levaram a agricultura familiar a perder espaço perante a agricultura não familiar, e como o mesmo monta sua estratégia de sobrevivência a partir do trabalho desenvolvido na agricultura familiar.
- Reconhecer como a governança local entende o valor da agricultura familiar para o bem-estar das famílias no campo e sua sobrevivência, e quais as ações de governo municipal estão sendo realizadas ou não para manutenção do pequeno agricultor no território.
- Propor uma ação interventiva com foco no associativismo e planejamento para desbravar mercados e agregar valor com o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, trazendo para a realidade cadeias produtivas de menor escala com maior valor adicionado, que sejam alternativas para aumentar a renda destas famílias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tendo em vista as características do projeto, a descrição de riscos e benefícios pode ser considerada suficiente.

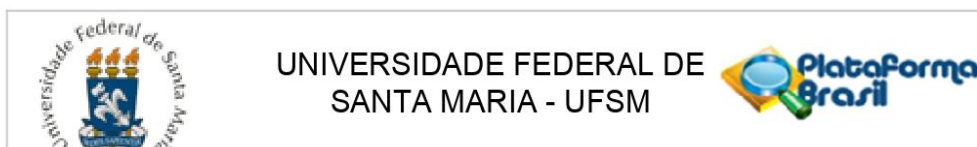
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória podem ser considerados suficientes.

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 725 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@ufsm.br



Continuação do Parecer: 6.177.329

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

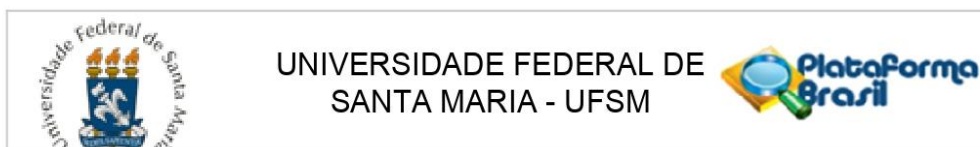
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2153936.pdf	15/06/2023 17:50:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoALBERTO.pdf	15/06/2023 17:50:13	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
Outros	TConfidencialidade.pdf	15/06/2023 14:08:44	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
Outros	regGAP.pdf	07/06/2023 15:35:41	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
Outros	sindicato.pdf	07/06/2023 15:32:03	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
Outros	autinstufsm.pdf	07/06/2023 15:31:08	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL3.pdf	07/06/2023 15:24:56	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL2.pdf	07/06/2023 15:24:41	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcl1.pdf	07/06/2023 15:24:28	Jairo da Luz Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	07/06/2023 15:23:20	Jairo da Luz Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 725 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@ufsm.br



Continuação do Parecer: 6.177.329

Não

SANTA MARIA, 12 de Julho de 2023

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 725 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@ufsm.br

Instrumento de Coleta de Dados/ Agricultor Familiar

Perguntas aos entrevistados.

01. Número de integrantes da família;
 - 01.1 Área plantada;
 - 01.2 Atividades agrícolas que desenvolve;
 - 01.3 Renda bruta anual familiar;
 - 01.4 O que o senhor compreende por agronegócio;
 - 01.5 Qual a perspectiva para o futuro da propriedade;

02. Quais as principais dificuldades para realização da agricultura familiar em propriedade;
03. Como a família vem conseguindo manter suas atividades da agricultura familiar e manter sua subsistência a partir do trabalho no campo.
04. Quais fatores o produtor entende que foram relevantes para a agricultura familiar perder espaço para a não familiar;
- 05 Como você entende a importância do seu trabalho na agricultura familiar para o desenvolvimento regional;
- 06 Quais os principais instituições, empresas ou outros que o produtor considera fundamentais para manutenção de sua atividade na agricultura familiar. E quais auxiliam diretamente .
- 07 Qual estratégia a família vem adotando para conseguir se manter na atividade do campo e evitar o êxodo rural.
- 08 Quais políticas públicas considera fundamentais em sua atividade;
- 09 Na sua visão como a governança local vê e valoriza a agricultura familiar e quais ações desenvolve para mantê-la.
- 10 Quais ações podem ser sugeridas para auxiliar a permanência das famílias que sobrevivem da agricultura familiar;
- 11 Qual importância do sindicato dos trabalhadores rurais para a manutenção do trabalhador no campo.

Instrumento de Coleta de Dados/ sindicato

- 0.1 Qual papel que o sindicato desempenha para garantir a sobrevivência da agricultura familiar na região de Não-Me-Toque.

02. Como agricultura familiar, vem impactando no processo da economia local.
- 0.3. Como vê a importância da agricultura familiar no contexto do atual agronegócio.
- 0.4. Quais fatores você entende como responsáveis pela agricultura familiar perder espaço para não familiar na região de Não-Me-Toque.
- 0.5. Quais estratégias principais que o sindicato vem realizando para manter as famílias que ainda vivem na agricultura familiar
- 0.6. Quais políticas públicas o sindicato considera fundamentais para o agricultor familiar se manter em suas atividades.
- 0.7. Como a governança local vê a importância da agricultura familiar e quais ações desenvolve para auxiliá-la, bem como para devida ampliação desta atividade na região de Não-Me-Toque.
- 0.8. Como o sindicato vem realizando ações para auxiliar a permanência das famílias que desenvolvem a agricultura familiar na sua atividade.